



PSICOLOGIA



ADMINISTRAÇÃO



BIOMEDICINA



FISIOTERAPIA

Faculdade
FAP
Tupã-SP



DIREITO



ESTÉTICA E COSMÉTICA



ENGENHARIA CIVIL



ENFERMAGEM

REVISTA CIÊNCIAS DA FAP

REVISTA CIENTÍFICA

Multidisciplinar ISSN 2674 – 6158

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA FAP, v 1, n 4, p. 1-110, OUTUBRO, 2021.



FACULDADE DA ALTA PAULISTA (FAP)

FACULDADE DA ALTA PAULISTA (FAP)

REVISTA CIÊNCIAS DA FAP

REVISTA CIENTÍFICA

Multidisciplinar

ISSN 2674-6158

Revista Ciências da FAP, Tupã, n. 4 (1): p 1-150, outubro, 2021.

Revista Ciências da FAP

Faculdade da Alta Paulista (FAP)

Rua Mandaguaris, n. 1010, centro, Tupã, SP.

www.fadap.br/revista_cienciasdafap/

cienciasdafap@fadap.br

Comissão Editorial

Andreia Fresneda Gaspar

Edna Aparecida Cavalcante

Iuri Yrving Müller da Silva

Rita de Cássia Alves Nunes

Sônia Regina DE Grande Petrillo Obregon

Editor Responsável

Carlos Eduardo Abarca e Messas

Conselho Editorial

André Sanches (Fadap)

Andréia Fresneda Gaspar (FAP)

Roberto Bernardo (FAP)

Rita de Cássia Alves Nunes (FAP)

Cristiane Pereira Marquezini (FAP)

Iúri Yrving Müller da Silva (FAP)

Leonardo Lemos de Souza (Unesp)

Paulo Roberto Quemelo (Unifran)

Andrey Teixeira Borges (FAI)

Paulo Sérgio da Silva (FAI)

Publicação anual

Revista Ciências da FAP. Organizada pela Faculdade da Alta Paulista (FAP), Vol. 1., n. 4 (2021). Tupã, SP, 2021.

Publicada em meio eletrônico (www.fadap.br/revista-cienciasdafap/cienciasdafap@fadap.br) a partir de 2018.

Anual.

ISSN: **2674-6158**

1. Saúde 2. Letras 3. Ciências Humanas e Sociais

Expediente

A Revista Ciências da FAP (ISSN 2674-6158) de periodicidade anual é uma publicação eletrônica da Faculdade da Alta Paulista, ligada à graduação. Sua missão é veicular, divulgar e promover a produção científica de áreas do conhecimento multidisciplinares de professores e alunos. Ela está organizada por área do conhecimento que são: Ciências da Saúde; Letras; Ciências Humanas e Sociais.

Quanto à autoria, em primeiro lugar, está registrado o nome do autor principal, logo abaixo do título. Na sequência, vem o nome do professor orientador, ou do coautor.

As informações complementares estão dispostas no final do texto, assinaladas com * (asterisco).

Sumário

Apresentação9

Panorama da Covid-19: do início até a vacinação13

Edi Carlos Iacida

Rita de Cássia Alves Nunes

Práticas de uma Assistência Humanizada no Parto Natural 20

Monise Izidoro Velozo

Daiana Berti Daneluti

Edelaine Fogaça Avelaneda

A Importância da Dançaterapia para o Desenvolvimento de Crianças com
Espectro Autista: um estudo bibliográfico 36

Érica Geovana Pereira Florencio

Sandy Gregorio Vargas Jonas

Yonara Aloma Galvão Fernandes

Lúri Yrving Müller da Silva

Leitura e Produção Textual: sumarização, retextualização, resumo48

Edna Aparecida Cavalcante

Contribuições para a História da Psicanálise com Crianças
na América Latina: elementos históricos da análise infantil
na Argentina e no Brasil63

Lúri Yrving Müller da Silva

Jorge Luís Ferreira Abraão

Luana Valera Bombarda

A Transição das Atividades Presenciais do Estágio de Formação
de Psicólogos na área da Saúde/Hospitalar para a Modalidade

Remota: relato de experiência 79

Paulo Ricardo Gutierres dos Santos

Breno Giovani Roman Pais Seles

Isabel Fernandes de Oliveira Freitas

Mirelli Dias de Souza

Samara Jasmini Soares da Silva

Débora Chiararia de Oliveira

Um Estudo das Relações entre Psicanálise e Educação na

Produção Científica Presente em uma Base de Dados

Bibliográfica 94

Daniela Cristina Razera Spósito Medeiros

Victor Breno das Neves Rocha

Cristiane Pereira Marquezini

Lúri Yrving Müller da Silva

ISSN: 2674-6158

APRESENTAÇÃO

A Revista Ciências da FAP é digital, publicada anualmente, e procurou em sua quarta edição, articular pesquisa e ensino, nos variados textos que abordam questões relacionadas às áreas de: Ciências da Saúde, Letras e Ciências Humanas e Sociais. Os artigos estão dispostos por área e em ordem alfabética e foram escritos por professores e alunos. Os trabalhos publicados são de graduação e refletem estudos de iniciação científica, realizados durante o curso pelos estudantes. Também compõem a revista artigos de mestres e doutores que lecionam na FAP e desenvolvem pesquisa científica.

Os artigos foram organizados por área do conhecimento dos cursos de graduação oferecidos pela FAP e estão dispostos na revista, na seguinte ordem:

Em Biomedicina, o artigo Panorama da Covid-19: do início até a vacinação teve a pretensão de demonstrar aspectos históricos, levantados em trabalhos publicados sobre o assunto. Estudos realizados pela Fiocruz indicam que as cepas encontradas no território brasileiro eram similares às da Europa, América do Norte e Oceania.

Em Enfermagem, o artigo Práticas de uma Assistência Humanizada no Parto Natural procurou refletir sobre a assistência de enfermagem humanizada no parto natural. Esse estudo ressaltou que assistência humanizada requer uma ação conjunta da equipe multiprofissional na oferta de capacitação profissional e educação em saúde.

Em Fisioterapia, o artigo A Importância da Dançaterapia para o Desenvolvimento de Crianças com Espectro Autista: um estudo bibliográfico propôs avaliar a dançaterapia no tratamento do espectro autista, promovendo o desenvolvimento neuropsicomotor, a socialização e a coordenação motora do paciente.

Em Língua Portuguesa, o artigo leitura e Produção Textual: sumarização, retextualização, resumo intentou refletir sobre resumo, considerado atividade de leitura e escrita; e analisar aspectos da sumarização, do resumo e da retextualização sob a perspectiva de quem resume, sumariza, retextualiza o texto original.

Em Psicologia, o artigo Contribuições à História da Psicanálise com Crianças na América Latina: elementos históricos da análise infantil na Argentina e no Brasil tem o objetivo de contribuir com a história da psicanálise com crianças na Argentina e no Brasil, discutindo alguns aspectos da implantação, do desenvolvimento e da consolidação da psicanálise com crianças no Brasil e na Argentina. O artigo A Transição das Atividades Presenciais do Estágio de Formação de Psicólogos na Área da Saúde/Hospitalar para a Modalidade Remota: relato de experiência teve a finalidade de relatar a experiência de

um grupo de estagiários da ênfase de Psicologia da Saúde/Hospitalar sobre a mudança das atividades presenciais do estágio para a modalidade remota e representar a elaboração de uma psicoeducação em saúde. O artigo intitulado Um Estudo das Relações entre Psicanálise e Educação na Produção Científica presente em uma Base de Dados Bibliográfica visou à identificação dos trabalhos de viés psicanalítico do período de 2018 a 2020 que buscaram problematizar as dificuldades de escolarização de crianças no Brasil.

O aspecto multidisciplinar da Revista Ciências da FAP favorece o contato com múltiplos saberes científicos que incentivam a iniciação científica, a pesquisa e possibilitam o contato com produções de diversas áreas que compõem os cursos da FAP.

A leitura desses artigos pode ampliar a compreensão sobre os temas abordados e contribuir com a reflexão sobre eles.

Edna Aparecida Cavalcante
Tupã, 18 de novembro de 2021.

Nominata de Pareceristas

André Sanches, Faculdade da Alta Paulista (FAP), Tupã, São Paulo, Brasil.

Andréia Fresneda da Silva, Faculdade da Alta Paulista (FAP), Tupã, São Paulo, Brasil.

Andrey Teixeira Borges, Centro Universitário de Adamantina (Unifai), Adamantina, São Paulo, Brasil.

Cristiane Pereira Marquezini, Faculdade da Alta Paulista (FAP), Tupã, São Paulo, Brasil.

Daniele Cristina Scaliante, Faculdade da Alta Paulista (FAP), Tupã, São Paulo, Brasil.

Fernando Borges Ferreira, Faculdade da Alta Paulista (FAP), Tupã, São Paulo, Brasil.

Iúri Yrving Müller da Silva, Faculdade da Alta Paulista (FAP), Tupã, São Paulo, Brasil.

Juliana Edwiges Martinez, Faculdade da Alta Paulista (FAP), Tupã, São Paulo, Brasil.

Leonardo Lemos de Souza, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil.

Marcos de Oliveira Santos, Faculdade da Alta Paulista (FAP), Tupã, São Paulo, Brasil.

Paulo Roberto Quemelo, Universidade de Franca (Unifran), Franca, São Paulo, Brasil.

Paulo Sérgio da Silva, Centro Universitário de Adamantina (Unifai), Adamantina, São Paulo, Brasil.

Reinaldo Camacho, Faculdade da Alta Paulista (FAP) Tupã, São Paulo, Brasil.

Rita de Cássia Alves Nunes, Faculdade da Alta Paulista (FAP), Tupã, São Paulo, Brasil.

Direitos autorais 2021 Revista Ciências da FAP (São Paulo, 2021)

BIOMEDICINA

PANORAMA DA COVID-19: DO INÍCIO ATÉ A VACINAÇÃO

Rita de Cássia Alves Nunes, Doutora em Ciências Fisiológicas pela Unesp,
Professora da Faculdade da Alta Paulista (FAP)

Edi Carlos Iacida, Especialista em Análise Clínica,
Professor da Faculdade da Alta Paulista (FAP)

RESUMO

Recentemente, na China, noticiou-se uma epidemia, cuja principal manifestação era alterações graves no sistema respiratório. Sabe-se que o coronavírus (SARS-CoV-2) é o causador da Covid-19, e desde o início da epidemia, houve a preocupação com o impacto desta doença no mundo. No final de 2020, surgiram várias vacinas candidatas para o combate ao COVID-19. Dentre as fases epidêmicas como a localizada, a aceleração descontrolada, a desaceleração e o controle, o Ministério da Saúde aponta que, na maior parte dos municípios, ocorre a transmissão localizada. O Brasil já se encontra entre os países que mais vacinaram pessoas no mundo. Trata-se de uma pesquisa realizada por meio de revisão bibliográfica, na qual foram levantados artigos em bases de dados como Scielo, Pubmed, Medline, Lilacs e Scholar Google, em busca de esclarecimentos sobre o tema abordado.

Palavras chave: Covid-19. Síndrome. Pandemia. Coronavírus. SARS-CoV-2.

Introdução

Uma característica muito importante, imputada aos vírus, é que eles não possuem as estruturas e a maquinaria metabólica encontrada nas células, a grande maioria dos vírus é nada mais do que genes empacotados por capas proteicas (CAMPBELL et al., 2010).

Recentemente foi noticiado que na China, começou uma epidemia, cuja principal manifestação era alterações severas no sistema respiratório. Trata-se da síndrome respiratória aguda grave, causada pelo coronavírus 2 (SARS-CoV-2). Logo este vírus, causador da SARS, espalhou-se para outros países no mundo (WANG et al., 2020).

Sabe-se que o coronavírus (SARS-CoV-2) é o causador da Covid-19, e desde o início da epidemia, houve uma preocupação com o impacto desta doença,

em várias regiões do mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 18 de março de 2020, os casos confirmados da Covid-19 já haviam ultrapassado 214 mil, em todo o mundo (FREITAS et al., 2020).

No final do ano de 2020, surgiram várias vacinas candidatas contra o combate ao COVID-19. Vários países do mundo, representados pelas suas respectivas agências de vigilância sanitária, autorizaram algumas vacinas para uso emergencial (OMS, 2021).

É notória a existência de pelo menos 15 tecnologias de vacinas ao redor do mundo, estas em diferentes estágios de desenvolvimento, as quais apresentam uma ampla gama de tecnologias, como: RNA mensageiro, baseado em DNA, nanopartículas, partículas sintéticas e modificadas como vírus, entre outras (QUINTELLA et al., 2020).

Segundo o Escritório da OMS no Brasil, uma vez comprovada que uma ou mais vacinas são seguras e eficazes, elas devem ser aprovadas pelas autoridades regulatórias nacionais, fabricadas, de acordo com os padrões exigidos e distribuídas (OMS, 2021).

O objetivo deste trabalho foi demonstrar, com os dados já publicados, um panorama do COVID-19. Trata-se de uma pesquisa realizada por meio de revisão bibliográfica, em que foram levantados artigos em bases de dados como Scielo, Pubmed, Medline, Lilacs e Scholar Google.

Desenvolvimento

De acordo com o Ministério da Saúde, os coronavírus pertencem a uma família bem grande de vírus encontrados em várias espécies de animais, como camelos, gado, gatos e morcegos (BRASIL, 2020).

Em dezembro de 2019, houve a difusão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan, na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa, em muitos países do mundo (RAFAEL et al., 2020).

No final de 2019, as primeiras informações sobre o novo coronavírus chegavam ao Brasil, nesse momento, o número de infectados era de aproximadamente 190 mil pessoas, em quase todo o mundo.

De acordo com a Fiocruz, as cepas que circulavam no Brasil se pareciam muito com as cepas circulantes no continente Europeu, Norte Americano e na Oceania. Esse fato aponta que o patógeno entrou no país por diversos pontos (BRASIL, 2020).

Os pacientes acometidos pela SARS-CoV-2, conhecida como COVID-19, apresentam quadros clínicos variados. Os pacientes podem apresentar desde infecções assintomáticas a quadros graves (RAFAEL et al., 2020). De acordo com a Organização Mundial de Saúde, cerca de 80% dos pacientes podem ser assintomáticos ou com poucos sintomas, perto de 20% demandam atendimento pelo surgimento da dificuldade respiratória, destes, quase 5% podem carecer de suporte ventilatório (NORONHA et al., 2020).

Os números de casos e óbitos apresentados (fig. 1) se baseiam em dados do Ministério da Saúde e DATASUS. A figura um mostra um panorama da COVID-19, no Brasil e em suas regiões.

Figura 1 – Panorama sintético de casos, óbitos, incidência e mortalidade.

	Casos	Óbitos	Incidência/100mil hab.	Mortalidade/100mil hab.
<i>Brasil</i>	9.176.975	223.945	4366,9	106,6
<i>Centro-Oeste</i>	1.002.936	19.966	6154,1	122,5
<i>Sul</i>	1.669.754	27.001	5570,3	90,1
<i>Norte</i>	1.019.999	22.020	5534,2	119,5
<i>Nordeste</i>	2.167.534	51.435	3797,9	90,1
<i>Sudeste</i>	3.316.752	103.523	3753,2	117,1

Fonte: Modificado de Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2020.

Em meados de março de 2020, o novo coronavírus 2019 (SARS-CoV-2) foi responsável por mais de 110.000 infecções e 4.000 mortes, em todo o mundo, mas os dados sobre as características epidemiológicas e clínicas de crianças infectadas ainda não tinham sido publicados, em nenhum lugar do mundo (LU et al., 2020).

Recentemente, dados epidemiológicos oferecidos pelo Centro para Controle e Prevenção de Doenças da China demonstrou que, dos mais de 72.000 casos

notificados, menos de 1% dos casos ocorreram em crianças menores de 10 anos de idade (WU; MCGOOGAN, 2020).

Um estudo realizado em Wuhan avaliou mais de mil crianças menores de 16 anos e foi constatado que dentre os sintomas observados, nas crianças infectadas, a febre e a tosse apareceram em aproximadamente 41% das observações. Este estudo descreveu um espectro bem grande de sintomas causados pela infecção por SARS-CoV-2 em crianças. Em contraste com os adultos infectados, a maioria das crianças infectadas pareceu ter um curso clínico mais brando (GUAN et al., 2020).

Atualmente, não há tratamento específico contra o novo vírus. Portanto, a identificação de agentes antivirais efetivos para combater a doença se faz necessária urgentemente.

O enfrentamento da pandemia tem sido realizado com medidas de distanciamento social e suporte aos enfermos. A testagem dos casos sintomáticos e os respectivos isolamentos visam à supressão da transmissão do COVID-19 a partir de pessoas infectadas. Apesar dessas estratégias, observa-se adensamento dos serviços de saúde, em diversas partes do mundo, sobretudo nos setores de cuidados críticos (IMOTO et al., 2020).

Outro olhar para intervenção aos pacientes acometidos pelo COVID-19, seria o investimento em protocolos de atendimento que alcancem o maior número de pessoas em condições de estresse. Essa estratégia traria resultados positivos no que se refere à diminuição da ansiedade, do medo e outras sensações e sentimentos desagradáveis, causados pela quarentena e pelo isolamento (ZWIELEWSKI et al., 2020).

Doenças de massa, via de regra, são complexas. Essa complexidade se estende, atualmente, com a pandemia pelo SARS-CoV-2, no início, não se conhecia muito bem as características do patógeno e suas reais consequências (GUIMARÃES; GUIMARÃES, 2020).

No segundo semestre de 2020, houve a divulgação de aproximadamente 23 vacinas, sendo testadas em seres humanos, contra a COVID-19. No Brasil havia a parceria no desenvolvimento clínico de duas. O Instituto Butantã foi associado com a

empresa chinesa Sinovac e a Fiocruz/Biomanguinhos com a AstraZeneca (GUIMARÃES; GUIMARÃES, 2020).

Até o início de dezembro de 2020, não havia nenhum contrato para a compra de vacinas e, nesse tempo, o Ministério da saúde estava se reunindo com as farmacêuticas para as negociações futuras (DOMINGUES, 2021).

Não há relatos seguros de que as vacinas irão induzir memória imunológica de longa duração, uma vez que os estudos foram realizados, em sua grande maioria, em populações acima de 18 anos (DOMINGUES, 2021).

Houve uma grande expectativa de que no primeiro semestre de 2021, o Brasil receberia as primeiras doses de alguma vacina que passasse pela aprovação das agências reguladoras, a saber, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (DOMINGUES, 2021).

Em 18 de janeiro, deu-se início ao Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19. Desde então o Ministério da Saúde tem distribuído as doses recebidas aos estados e municípios, a fim de ampliar a vacinação no Brasil. No entanto, o ministério adverte que as estratégias de distribuição dependem do repasse das doses por parte dos laboratórios responsáveis pela fabricação ou fornecimento dos imunizantes (MENGUE, 2021).

Atualmente, o Ministério da Saúde está coordenando a 18ª pauta de distribuição de doses para a campanha de vacinação contra a Covid-19, iniciada no dia 18 de janeiro. Até o momento, já foram destinadas a todas as Unidades Federativas aproximadamente 75,4 milhões de doses de imunizantes (PAGNO, 2021).

Conclusão

Seja ao redor do mundo, no Brasil ou no interior, as campanhas educacionais foram lançadas em todos os lugares para promover uma cultura de prevenção aos cidadãos, como: lavagem frequente das mãos, etiqueta para tosse e uso de equipamento de proteção individual (máscaras e álcool em gel) ao visitar locais públicos ou não. Além disso, o Brasil já se encontra como um dos países que mais

vacinaram no mundo. O ministério da saúde lançou um plano nacional de imunização que tem vacinado primeiramente os idosos, profissionais, pessoas com morbidades e jovens acima dos 18 anos.

ABSTRACT

Recently in China, an epidemic was reported, the main manifestation of which was serious alterations in the respiratory system. It is known that the coronavirus (SARS-CoV-2), is the cause of Covid-19, and since the beginning of the epidemic, there has been concern about the impact of this disease in the world. At the end of 2020, several candidate vaccines to combat COVID-19 emerged. Among epidemic phases such as localized, uncontrolled acceleration, deceleration and control, the Ministry of Health points out that localized transmission occurs in most municipalities. Brazil is already among the countries that most vaccinated people in the world. This is research carried out through a literature review where articles were collected in databases such as Scielo, Pubmed, Medline, Lilacs and Scholar Google, in search of clarification on the topic addressed.

Keywords: Covid-19. Syndrome. Pandemic. Coronavirus. SARS-CoV-2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, A. **Coronavírus chegou ao Brasil pela Europa, América do Norte e Oceania**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/coronavirus-chegou-ao-brasil-pela-europa-america-do-norte-e-oceania>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

DOMINGUES, C. M. A. S. Desafios para a realização da campanha de vacinação contra a COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00344620, 11 jan. 2021.

FREITAS, A. R. R. et al. Assessing the severity of COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 2, 2020.

GUAN, W. et al. Clinical Characteristics of Coronavirus Disease 2019 in China. **New England Journal of Medicine**, v. 382, n. 18, p. 1708–1720, 30 abr. 2020.

GUIMARÃES, R.; GUIMARÃES, R. Anti-Covid vaccines: a look from the Collective Health. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3579–3585, set. 2020.

LU, X. et al. SARS-CoV-2 Infection in Children. **New England Journal of Medicine**, v. 382, n. 17, p. 1663–1665, 23 abr. 2020.

MENGUE, A. **Estratégia de vacinação contra a Covid-19 depende do repasse de doses**. <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/estrategia-de-vacinacao-contr-a-covid-19-depender-do-repasse-de-doses>>. Acesso em: 26 maio. 2021.

NORONHA, K. V. M. DE S. et al. Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida

segundo diferentes cenários. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00115320, 17 jun. 2020.

OMS, O. M. DE S. **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

PAGNO, M. **Saúde distribui quase 1 milhão de vacinas do Butantan para segunda dose**. <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/saude-distribui-quase-1-milhao-de-vacinas-do-butantan-para-segunda-dose>>. Acesso em: 27 maio. 2021.

QUINTELLA, C. M. et al. Vacinas para Coronavírus (COVID-19; SARS-COV-2): mapeamento preliminar de artigos, patentes, testes clínicos e mercado. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 1, p. 3, 27 mar. 2020.

RAFAEL, R. DE M. R. et al. Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil? [Epidemiology, public policies and Covid-19 pandemics in Brazil: what can we expect?] [Epidemiologia, políticas públicas y la pandemia de Covid-19 en Brasil: que podemos esperar?]. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 28, n. 0, p. 49570, 2 abr. 2020.

WANG, W. et al. Detection of SARS-CoV-2 in Different Types of Clinical Specimens. **JAMA**, 11 mar. 2020.

WU, Z.; MCGOOGAN, J. M. Characteristics of and Important Lessons From the Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Outbreak in China: Summary of a Report of 72 314 Cases From the Chinese Center for Disease Control and Prevention. **JAMA**, v. 323, n. 13, p. 1239, 7 abr. 2020.

IMOTO, A. M. et al. Cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento da COVID-19: Sumário de evidências. **Ciências Saúde**, v.31, Supl 1, p.17-30. 2020.

ZWIELEWSKI, G. et al., Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: as demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19, **Revista Debates in Psychiatry** - Ahead of print 2020.

ENFERMAGEM

PRÁTICAS DE UMA ASSISTÊNCIA HUMANIZADA NO PARTO NATURAL

Monise Izidoro Velozo¹
Daiana Berti Daneluti²
Edelaine Fogaça Avelaneda²

¹ Graduanda em Enfermagem pela FAP – Tupã. E-mail: moh_velozo@outlook.com

² Professora Especialista do curso de Enfermagem da FAP -Tupã. E-mail: daiana.daneluti@fadap.br

² Professora Mestre do curso de Enfermagem da FAP – Tupã. E-mail: edelaineavelaneda@hotmail.com

RESUMO

O parto natural humanizado consiste em uma assistência voltada à mulher em seu todo, sem intervenções desnecessárias, a fim de resgatar o protagonismo da mulher, em seu momento de dar à luz. O trabalho tem o objetivo de proporcionar uma assistência humanizada, durante o parto natural. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica, no período de 2005 a 2021, foram utilizados materiais de pesquisa, encontrados em plataformas virtuais como Google acadêmico, SciELO, Ministério da Saúde. Observou-se que para uma assistência de enfermagem humanizada, o profissional deve ser capacitado, livre de preconceitos, negligência, imprudência e imperícia, ter uma escuta qualificada, atender com um olhar holístico, respeitando os aspectos biopsicossociais, e por meio deste moldar o cuidado, de acordo com cada mulher.

PALAVRAS-CHAVES: Parto natural, assistência de enfermagem humanizada, protagonismo, capacitação profissional.

1. INTRODUÇÃO

Pensando na humanização do parto natural, os pensadores e teóricos desta área da saúde, fundamentam que o parto natural, no sistema de saúde brasileiro, requer procedimentos invasivos que muitas vezes são realizados sem o consentimento da gestante, como remédios e técnicas de indução para apressar o parto sem respeitar o tempo da mãe e do bebê. Entretanto, diante de estudos com o propósito de uma melhora nesse cuidado, surgiu a humanização da assistência ao

parto natural que consiste em respeitar a individualidade de cada mulher, envolvê-la como protagonista de seu parto, oferecer uma escuta qualificada, a fim de criar um vínculo com a parturiente e sua família, ouvindo suas queixas, seus anseios, suas dúvidas, e suas expectativas e, a partir disso, conduzir o cenário do parto (BATISTA P.A. et al, 2017, p.2).

O cuidado humanizado no parto hoje é uma busca frequente, e através de pesquisas, pode-se verificar que para a realização dele é necessário que a equipe de saúde seja qualificada para atender o trinômio mulher-criança-família, com o propósito de garantir uma assistência de confiança, com segurança, bem-estar e para fazer uso de recursos e tornar esse processo mais agradável, fornecendo informações necessárias para melhor compreensão de como lidar com a dor e o desconforto. Diante disso, o Programa de Humanização no Pré-natal e nascimento (PHPN) surgiu para esse fim e, é utilizado como um guia de boas práticas, para ser usado nesse período e oferecer o melhor ao cliente (POSSATI A.B. et al, 2017, p.2-3).

É relevante considerar, quando se trata de parto natural e a escolha pela via do parto, a necessidade de a equipe de saúde, que assiste essa mulher, oferecer um pré-natal de qualidade, com informações baseadas em evidência científica, garantindo que a mulher se sinta segura e que tenha autonomia e conscientização para a escolha, e a partir disso, ressaltar sobre os benefícios do parto natural, que apresentam uma recuperação mais rápida, que favorecem um vínculo binômio através do contato e do aleitamento, na primeira hora (GAZINEU R.C. et al, 2018, p. 125).

Para isso, é necessário uma ação conjunta com a equipe multiprofissional, desde a atenção básica de saúde, para a realização de uma capacitação profissional através da educação continuada, e também buscar realizar a educação em saúde com as gestantes e puérperas, e expor ações educativas pela abordagem das temáticas, sobre seus direitos, sobre as mudanças fisiológicas e emocionais que possivelmente aconteceram, sobre mitos e verdades na gestação, prevenção de riscos, sobre o parto e cuidados necessários com o recém-nascido, e uma oferta para hábitos saudáveis na gestação e em período de puerpério para um desenvolvimento saudável para a mãe e seu bebê, e partindo disso, facilitar a compreensão e interação com a gestante, fortalecendo vínculos e confiança para um

cuidado com resultados positivos e humanizados (SALES A.K.C.L. et al, 2019, p.198).

A enfermagem é o principal vínculo de informação e de implementações culturais para a gestante desde o pré-natal ao nascimento com orientações e informação sobre o parto natural e humanização. Quanto a isso, quais as condutas do enfermeiro frente práticas e técnicas dos métodos não farmacológicos para alívio das dores e tensão no trabalho de parto?

O objetivo geral do estudo é proporcionar uma assistência de enfermagem humanizada no parto natural.

Portanto, a justificativa do estudo é garantir uma assistência humanizada através de capacitação profissional, uma equipe de saúde empenhada para atender as carências e necessidades da gestante, sendo elas fisiológicas, psicológicas, ou educacionais, não intervindo desnecessariamente, demonstrando interesse e dando apoio para intensificar o vínculo e gerar conforto e segurança para a parturiente e destacar os benefícios do parto natural para a mãe e o bebê.

A metodologia utilizada no presente trabalho será por pesquisa de revisão bibliográfica na qual foram utilizadas as bases de dados do Google acadêmico, SciELO, Ministério da Saúde, as literaturas apresentadas são através da língua portuguesa entre os anos de 2005 a 2021, a formatação segue o padrão das normas técnicas da ABNT, e as normas do manual FAP.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Situação do parto natural no Brasil

Em registros históricos, há décadas, o parto é realizado por parteiras, e a domicílio, conduzido através de experiências e conhecimentos adquiridos pela prática, com o passar do tempo por volta do século XX, a realização do parto passou a ser hospitalizada e conduzida por médicos e com procedimentos mais complexos e muitas vezes invasivos (PEREIRA S.S. 2016, p. 200).

Através disso, sabendo que a naturalidade do parto passou a ser tecnicamente institucionalizada e vista como uma patologia, caracterizada por um nascer programado, atualmente gerando taxas de 55,5% de cesarianas,

transpassando o valor recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), referido apenas 15% (SANTA CATARINA, 2017).

Contudo, o profissional da saúde ganha destaque como protagonista do nascimento, e através de técnicas invasivas, favorecendo a desvalorização da autonomia da mulher, no seu período gravídico (POSSATI A.B. et al, 2017, p.4).

A mulher por sua vez se sente frágil e submissa com a retirada do protagonismo, a necessidade de uma fuga para tranquilizar seu medo e anseio do eventual parto natural, acaba optando por uma cesariana, e isso é intensificado pela falta de qualificação profissional na fase do pré-natal, através de orientações livres de preconceitos e com embasamento científico (SANTA CATARINA, 2017).

Contudo, vale destacar a trajetória das políticas de saúde voltadas à mulher, em meados da década de 80. Nesse período, a mulher era enxergada apenas como um ser reprodutor, sendo insatisfatória e superficial essa visão, adiante por volta de 1977, foi criado o programa materno-infantil, voltado a gestações de alto risco. Entre os anos de 1983 a 2011, foram registradas muitas mudanças, a fim de melhorar a assistência à mulher e ao recém-nascido, foram criados programas, leis e realizados congressos, estabelecendo princípios e diretrizes, assim, a mulher passou a desfrutar de direitos, integridade, equidade, redução de mortalidades, segurança, bases científicas e humanização (BRASIL G. et al, 2018, p. 12-3).

Diante disso, atualmente o cuidado com a mulher e com o recém-nascido segue todo protocolo de cuidado integral, visando todos os aspectos necessários para contribuir para uma assistência segura e humanizada, segundo a Associação Brasileira de Enfermeiras Obstétricas.

A qualidade da assistência obstétrica e neonatal, entre outros recursos, depende da organização da rede de serviços que possa assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais de universalidade do acesso, da equidade e da integralidade do cuidado. É necessário que todas as gestantes, as parturientes, os recém-nascidos e as puérperas recebam todo o atendimento que têm direito, visando a redução dos agravos decorrentes das complicações da gravidez, do parto e do puerpério. Para isso, é necessário que todos os pontos da rede de atenção estejam atuando de forma integrada e harmônica, visando garantir o atendimento integral à mulher e ao recém-nascido, evitando sua peregrinação e, providenciando, quando necessário, sua transferência em transporte seguro e com garantia de vaga e acolhimento na unidade de referência (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS OBSTÉTRICAS, 2015, p.10).

Com base nisso, a assistência para a mãe e o recém-nascido tornou-se voltado ao cuidado multidisciplinar desde o pré-natal, nascimento e puerpério,

visando atender todos os aspectos necessários, evitando complicações ou conduzindo situações de agravos, a fim de oferecer o melhor à clientela, reduzindo riscos e oferecendo um cuidado digno e seguro.

2.2 Definição de parto natural e técnicas para alívio de dores e tensões

Pensando na história do período gravídico de uma mulher, pode-se dizer que é um processo fisiológico, que transforma, inova, renova, cresce, repõe, nutre e emociona. É um conjunto de mudanças e acontecimentos, mas que é de fato de sua natureza o dom de gerar vida. Entretanto desde a concepção até a fase final que é o nascimento, a mulher e seu corpo passa por adaptações e mudanças para formar o bebê, e nesse processo, o corpo fisiologicamente vai se preparando para a fase final que é a expulsão que fará nascer uma nova vida (GOMES M.N.A. et al, 2019, p.13).

Hoje quando se trata de parto natural, pesquisas mostram que cada mulher tem a sua escolha caracterizada pelos aspectos de vida, como sua cultura, sua análise psicossocial, e a parte econômica, a dor definida nesse processo pode gerar anseio e alegria, lados positivos e negativos, lançada como sensorial e emocional, e acima de tudo individualizada para cada mulher (MELO A.C. et al, 2020, p.82).

O Ministério de Saúde do Brasil, no que se diz respeito à naturalidade de gerar e dar à luz, estabelece o parto natural, que é compreendido como um processo fisiológico, sem intervenções desnecessárias que interrompe ou prejudica o processo natural e necessidade de cuidados mais complexos (BRASIL M.S. 2017, p.10).

Diante disso, o parto natural faz parte da natureza feminina e se ela optar por ele, há programas de humanização, onde são desenvolvidos pelo Ministério da Saúde do Brasil (MS) que vem aperfeiçoando desde a década de 80, são centros de humanização de parto natural para intensificar o empoderamento da mulher, no momento de dar à luz, garantindo segurança e a melhora da assistência (RIOS N.K.M.A. et al, 2019, p.87).

O empoderamento eleva a autoconfiança da mulher e faz que ela disponha de sua autonomia e capacidade de escolha, e desse modo reduz a relação de intervenções evitáveis, diminuindo a morbimortalidade materna e perinatal (MONTEIRO M.C.M. et al, 2017, p. 7).

Quando se trata de assistência à mulher, a enfermagem é um ponto de referência, pelo seu cuidado holístico e delicadeza, pois presta cuidados além do físico, envolve um todo: a família, aspectos éticos, biopsicossociais, educacionais, e através do conhecimento científico, transmite segurança, respeito e empatia (RIOS N.K.M.A. et al, 2019, p.88).

Diante de pesquisas para tornar a assistência ao parto natural humanizado, evidenciaram-se cientificamente os métodos não farmacológicos que ajudam nas dores e tensões do trabalho de parto, trazendo à equipe segurança na oferta dessas práticas durante o processo do parto. Tornou-se possível observar através de estudos com embasamento científico a respeito dos métodos não farmacológicos, que eles são classificados como práticas, que são o banho quente, no chuveiro ou por imersão, técnicas de respiração, deambulação, utilização da bola suíça e massagem (DIAS E.G. FERREIRA A.R.M. et al, 2018, p. 36-37).

É importante ressaltar que esses recursos passaram por testes para a garantia de sua eficácia e demonstra que os métodos não farmacológicos são recursos baseados em evidência científica que substituem os métodos invasivos. Nessa prática, o enfermeiro tem a conduta de oferecer um processo humanizado através desse método e dar à mulher segurança e autonomia, ensinando e orientando sobre exercícios respiratórios corretamente, como a deambulação e exercícios de agachamento com a bola suíça, e alentar com o uso de banho de chuveiro, massageá-la para relaxar e possibilitar uma melhor circulação (ARAUJO A.S.C. et al, 2018, p. 1094-5).

Para Rafaela Berneira Marins, o banho aquecido sendo de imersão ou de chuveiro, traz resultados positivos na evolução do trabalho de parto, pois envolve questões internas a níveis sistêmicos, causando uma diminuição na dor.

Uma tecnologia eficaz e de fácil aplicabilidade é o banho com água quente, seja de imersão ou aspersão. A água permite o relaxamento e bem-estar da mulher, diminuindo, assim, a sensação dolorosa e, conseqüentemente, a ansiedade, colaborando, ainda, com a queda dos níveis de adrenalina sistêmica. A redução dos níveis desse hormônio desencadeia um aumento na produção endógena de ocitocina, oferecendo possibilidades para que o trabalho de parto possa se desenvolver de forma rápida (MARINS R.B. 2020, p.280).

Portanto, esse meio é uma forma humanizada de garantir mais conforto, segurança e naturalidade à mulher, no momento do parto.

Diante dos métodos não farmacológicos, estudiosos concordam que a movimentação, a postura vertical e mudanças conforma o andar do processo de parturição e a escolha da parturiente, através da deambulação e uso da bola suíça com o auxílio de exercícios respiratórios corretos, são benéficos os resultados da evolução do parto (SILVA L.O. et al, 2017, p. 356).

Através de pesquisas, observou-se que o uso da bola suíça e deambulação facilitam o relaxamento da musculatura pélvica e contribui na dilatação e aumento das contrações uterinas, facilitando a descida fetal, e com a ajuda de exercícios respiratórios, a cada início de contração, contribui para acalmar e relaxar, diminuindo a ansiedade e a dor (SILVA J.S.S.A. et al, 2019, p. 32875).

É possível verificar que estudos ressaltam que a massagem corporal estimula o fluxo sanguíneo e a oxigenação dos tecidos, oferecendo um relaxamento e através desse ato, a equipe envolve o parceiro/acompanhante para intensificar o contato e conforto da gestante (GALLO R.B.S. et al, 2011, p. 44).

Pensando nisso, as Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto (DNAP), associa esse ato com a presença de um acompanhante para proporcionar a participação dele para reduzir sentimento de insegurança, ansiedade, trazendo conforto e confiança (BRASIL M.S. 2017, p. 17).

2.3 Benefícios do parto natural para a mãe e o bebê

Quando se trata de natureza e fisiologia, nos faz pensar no conceito de saudável, algo que é bom, e foi realizado de forma natural sem intervenções mecânicas, e sim ocorreu de forma que a natureza programou, no momento ideal, e assim é possível citar de forma evidenciada os benefícios de um parto natural, que por sinal é o melhor meio de dar à luz (GUEDES G.W. et al, 2016, p.3862-3865).

Pensando nos benefícios, vale ressaltar sobre o contato pele a pele, após o nascimento, onde o bebê pode sentir o calor da mãe e apreciar sensações e conceder a primeira mamada, graças ao hormônio ocitocina que é liberado, durante o parto natural que auxilia a descida do leite materno, ocorrendo grandes chances de a mãe conseguir amamentar, e com isso gera uma experiência satisfatória e única (TORRES K.N. et al, 2017, p.6).

Para o Ministério da Saúde esse meio de parto favorece a maturidade do bebê, em diversos sentidos, e diminui os riscos de um parto prematuro, já que o bebê escolhe a hora de nascer, ou seja, está maduro o suficiente para vir ao mundo. Além disso, o parto natural tem menores riscos de infecção hospitalar e puerperal, e uma recuperação mais rápida, além de menores custos na saúde. Portanto, contribui para um aspecto positivo e beneficia psicologicamente a mãe, em seu pós-parto, sem efeitos anestésicos, cortes e dores, intensificando seu vínculo mãe e bebê em seu novo papel. Estatísticas mostram que há menores índices de riscos de morte para mães de parto natural, sendo 3,6 maiores o risco de morte para partos cirúrgicos no Brasil e no mundo, e maior número de óbitos neonatal pós-cesárea, em relação ao parto natural, com os respectivos, (OR 1,93, 95% CI 1,67-2,24), e em comparação são maiores as chances de problemas respiratórios em neonatos nascidos por cesárea (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 149-151).

Diante disso, em pesquisas realizadas por Merielle Barbosa Lobo, fica evidente, como benefício para o bebê, o trajeto do canal do parto onde o bebê sofre uma descompressão, favorecendo um bom desempenho cardiorrespiratório.

Com o parto natural, há um menor desconforto respiratório do bebê. Ao passar pelo canal do parto, o tórax sofre uma descompressão compensatória, afastando os riscos de aspiração de líquido amniótico e asfixia. A profunda oxigenação que o bebê recebe ao nascer leva ao funcionamento pleno dos aparelhos cardiovascular e respiratório (LOBO M.B. 2017, P.4).

Portanto, para bebês nascidos de parto natural, as reabsorções de fluidos pulmonares são mais ativas, por isso as chances de desenvolverem Síndromes Respiratórias são bem menores, ou seja, favorece sua atividade respiratória.

Ainda sobre os benefícios do parto natural, estudos ressaltam que esse meio de parto na prática intensifica a autonomia e protagonismo da mãe, com obtenção de melhores desfechos clínicos, benefícios hormonais, uma experiência positiva e beneficia o recém-nascido, tornando-o protagonista de seu nascimento, favorecendo seu desenvolvimento e fortalecendo vínculos mãe e bebê (YAMASHITA N.C. et al, 2019, p.51).

2.4 Assistência de enfermagem à mulher no parto humanizado

Uma assistência humanizada garante a qualidade e respeito sobre o ser humano assistido na saúde, fortalecendo a segurança e bem-estar do cliente, formando vínculo, garantindo melhores resultados e surgindo efeito positivo na saúde da clientela (MELO A.A.P. et al, 2018, p.5).

Quando se refere a uma assistência humanizada, vale ressaltar sobre o processo de humanização no cuidado, que de modo geral é um ato, ou procedimento, mais humano, entendendo o indivíduo como um todo, de maneira individual, e construindo um relacionamento enfermeiro/paciente com respeito e empatia, respeitando a fisiologia do nascimento, estimulando um vínculo através de uma escuta qualificada, com o propósito de oferecer um acolhimento ideal (DUARTE M.R. et al, 2020, p.905-6).

Portanto, através de pesquisas, uma assistência humanizada é iniciada desde o pré-natal, ou seja, desde o início da gestação, o enfermeiro tem a conduta de acompanhar essa nova mãe, trazendo informações e orientando-a sobre as mudanças físicas e emocionais, sobre os possíveis desconfortos e ressaltar sobre a importância de realizar os exames, oferecendo uma escuta qualificada, criando vínculos e expor sobre os seus direitos (MATOS M.R. et al, 2017, p.15897-8).

Diante disso vale ressaltar a lei de n. 11.108, de 7 de abril de 2005, sobre o direito da parturiente de escolha de um acompanhante no processo do parto e pós-parto.

Estudos demonstram que a participação do acompanhante no processo do trabalho de parto, proporciona a humanização, e favorece a parturiente, pois traz conforto e segurança, diminuindo a dor, auxiliando no cuidado e aumentando sua autoestima, além de ter alguém que se conhece, o acompanhante pode participar ativamente nesse processo (DIAS E.G. FREITAS A.M.S. et al, 2021, p.81).

Na assistência à mulher no parto humanizado, cabe ao enfermeiro oferecer técnicas não farmacológicas para alívio das dores e livre escolha de posição, facilitando a dilatação e diminuindo desconfortos, favorecendo o conforto da gestante e bem-estar do bebê (ARAGÃO H.T. et al, 2017, p.4).

Diante disso, através das práticas da assistência de enfermagem, destacam-se a importância da equipe de enfermagem na assistência ao parto e nascimento, conduzido, de acordo com a Política Nacional de Humanização (PNH); a forma com

que a equipe assiste à parturiente, de forma integral e individualizada, trazendo de volta sua autonomia, transmite tranquilidade e segurança, nesse processo e intensifica a qualidade da assistência. Os métodos não farmacológicos, tais como: o banho quente, técnicas de respiração correta, deambulação, uso da bola suíça e a massagem, aplicados pela enfermeira, e orientados por ela, favorece a construção do vínculo enfermeiro/paciente, beneficiando o processo do parto e a parturiente, tornando mais humano e gerando resultados positivos (SILVA I.A. et al, 2017, p.40).

Ademais, através das ações prestadas para uma assistência humanizada, a conversa terapêutica também faz parte para tornar o processo mais agradável e humanizado, oferecendo à parturiente informações necessárias com a finalidade de ensinar e gerar entendimento para a mãe e família, sobre o processo do parto, nascimento e sobre o recém-nascido e a partir disso, intensificar o resgate da autonomia, e liberdade de escolha, incitado pelas informações prestadas (PEREIRA S.S. et al, 2016, p. 203).

Pensando na conversa terapêutica e no vínculo enfermeiro/paciente, em pesquisas realizadas a respeito da teoria das Relações Interpessoais de Hildegard Elizabeth Peplou, vale ressaltar sobre seu importante papel na trajetória de sua carreira na enfermagem, que causou grande impacto e maiores mudanças nas práticas de enfermagem. Diante disso, sua teoria das relações interpessoais divide-se em quatro fases: orientação, identificação, exploração e resolução. Essas fases são traçadas, para que com elas, o paciente possa apresentar seus problemas ao enfermeiro que fará a análise deles, considerando seus aspectos sociais e culturais. Assim o enfermeiro propõe soluções, faz orientações, identifica os problemas e transmite um cuidado com o aprendizado, constituindo a autonomia do paciente, para obtenção de melhores benefícios e finaliza com a resolução de problemas clínicos com a participação ativa da clientela, que adquire experiência e transfere esse cuidado para a comunidade (ALMEIDA V.C.F. et al, 2005, p.205,7-8).

Essas fases podem ser aplicadas no cuidado à mulher, em seu processo de parto, em que ela se sente com medo e insegura, e transmite seu problema, com a ajuda de uma enfermeira, o cuidado torna-se mais humano e através de um olhar holístico, a profissional pode perceber as características biopsicossociais e assim moldar o cuidado, de acordo com cada mulher, e assegurar o protagonismo, conforto, e segurança no cuidado, assim torna-se possível oferecer o apoio ideal para suas necessidades (PEREIRA S.S. et al, 2016, p. 206).

Frente às práticas de uma assistência humanizada, ressaltam Ernandes Gonçalves Dias et al a importância de uma capacitação profissional adequada, a fim de proporcionar o cuidado ideal à mãe e ao recém-nascido.

O conhecimento sobre o partear da enfermagem à mulher pode despertar nos profissionais dessa categoria sensibilização quanto à conduta frente ao atendimento à gestante em trabalho de parto, no sentido de reforçar a competência do cuidado de enfermagem no processo gravídico-puerperal para oferecer uma assistência livre de imprudência, imperícia e negligência à mulher e ao recém-nascido (DIAS E.G. FREITAS A.M.S. et al, 2021, p.80).

Portanto, através dessa visão dos autores acima, nota-se a responsabilidade profissional nessa categoria, e com isso intensifica o cuidado prestado à mãe e ao bebê, com maiores resultados positivos na assistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a história do parto natural no Brasil, com o passar dos anos, teve grandes mudanças na assistência voltada à mulher e ao recém-nascido, um novo olhar surgiu para essa categoria, através de programas, leis, diretrizes, o cuidado passou a ser mais humanizado, garantindo segurança, dignidade e elevando o empoderamento da mulher, em seu período gravídico.

Salienta-se que, no decorrer desta pesquisa, foi notado que o parto natural é um evento fisiológico e que a escolha da mulher pela via do parto é influenciada pelos seus aspectos de vida e vivências alheias. As técnicas para alívio de dores e tensões são recursos com bases científicas que intensificam o protagonismo da mulher e melhora os desconfortos evitáveis do processo do trabalho de parto, gerando conforto e segurança para a parturiente, em seu momento de dar à luz.

Evidenciam-se os benefícios do parto natural para a mãe e seu bebê, que dentre eles podem-se destacar uma recuperação rápida, baixo risco de infecções, livre de dores no pós-parto, benefícios hormonais para a mãe, o bebê escolhe seu momento de nascer, com isso seu desenvolvimento total não será interrompido, sendo o protagonista de seu próprio nascimento. Esse canal do parto beneficia o bebê em seu sistema cardiorrespiratório, diminuindo possíveis eventuais síndromes respiratórias.

Conclui-se que a assistência de enfermagem, no parto humanizado, deve estar empenhada em atender todos os aspectos biopsicossociais da mulher. Para

isso a equipe deve estar capacitada para prestar um cuidado humanizado de qualidade, livre de preconceitos, imprudência, negligência e imperícia, e assim intensificar a assistência com segurança, respeito, resgatando o protagonismo da mulher, no momento do parto, garantindo resultados positivos e gerando impacto na saúde da clientela.

ABSTRACT

Humanized natural childbirth consists of care aimed at the woman as a whole, without unnecessary interventions, in order to rescue the woman's protagonism in her moment of giving birth. The work aims to provide humanized care in natural childbirth. The methodology used was a literature review, between the years 2005 to 2021, research materials were used through virtual tools such as academic Google, SciELO, Ministry of health. It was observed that for a humanized nursing care, the professional must be trained, free from prejudice, negligence, recklessness and incompetence, have a qualified listening, meet with a holistic look, respecting its biopsychosocial aspects, and through this to shape the care of according to each woman.

KEYWORDS: Natural childbirth, humanized nursing care, protagonism, professional training.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAUJO A.S.C. et al. Métodos não farmacológicos no parto domiciliar. **Rev. Enfermagem UFPE Online**, Recife, p. 1091-1096, abril 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-970725> Acesso em: 16 de junho de 2021.

ARAGÃO H.R. et al. Trabalho de parto e os métodos não farmacológicos para alívio da dor: Revisão integrativa. **INTERNATIONAL NURSING CONGRESS**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/cie/article/view/6204> Acesso em: 16 de junho de 2021.

ALMEIDA V.C.F. et al. Teoria das relações interpessoais de Peplau: análise fundamental em Barnaum. **REV. Esc. Enferm USP**, 39 (2); 202-10; 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/tPtzyWHYsRzm8JwmNYrd5QK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 3 de setembro de 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS OBSTÉTRICAS. Assistência ao parto e nascimento: Diretrizes para o cuidado multidisciplinar. P.1-58, 2015.

Disponível em:
https://www.abenfo.org.br/site/biblioteca/arquivos/manuais/241_Protocolo-Assistencia_Parto_Nascimento-18-12-2015.pdf Acesso em: 24 de setembro de 2021

BATISTA P.A et al. Humanização do parto: significados e percepções de enfermeiras. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, vol. 21, núm. 4, p. 1-6, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127752022003> Acesso em: 27 março de 2021.

BRASIL, G.; NEVES, D. C.; MACIEL, D. M. V. L.; FIGUEREDO, R. C.. Parto no Brasil: intervenção médica ou protagonismo da mulher. **Scire Salutis**, v.8, n.2, p.9-23, 2018. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2236-9600.2018.002.0002> Acesso: 23 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais de Assistência ao parto Natural, Brasília, p. 1-51, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf Acesso em: 12 de maio de 2021.

BRASIL. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Lei do Acompanhante. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11108.htm Acesso em: 20 de agosto de 2021.

Dias EG, Freitas AMS, Nunes HKGF, Silva DKC, Campos LM. O partear da enfermagem à mulher em uma casa de parto. **Rev Enferm Contemp**. Salvador, p.79-85, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i1.3501> Acesso em: 20 de agosto de 2021.

DIAS E. G.; FERREIRA A. R. M.; MARTINS A. M. C.; JESUS M. M.; ALVES J. C. S. Eficiência de métodos não farmacológicos para alívio da dor no trabalho de parto normal. **Rev. Enfermagem em Foco**. Brasília, v.9, n. 2, p. 35-39, abril de 2018. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1398/442> Acesso em: 11 de junho de 2021.

DUARTE M.R., et al. Percepção das enfermeiras obstétricas na assistência ao parto: resgate da autonomia e empoderamento da mulher. **Rev. online de pesquisa: Cuidado é fundamental**, Rio de Janeiro (RJ), vol. 12, p. 903-908, 2020. Disponível em: http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/7927/pdf_1 Acesso em: 12 de abril de 2021.

GALLO, Rubneide Barreto Silva et al. Recursos não-farmacológicos no trabalho de – parto: protocolo assistencial. **Femina**. Ribeirão Preto (SP), v. 39, n. 1, p. 42-48, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-594050> Acesso em: 16 de junho de 2021.

GAZINEU R.C. et al. Benefícios do parto normal para a qualidade de vida do binômio mãe-filho. **Revista Textura**, Governador Mangabeira (BA), v. 12, n. 20, jul-dez, 2018. Disponível em: <https://textura.famam.com.br/textura/article/view/287/255> Acesso em: 31 de março de 2021.

GUEDES, Gerline Wanderley et al. Conhecimentos de gestantes quanto aos benefícios do parto normal na consulta pré-natal. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, [S.l.], v. 10, n. 10, p. 3860-3867, set. 2016. ISSN 1981-8963. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11453>>. Acesso em: 13 set. 2021. doi:<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v10i10a11453p3860-3867-2016>.

GOMES M.N.A. et al. Saúde da mulher na gestação, parto e puerpério. **Ministério da saúde**, p. 1-60, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Documents/Downloads/notatecnica_saude_mulher-na-gestacao-parto-e-puerperio.pdf Acesso em: 9 de setembro de 2021.

RIOS N.K.M.A. .; NEURISMAR ARAÚJO DE SOUZA, M. .; ALMEIDA DA SILVA, M. .; SILVA SOUSA, M. . O processo de parir assistido pela enfermeira obstétrica sob a luz da Teoria Humanística. **Cadernos ESP - Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 80–90, 2019. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/133> . Acesso em: 9 de setembro de 2021.

LOBO M.B. PARTO NORMAL: A NATUREZA SE ENCARREGA, MAMÃE E BEBÊ AGRADECEM, Hospital Materno Infantil Público Tia Dedé. **Pró Saúde, Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar**, p.1-5, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6146891-Parto-normal-a-natureza-se-encarrega-mamae-e-bebe-agradecem.html> Acesso em: 13 de agosto de 2021.

SANTA CATARINA. **Lei n.17097 de 17 de Janeiro de 2017**. Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no estado de Santa Catarina. Florianópolis: DOE, 2017. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-17097-2017-santa-catarina-dispoe-sobre-a-implantacao-de-medidas-de-informacao-e-protecao-a-gestante-e-parturiente-contr-a-violencia-obstetrica-no-estado-de-santa-catarina> Acesso em: 22 de setembro de 2021.

MARINS R.B. et al. Care techniques for pain relief in birthing / Tecnologias de cuidado para o alívio da dor na parturição. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Pelotas (RS), v.12, p. 276-281, 2020. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/8502> Acesso em: 16 de junho de 2021.

MATOS M.R., CONDAS B.A., et al. Atuação do profissional enfermeiro no pré-natal: Educando para Saúde. **EDUCERE**, p. 15894- 15900, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24828_13151.pdf Acesso em: 14 de setembro de 2021.

MELO A.A.P. et al. Atuação do Enfermeiro no Parto Humanizado. **Revista Científica Eletrônica de Enfermagem da FAEF**, Garça SP, v.1, n.1, p.1-8, 2018. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/ClaOegJjJw8lyxQ_2018-7-26-10-46-43.pdf Acesso em: 17 de agosto de 2021.

MELO A.C. et al. A ENFERMAGEM REINSERINDO A PARTURIENTE COMO O PAPEL PRINCIPAL NO MOMENTO DO PARTO. **ReBIS**, v.2, n.2, p.80-84, 2020. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/93> Acesso em: 20 de agosto de 2021.

Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília; Ministério da saúde; 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf Acesso em: 12 de agosto de 2021.

MONTEIRO MCM, HOLANDA VR, MELO GP. Análise do conceito parto humanizado de acordo com o método evolucionário de Rodgers. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**. v.7, p.1-10, 2017. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1885> Acesso em: 9 de setembro de 2021.

PEREIRA S.S. et al. Parto natural: a atuação do enfermeiro diante da assistência humanizada. **Tempus, actas de saúde coletiva**, Brasília (DF), v.10, n.3, p. 199-213, set, 2016. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1727> Acesso em: 11 jun. 2020.

POSSATI A.B., et al. Humanização do parto: significados e percepções de enfermeiras. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro (RJ), vol.

21, n. 4, p.1-6, abr, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1277/127752022003.pdf> Acesso em: 14 abril de 2021.

SALES A.K. et al. Educação em saúde na atenção básica para gestantes e puérperas. **Revista interfaces**, Juazeiro do Norte (Ceará), v.7, n.1, p. 197-202, julho, 2019. Disponível em: <http://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/660/pdf> Acesso em: 12 de abril de 2021.

SILVA A.T. et al; O papel do enfermeiro na humanização do parto natural. **Rev. Eletrônica Acervo saúde**, Recife (PB), v.13, p. 1-7, outubro 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5202> Acesso em: 09 de junho 2021.

SILVA. I.A. et al. PERCEPÇÕES DAS PUÉRPERAS ACERCA DA ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM NO PARTO HUMANIZADO. **REVISTA UNINGA**, v. 53, n.2, p. 37-43, setembro 2017. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/1440> Acesso em: 3 de setembro de 2021.

SILVA J.S.S.A. et al. Bola suíça no trabalho de parto: Revisão de literatura. **Braz. J. of. Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 32867-32876, 2019. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5726> Acesso em: 16 de junho de 2021.

SILVA L.O. et al. Métodos não farmacológicos no controle da dor no trabalho de parto e parto: uma ação do enfermeiro. **Editora científica**, p. 347-360, 2017. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/200801078.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2021.

TORRES K.N. et al. A importância da elaboração do plano de parto e seus benefícios. **International journal of health management review**, v.3, n. 2, p. 1-30, 2017. Disponível em: <https://www.ijhmreview.org/ijhmreview/article/view/126/63> Acesso em: 12 de agosto de 2021.

YAMASHITA N.C. et al. Ciências da saúde: humanização do parto e a autonomia feminina. **Editora científica**, v.2, p.46-54, 2019. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210504578.pdf> Acesso em: 18 de agosto de 2021.

FISIOTERAPIA

A IMPORTÂNCIA DA DANÇATERAPIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO.

Érika Geovana Pereira Florencio, discente do Curso de Fisioterapia da FAP¹

Sandy Gregorio Vargas Jonas, discente do Curso de Fisioterapia da FAP¹

Yonara Aloma Galvão Fernandes, discente do Curso de Fisioterapia da FAP¹

Lúri Yrving Müller da Silva, docente do Curso de Fisioterapia da FAP²

RESUMO

Este é um estudo feito referente ao Transtorno Espectro Autista (TEA), uma das desordens neurológicas mais comuns que afeta o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças, que apresenta três fatores mais evidentes: dificuldade de socialização, dificuldade na comunicação verbal e não verbal e padrões estereotipados. Intervenções para crianças com TEA são de extrema importância para estimulação global. A dançaterapia trata-se de um modelo de intervenção onde o praticante busca desenvolver suas habilidades motoras, expressividade através de sequências de movimentos e dinâmicas individuais ou em grupo. A dança como terapia favorece o desempenho gestual e motor, principalmente no equilíbrio e na marcha, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida. **OBJETIVO:** Avaliar por meio da literatura o uso da dançaterapia, enquanto método terapêutico no tratamento do espectro autista, que busca melhorar o desenvolvimento neuropsicomotor, a socialização e coordenação motora do paciente. **MÉTODO:** Esta pesquisa constituiu-se de revisão literária, realizada entre janeiro e setembro de 2020 e as fontes usadas foram selecionadas através da base de dados SciELO; Google Academy e Attena repositório digital da UFPE, que disponibilizam os artigos indexados online. Os critérios de inclusão foram estabelecidos com finalidade de obter um estudo mais atual. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Foram localizados 20 artigos no idioma português e inglês, sendo que, após leitura, 13 artigos foram mantidos, já que demonstravam a importância da dançaterapia no tratamento do TEA. **CONCLUSÃO:** Nos trabalhos encontrados, foi possível constatar que o método da dançaterapia traz resultados significativos para o tratamento do TEA e, permite ao paciente, no final de cada sessão, o aprimoramento da percepção sobre o seu próprio corpo em movimentos específicos ou globais, além de promover o desenvolvimento intelectual e ter atribuída a capacidade de aceitação corporal, desinibição, expressividade, autocontrole, concentração e interação social.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; Fisioterapia; Dançaterapia.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um agrupamento de desordens neurológicas, responsáveis por afetar o desenvolvimento neuropsicomotor de indivíduos (MACHADO, 2015). O transtorno recebe o nome de espectro por envolver múltiplos fatores que se apresentam de maneiras diferentes de um indivíduo para o outro, sempre se mantendo em uma linha gradativa, que é construída, considerando desde os sintomas mais leves, até os mais graves.

A terminologia TEA foi tecnicamente determinada pelo DMS-5 Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Transtornos Mentais, para denominar o autismo e outras síndromes com características similares, tais como: a síndrome de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento sem Outra Especificação que pode ser abreviado como PDD-NOS (sigla em inglês) ou TID-SOE (sigla em português) (JOHNSON; MYERS, 2007).

As características de uma pessoa com TEA começam a ser firmadas a partir dos seis anos, porém, antes disso, por volta dos dois a três anos é que elas já podem ser identificadas e diagnosticadas. Há, também, a possibilidade, de que algumas crianças se desenvolvam e alcancem o marco do desenvolvimento esperado até determinada idade, mas depois regridam. (ROGERS, 2009).

Para Assumpção e Pimentel (2000), são muitas as características relacionadas ao TEA, porém, existem pelo menos três delas que se sobressaem em relação às demais, que podem se manifestar de forma isolada ou em conjunto. São elas: dificuldade de se comunicar verbal e não verbalmente; comportamentos repetitivos de movimentos e dificuldade na interação social. Além disso, as crianças exibem dificuldade na capacidade de imitar gestos e dificuldade de expressar-se, utilizando gestos espontaneamente, tendo assim a interação social prejudicada e reduzida.

Para Baghdadli et. al. (2012), quando se trata de comunicação verbal, parte das crianças com TEA, até a sua vida adulta, não são capazes de desenvolver uma oratória satisfatória que consiga contemplar suas necessidades diárias de comunicação. Além de que seus gestos são menos frequentemente integrados às palavras caracterizando, também, uma disfunção na sua comunicação não-verbal. A ecolalia é muito presente a partir dos três anos, onde as crianças são mais propensas a repetir palavras e balbucios, ao invés de se expressar autonomamente.

Os comportamentos repetitivos estão presentes em basicamente todos os indivíduos com TEA e, segundo a Repetitive Behavior Scale-Revised (RBS-R), os comportamentos repetitivos mais comuns são: comportamento ritualista; uniformidade; comportamento compulsivo; estereotipia; comportamento restrito e automutilação. Não aparecem todos em um único indivíduo, mas podem aparecer um ou mais de um por indivíduo (LAM; AMAN, 2007).

Déficits sociais distinguem o transtorno do espectro do autismo de outros transtornos do desenvolvimento. Nesta vertente que contempla a interação social, o indivíduo sente extrema dificuldade de se comunicar por não entender o que as outras pessoas querem dizer, no sentido de que para a comunicação acontecer, a expressividade oral deve ser realizada com muita literalidade, para que a pessoa com TEA possa compreender o que lhe está sendo passado.

O TEA é um transtorno de caráter altamente hereditário e tem a capacidade de afetar o processamento de informações no cérebro, alterando a forma como as células nervosas e suas sinapses se conectam e se organizam; como isso ocorre ainda não é bem compreendido (LEVY et. al., 2009).

Estudos mostram que embora o TEA possua uma base patológica desconhecida, alguns autores consideram que parte da condição desta patologia, voltada à disfunção de estímulos sensoriais, está no mau funcionamento do sistema de neurônios espelho (RAMACHANDRAN E SECKEL, 2011).

Muitos pesquisadores de neurociência cognitiva consideram que este sistema fornece o mecanismo psicológico para a interação da percepção com a ação. Os neurônios espelho podem ser importantes para compreender a ação de outras pessoas e para aprender novas aquisições motoras mediante a imitação. Problemas neste sistema constituem a base de desordens cognitivas como o autismo. Muitas crianças autistas exibem desde cedo danos sensoriais e motores. Intervenções terapêuticas que atuam no estímulo sensorial têm mostrado efeitos positivos, além de intervenções visuais e auditivas, técnicas de manejo sensório-motor e exercícios físicos. Movimentos sincrônicos repetitivos podem aperfeiçoar estímulos no sistema de neurônios espelho.

Pectrus et al. (2008) preconizam a fisioterapia como crucial para encontrar caminhos para minimizar os prejuízos neuromotores. Já a música e a dança existem em todas as culturas e integram uma série de comportamentos criativos. A dança

como terapia pode estimular a integração da sensação, da percepção e, assim, predispor a ação. Atividades coordenadas são de fundamental importância para o progresso do aparato neuromotor. A dançaterapia pode facilitar a interação social e a comunicação, além de vários sistemas que interferem na percepção do movimento, fundamentais para o desenvolvimento emocional-social e para a interconexão de áreas responsáveis pela associação do movimento.

Assim, o presente estudo salienta a importância da dançaterapia como possibilidade de desenvolver pacientes com espectro autista. A escassez de estudos com o desenho proposto instigou a necessidade de pesquisar na literatura a importância da dançaterapia no desenvolvimento de crianças autistas.

2 OBJETIVO

Avaliar por meio da literatura o uso da dançaterapia, enquanto método terapêutico no tratamento do espectro autista, que busca melhorar o desenvolvimento neuropsicomotor, socialização e coordenação motora do paciente.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa constitui-se de revisão literária realizada entre janeiro e setembro de 2020. Foram utilizados como descritores para busca as terminologias espectro autista, dançaterapia e fisioterapia. Destacaram-se artigos publicados no período de 2008 a 2020, com o intuito de localizar a produção científica da última década.

As fontes usadas para a pesquisa foram selecionadas através da base de dados SciELO; Google Academy e Attena repositório digital da UFPE, que disponibilizam os artigos indexados online.

4. RESULTADOS

No total, foram encontrados 20 artigos, no período entre os anos de 2008 e 2020. Para critério de inclusão, destacaram-se os trabalhos publicados em português e inglês e após leitura, o número foi reduzido para 13, considerando os que continham informação sobre a importância da dançaterapia no tratamento do TEA. Os critérios foram estabelecidos com finalidade de obter um estudo mais atual.

Tais dados denunciam uma defasagem de pesquisas que explorem os recursos da dançaterapia no desenvolvimento de pessoas com autismo. Uma questão a ser levantada é que possivelmente há outros estudos não vinculados às bases de dados investigadas pela presente pesquisa, mas há de se considerar que as pesquisas referentes ao espectro autista demandam ainda muitas descobertas. Além do mais, os estudos encontrados trazem profundas reflexões sobre a importância desta atividade para esta população.

Neste sentido, a interface dançaterapia e autismo tem sido proposta dentro de uma perspectiva multidisciplinar das áreas de conhecimento. Os estudos propõem o método como estratégia educativa, estimuladora de inclusão social e escolar, e o utilizam como tratamento e terapia comportamental.

5. DISCUSSÕES

Transtorno do espectro autista (TEA) recebe este nome pelos múltiplos fatores que são apresentados de variadas formas diferentes de um indivíduo para outro, se mantendo sempre em linha gradativa, que é composta através dos sintomas mais leves até os mais graves. (MACHADO 2015).

Durante o desenvolvimento é uma das desordens neurológicas mais comuns que afeta o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças. Compromete o controle postural, traz déficits de marcha, na coordenação motora ampla e nas habilidades motoras finas. Isso prejudica a participação destes em atividades físicas que, como é sabido, são habilidades fundamentais para a prática motora (KRUGER, G. R. et. al, 2019).

São de fácil percepção algumas manifestações do autismo, no dia a dia da criança, assim a comunicação ou a linguagem dessa criança pode ser observada no atraso, ou na ausência desse desenvolvimento oral. Já o déficit na interação social é recorrente ao autismo, é perceptível a falta de reciprocidade da criança, tendo assim dificuldade na socialização e no contato com o próximo (REGINA et al., 2017).

Outro fator perceptível no autista é sua dificuldade comportamental, o que faz necessário com crianças com TEA estabelecer uma rotina, além dos movimentos repetitivos e as estereotipias, presentes geralmente tendo em vista a falta de reciprocidade, a dificuldade na socialização e o comprometimento do contato com o próximo.

“[...] É também comum se observar crianças autistas fascinadas por certos estímulos visuais, como luzes piscando e reflexos de espelho bem como tendo certas aversões ou preferências por gostos, cheiros e texturas específicas [...]” (SILVA; MULICK, 2009, p.120).

Crianças com TEA são atraídas por objetos previsíveis e atividades sistemáticas, podendo ter bons resultados com crescimento dos aspectos linguísticos, que são componentes indispensáveis para o desenvolvimento humano.

Apresentam comumente hiper ou hiporreatividade (resposta extrema ou pouca resposta) aos estímulos, mas apresentam interesses incomuns por alguns estímulos sensoriais no ambiente. As alterações na integração sensorial implicam diretamente no desenvolvimento de equilíbrio postural em crianças com TEA, tendo em vista que a manutenção do equilíbrio postural é composta pela integração do sistema vestibular, proprioceptivo e visual (SUENYA et al., 2020).

Intervenções para crianças com TEA são de extrema importância para estimulação global. As intervenções são, na maioria das vezes, propostas individualmente a cada paciente, focando nos aspectos linguísticos e comunicativos.

Dançaterapia é a terapia feita pela dança e o movimento. Como o movimento é considerado um meio universal de comunicação, existe uma estreita ligação da dança com o movimento como forma de comunicação para pessoas com necessidades educativas especiais. Levando em consideração as características do autismo, a dançaterapia vem sendo considerada por muitos investigadores como uma intervenção positiva para esta população (CUNHA, 2010).

Para Resende (2008), a dança utilizada como um instrumento terapêutico, ou dançaterapia, trata-se de um modelo de intervenção onde o praticante busca desenvolver suas habilidades motoras e expressividade artística através de sequências de movimentos e dinâmicas individuais ou em grupo. Orientado pelo instrutor da terapia, com o objetivo de, ao final de cada sessão, ou de um conjunto de sessões, o indivíduo poder ter aprimorado a percepção sobre o seu próprio corpo em movimentos específicos ou globais, além de desenvolver-se intelectualmente, obtendo a capacidade de aceitação corporal, desinibição, expressividade, autocontrole, concentração, interação social, dentre outros.

Desenvolvida por María Fux, bailarina argentina de renome mundial, a dançaterapia tem a proposta integrativa, tendo em vista incluir um público

diversificado que, na maioria das vezes, é excluído das propostas de atividades artísticas, em ambientes com indivíduos neurotípicos, dominantes em quantidade. Este público diversificado inclui pessoas com Síndrome de Down, surdos, pessoas com deficiência mental e física, idosos, entre outros (MARÍA FUX, 1988).

Diferente da metodologia tradicional do ensino da dança, os novos métodos de trabalhar a dança como um instrumento terapêutico, conta com algumas especificidades que possuem a intenção de garantir uma melhor qualidade e aproveitamento da terapia. Essas especificidades incluem, desde a escolha do ambiente onde serão executadas as sessões até o tipo de atividades que são aplicadas, considerando faixa etária dos participantes, a bagagem corporal e emocional, e o objetivo a ser atingido (VIANNA, 1998).

Com o passar do tempo e com as análises feitas, foi observado que o método continha a capacidade de intervir de forma terapêutica no indivíduo praticante da modalidade, capacitando o método como um meio de intervenção a ser experimentado, no tratamento de diversas patologias físicas e mentais, incluindo o TEA.

Segundo Machado (2015), na pessoa com TEA, a dança como terapia favorece o desempenho gestual e motor, principalmente, no equilíbrio e na marcha, além de contribuir para a melhora da qualidade de vida do indivíduo. Outros estudos ressaltam a importância do movimento rítmico no desenvolvimento de habilidades motoras negligenciadas por causa da condição do espectro autista.

É importante ressaltar que a dançaterapia, em sua particularidade, busca atender à necessidade específica do praticante, e para isso as aulas podem ser moldadas, de acordo com a demanda. Para o caso do indivíduo com TEA, foi analisado que as sessões podem ser oferecidas individualmente ou em grupo, visando melhoras na capacidade de interação pessoal do indivíduo.

Um estudo realizado por Machado (2015) sugere que dependendo do nível de autismo do praticante, as sessões de dançaterapia podem iniciar-se individualmente, para que não haja inibição ou resistência do praticante. Além de que se faz necessário um ambiente específico para desenvolvimento do trabalho sem interferência do meio externo, para que não desvie a atenção do participante das atividades.

Em adição a isso, outros estudos sugerem a realização das sessões de dançaterapia em grupo, visando não só o aprimoramento das capacidades e habilidades motoras, mas também a interação social, como foi relatado nos resultados de um estudo realizado por (WOLFF, ARRIECHE; SOUZA, 2012, p. 05):

Os pais relataram achar importante a realização das aulas de dança visto que contribuem com o bem-estar da criança, tornando-a mais feliz. Outro aspecto citado foi que a dança auxiliou na coordenação motora e na relação interpessoal, pois as crianças passaram a ter mais contato com outras crianças.

Também, foi observado que a faixa etária dos participantes influencia na receptividade do tratamento, tendo em vista que os comandos dados às crianças e adolescentes serão entendidos e absorvidos, de acordo com a sua fase de desenvolvimento e a gravidade do seu nível de autismo.

Um estudo realizado com uma criança de dez anos de idade mostrou resultados significativos, no seu desenvolvimento socioemocional, considerando que esse alcance se deveu ao interesse apresentado pela criança na progressão das atividades. Enquanto outros estudos trazem a interferência positiva da dançaterapia no desenvolvimento motor e expressividade corporal das crianças e principalmente adolescentes.

Vale salientar que ainda são poucos os estudos desenvolvidos que retratam a dançaterapia no tratamento das condições atribuídas a pessoas com TEA, no melhoramento da sua qualidade de vida e no seu desenvolvimento motor. No entanto, é possível observar no levantamento apresentado nos resultados deste artigo, que existem experiências que descrevem bons resultados no uso desta prática. A partir desses estudos, constatou-se que a dança traz benefícios, sendo capaz de estimular o desenvolvimento motor dessas crianças e adolescentes com TEA.

A Dançaterapia é um modelo terapêutico que propõe a dança como principal instrumento para a manutenção, recuperação e melhoria das condições de saúde da população. A prática da dança oferece aos seus adeptos a possibilidade de sentirem-se mais integrados consigo mesmo e na comunidade, auxilia na reeducação motora e mental, contribui na diminuição de fatores de risco para doenças cardiovasculares e mentais, bem como na educação inclusiva e na capacidade de desenvolvimento físico e psicológico (REBELO 2014)

Portanto, a dança e o movimento podem ser elementos que educam, expressam e libertam a busca de valores, sensibilidade, linguagem corporal, como também, força, resistência, impulso e desaceleração ao movimento, sendo ainda utilizados como forma de terapia. (SILVA, M.L.T. 2018)

Foi analisado também que dançaterapia é um trabalho que contempla muitas áreas de estudo, por isso são muitos os profissionais envolvidos nesta prática. Seu trabalho engloba não só os profissionais da saúde, como fisioterapeutas e psicólogos, mas se amplia para diversas áreas, como as artes, a educação e ginásticas.

É válido reiterar que cada caso é único, então os resultados só podem vir a cada um de forma distinta. O autista pode ter uma vida muito melhor, quando as intervenções são realizadas por profissionais multidisciplinares e com o acompanhamento dos pais.

O autista é uma pessoa com necessidades especiais que merece atenção tanto dos profissionais que os cercam, quanto dos pais, dando para ele as melhores estruturas para que possam levar uma vida quase normal.

5. CONCLUSÃO

Quando se trata de trabalhos para parte da população composta por pessoas com TEA, vê-se que não são muitos. Assim, como outras deficiências, esta é uma que necessita de atenção especial. No material encontrado, a dançaterapia foi avaliada como um recurso que possui a capacidade de influenciar diretamente o desenvolvimento de pessoas com TEA.

Também foi possível constatar nestes trabalhos que o método da dançaterapia traz resultados significativos para o tratamento do TEA, pois, permite ao paciente, no final de cada sessão, o aprimoramento da percepção sobre o seu próprio corpo, em movimentos específicos ou globais, além de se desenvolver intelectualmente, adquirindo a capacidade de aceitação corporal, desinibição, expressividade, autocontrole, concentração e interação social.

THE IMPORTANCE OF THERAPEUTIC DANCE FOR THE DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM

ABSTRACT: INTRODUCTION: This is a study made regarding Autistic Spectrum Disorder (ASD), one of the most common neurological disorders that affects the neuropsychomotor development of children, with three more evident factors: difficulty in socialization, difficulty in verbal and non-verbal communication and stereotyped patterns. Interventions for children with ASD are extremely important for global stimulation. Dance therapy is an intervention model where the practitioner seeks to develop their motor skills, expressiveness through movement sequences and individual or group dynamics. Dance as therapy favors gestural and motor performance, especially in balance and gait, in addition to contributing to the improvement of quality of life. OBJECTIVE: To evaluate, through the literature, the use of dance therapy as a therapeutic method in the treatment of the autistic spectrum, which seeks to improve the patient's neuropsychomotor development, socialization, and motor coordination. METHOD: This research consists of a literature review, carried out between January and September 2020 and the sources used were selected through the SciELO database; Google Academy and Attenu UFPE's digital repository, which make indexed articles available online. Inclusion criteria were established to obtain a more current study. RESULTS AND DISCUSSION: 20 articles were in Portuguese and English, and, after reading, 13 articles were kept, as they demonstrated the importance of dance therapy in the treatment of ASD. CONCLUSION: In the studies found, it was found that the dance therapy method brings significant results for the treatment of ASD and allows the patient, at the end of each session, to improve the perception of their own body in specific or global movements, in addition to developing intellectually having attributed the capacity of corporal acceptance, disinhibition, expressiveness, self-control, concentration and social interaction.

KEYWORDS: Autistic Spectrum Disorder; Physiotherapy; Dance therapy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO JR, F.B.; PIMENTEL, A. C. M. Autismo infantil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 37-39, 2000.

BAGHDADLI, A. et. al. Developmental trajectories of adaptive behaviors from early childhood to adolescence in a cohort of 152 children with autism spectrum disorders. **Journal of Autism and Developmental Disorders**. New Heaven, v. 42, p. 1314-1325, 2012.

CUNHA, S. J. O. B. Dançaterapia como forma de promover a comunicação no autismo. (Monografia de Especialização em Educação Especial). **Escola Superior de Educação Paula Frassinetti**, Porto, 2010.

FUX, M. **Dança terapia**. São Paulo: Summus, 1988.

JONHSON, C. P.; MYERS, S. M. Identifications and evaluations of children with autism spectrum disorders. **Pediatrics**. Amsterdam, v.120, n. 5, p. 1183-1215, 2007.

KRUGER, G. R.; SILVEIRA, J. R.; MARQUES, A. C. Habilidades motoras de crianças com transtorno do espectro autista: **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**. Pelotas, RS Brazil, 2019, v. 21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/KhP3n5434Rrwy5tD95NWngH/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 13 out. 2021.

LAM, K. S. L.; AMAN, M. G. The respective behavior scale-revised: independent validation in individuals with autism spectrum disorders. **Journal of Autism and Developmental Disorders**. New Heaven, n. 37, p. 855-866, 2007.

LEVY, S. E.; MANDELL, D. S.; SCHULTZ, R. T. Autism. **Lancet**. New York, v. 374, n. 16, p. 27-38, 2009.

MACHADO, L. T.; Dançaterapia no autismo: um estudo de caso. **Revista Fisioterapia Pesquisa**. Aracaju (SE), 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fp/a/z6FKLkpb36hRq3mnzcMwHHj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 13 out. 2021.

PECTRUS C, ADAMSON SR, BLOCK L, EINARSON SJ, SHARIFNEJAD M, HARRIS SR. Effects of exercise interventions on stereotypic behaviors in children with autism spectrum disorder. **Physiotherapy**. Canada. 2008;60(2):134-45.

RAMACHANDRAN VS, SECKEL EL. Synchronized dance therapy to stimulate mirror neurons in autism. **Med Hypotheses**. 2011;76(1):150-1.

REBELO, P. A importância da dança, enquanto terapia, na inclusão de crianças com paralisia cerebral. Dissertação. **Escola Superior de Educação João de Deus**. Lisboa-Portugal, 2014.

REGINA K. S, et al.; Transtorno do espectro autista (TEA): Do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. **Revista Include**. Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social, 2018, 221. Disponível em: <http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includere>. Acesso: 13 out. 2021.

RESENDE, C. O que Pode um Corpo? O método Angel Vianna de conscientização do movimento como um instrumento terapêutico. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 563-574, 2008.

ROGERS, S. J. What are infant siblings teaching ua about autism in infancy? **Autism Research**. Kansas City, v. 2, p. 125-137, 2009.

SILVA, M.L.T; A dança e a dança-terapia no desenvolvimento motor de crianças e adolescentes com transtorno de aspecto autista: uma revisão bibliográfica. **ATTENA – Repositório digital da UFPE**. Vitória de Santo Antão, 2018;21 24-40. Disponível

em: <<https://18.231.186.255/index.php/artigos/article/view/7726/4989>>. Acesso em: 13 out. 2021.

SILVA; MULICK; Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2009, 29 (1), 116-131.

SUENYA et al, 2020; Análise bibliométrica da literatura sobre equilíbrio postural em crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Rev. CEFAC** vol.22 no.2 São Paulo 2020.

VIANNA, K. **A dança**. São Paulo: Summus, 1988.

WOLFF, S. S.; ARRIECHE, L.; SOUZA, A. T. G. Aulas de dança para crianças e adolescentes autistas sob o olhar dos pais. In: **CONGRESSO DA ABRACE**, 2012. Porto Alegre. Anais. Pelotas: UFPEL.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e Produção Textual: sumarização, retextualização, resumo

Edna Aparecida Cavalcante, Doutora em Letras pela Unesp-Assis e professora da Faculdade da Alta Paulista (FAP)

RESUMO

O resumo exige competências e habilidades de compreensão, de uso de estratégias de estudo, além de capacidade discursiva e saber utilizar regras de redução semântica. Em vista disso, o estudo pretende analisar os processos de sumarização, retextualização, resumo e suas implicações sobre leitura, produção textual e linguagem. A abordagem do tema foi feita com os objetivos de refletir sobre questões relacionadas ao resumo, enquanto atividade de leitura e escrita; e analisar aspectos da sumarização, do resumo e da retextualização sob a perspectiva de quem resume, sumariza, retextualiza o texto original. O levantamento bibliográfico sobre o assunto revelou que a abordagem é antiga, apesar disso, os estudos atuais são abundantes e voltados ao ensino fundamental, médio e superior. O tratamento dado ao tema passou por uma reflexão sobre comunicação e letramento, na tentativa de contextualizar e ancorá-lo em dois fundamentos básicos para a compreensão e uso da linguagem. Em continuidade, foram analisados aspectos da inter-relação entre leitura e escrita, na elaboração do resumo, destacando-se duas propriedades do resumo: técnica ou tática de leitura para extração dos aspectos dos textos relativos aos interesses e objetivos do leitor/produtor do resumo; e registro sintético das informações do texto original, ou reescrita de aspectos do texto original. Em seguida, foram examinados aspectos a serem considerados sobre a tecnologia do resumo. Dentre eles, a necessidade de ler e estudar o texto para compreender e resumir. Na sequência, foram apresentados os aspectos linguísticos do texto original e a metodologia de ensino e aprendizagem relacionada ao resumo. Para finalizar foram feitas as considerações finais. A metodologia utilizada, nesse estudo, valeu-se da análise do tema abordado, em diferentes produções científicas, para levantar princípios, fundamentos, conceitos, processos, procedimentos, aspectos linguísticos e textuais, estratégias de leitura e escrita, entre outros necessários para conceber resumo, sumarização e retextualização, entendidos como formas de linguagem e comunicação.

Palavras-chave: Resumo e retextualização. Comunicação e linguagem acadêmica. Papel da Leitura e escrita. Tecnologia do resumo. Metodologia.

Introdução

A competência para resumir evidencia-se pela manifestação da compreensão e pelo uso de estratégia de estudo, além de demonstrar a competência discursiva do produtor do resumo, pois o uso apropriado das regras de redução semântica é consequência de sua capacidade de avaliar e selecionar as informações do texto, pertencentes a sua estrutura global. Vale destacar que uma informação específica pode ser considerada trivial, redundante, importante, de acordo com o sentido referencial global, expresso pela macroestrutura do texto e não só em nível de parágrafo ou frase. (Terzi e Kleiman, 1985)

Considerando o exposto, este estudo procura refletir sobre os processos de sumarização, retextualização e resumo e suas implicações no domínio dos conhecimentos sobre leitura, produção textual e linguagem.

Esse tema remete às questões de linguagem, enquanto produção cotidiana de textos e ao desenvolvimento do letramento acadêmico do estudante. Isso tudo pressupõe competências e habilidades de produzir enunciados com suas nuances composicionais e estilísticas que demonstram uma inter-relação entre leitura e escrita. O resumo é, pois, considerado atividade que consuma essa inter-relação entre leitura e escrita.

Em vista disso, os objetivos desse estudo são refletir sobre questões relacionadas ao resumo, enquanto atividade de leitura e escrita; e analisar aspectos da sumarização, do resumo e da retextualização sob a perspectiva de quem resume, sumariza, retextualiza o texto original.

A elaboração do resumo permite exercitar várias funções comunicativas sociais, profissionais e educacionais, além de ser uma estratégia de estudo que promove o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

O levantamento bibliográfico sobre sumarização, resumo e textualização revelou que a abordagem desse assunto já é antiga, uma vez que se reporta à década de 1970, apesar disso, os estudos atuais são abundantes e voltados tanto ao ensino fundamental e ao ensino médio, quanto ao ensino superior.

O tratamento dado ao tema passou por uma reflexão sobre comunicação e letramento, na tentativa de contextualizar e ancorá-lo em dois fundamentos básicos para a compreensão e uso da linguagem. Em continuidade, foram analisados aspectos da inter-relação entre leitura e escrita, na elaboração do resumo, destacando-se duas propriedades do resumo: técnica ou tática de leitura para extração dos aspectos dos textos relativos aos interesses e objetivos do leitor/produtor do resumo; e registro sintético das informações do texto original, ou reescrita de aspectos do texto original. Em seguida, foram examinados aspectos a serem considerados sobre a tecnologia do resumo. Dentre eles, a necessidade de ler e estudar o texto para compreender e resumir. Na sequência, foram apresentados os aspectos linguísticos do texto original e a metodologia de ensino e aprendizagem relacionada ao resumo. Para finalizar foram feitas as considerações finais.

A metodologia utilizada, nesse estudo, valeu-se da análise do tema abordado, em diferentes produções científicas, para levantar princípios, fundamentos, conceitos, processos, procedimentos, aspectos linguísticos e textuais, estratégias de leitura e escrita, entre outros, necessários para conceber resumo, sumarização e retextualização, entendidos como formas de linguagem e comunicação.

Comunicação e Letramento

Os estudantes, para adquirirem os saberes de suas áreas de conhecimento, desempenham com frequência o processo de comunicação por meio da leitura, produção escrita, exposição oral, apresentação de trabalhos e estudo em grupo. Em toda atividade social, a comunicação está presente, como meio de interação social entre as pessoas. Uma das características da comunicação é promover o envio e a recepção de mensagens, codificadas por sistemas de signos ou símbolos, entre sujeitos do discurso, considerados emissor e receptor, por meio da linguagem oral, escrita ou gestual.

Observa-se pelo conceito apresentado que a comunicação é um processo que abrange, no mínimo, dois sujeitos: um emissor e um receptor. É fundamental para que haja uma comunicação perfeita, sem ruídos, clara e inteligível, ressalta Moreira (2020) que existam conhecimento e domínio dos códigos linguísticos utilizados, pois assim se torna possível compreender o conteúdo, a mensagem, além de poder ser considerado coerente no processo comunicacional estabelecido, pois os conteúdos e as mensagens precisam ter sentido para o leitor ou o ouvinte e estarem adequados ao contexto social do qual fazem parte.

Quanto a isso, letramento é fator relevante para o estabelecimento da comunicação entre falante/ouvinte, autor/leitor. A compreensão só pode ocorrer se os interlocutores envolvidos no discurso tiverem os mesmos conhecimentos linguísticos, fizerem uso dos códigos e sistemas de signos e símbolos similares, semelhantes. A distância entre o letramento dos sujeitos do discurso, certamente, ocasiona falta de compreensão, ruído na comunicação, dificuldade de leitura e escrita.

Soares (2003: 47) considera letramento o resultado do ato de ensinar ou aprender a ler e escrever, que é o status ou a condição de um grupo social ou da pessoa, após ter se apropriado da escrita. Isso traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas para o usuário da leitura e da escrita. (Apud, ALVES, 2016, p. 42)

Assim concebido, o letramento contempla várias definições, diferentes pontos de vista, além de oferecer certa visibilidade aos letrados e cercear o acesso dos não letrados a espaços sociais mais específicos, que requerem o uso de variedades de oralidade, leitura e escrita mais complexas e especializados. Ademais, o letramento possui vários níveis de complexidade, conforme as competências e habilidades do falante em oralidade, leitura, produção de textos e vivência sociocultural.

Segundo CRUZ (2007: 07) pesquisadores consideram que as práticas de leitura e escrita acadêmicas são sociais e variam, de acordo com o contexto, a cultura e o gênero dos quais fazem parte. Para eles, essas práticas de letramento acadêmico estão associadas aos usos e funções da escrita, nas disciplinas acadêmicas. Desse ponto de vista, os letramentos não estão diretamente relacionados a

conteúdos e disciplinas isolados, ao contrário, estão englobados nos amplos e abrangentes discursos e gêneros institucionais, subjacentes à escrita, no ensino superior.

Ao desenvolver o letramento acadêmico, a escrita e a aprendizagem devem ser consideradas do ponto de vista epistemológico e identitário. Assim o acadêmico adquire uma concepção das práticas dominantes do letramento, realizadas na academia. Isso oferece possibilidade para o aluno conhecer práticas adequadas para cada contexto de comunicação. O estudante aprende a lidar com os sentidos sociais das disciplinas e dos conteúdos e pode assumir várias identidades sociais, de acordo com as necessidades de cada situação de comunicação, requeridas pelas diversas situações de uso da oralidade e da escrita. Para a autora, nesse cenário, o letramento deve ser abordado sob três visões sobrepostas: a) um modelo de estudo de habilidades; b) um modelo de socialização acadêmica; e c) um modelo de letramentos acadêmicos.

A linguagem verbal oral e escrita permeia o discurso acadêmico, em diversos suportes e gêneros textuais, que são expressos nos textos a serem lidos, estudados ou produzidos, pois os conteúdos e as tecnologias ensinadas são transmitidos, comunicados, oferecidos pelos livros, artigos científicos, teses, dissertações, manuais, normas técnicas, leis, regulamentos, dentre outros. Esse processo de comunicação requer domínio da leitura compreensiva e interpretativa e da escrita. Qual seria a relação entre letramento e comunicação, no ensino superior?

O ensinar e o aprender fazem parte de um processo de comunicação por intermédio de uma linguagem que transmite conceitos, ideias, princípios complexos e abstratos que compõem os discursos e gêneros institucionais, no ensino superior.

Segundo Van Dijk (1992, p. 250), na comunicação unilateral de um falante/escrevente, supõe-se que existe um ouvinte/leitor real ou possível que atuará conscientemente sobre o que foi dito ou lido, de tal forma que ficará informado sobre o assunto. Dessa forma, passará por uma modificação cognitiva e social, resultante da informação recebida. A leitura, a palestra, a exposição de um assunto são exemplos de comunicação unilateral.

A comunicação acadêmica requer conhecimentos conceituais, efetivos, conhecimentos da terminologia, procedurais, metacognitivos para se tornar adequada, sem ruído e capaz de realizar processos cognitivos diferenciados para: lembrar, entender, aplicar, analisar, avaliar, selecionar, sintetizar, criar e aprender. Também deve ser considerada a relação assimétrica entre os interlocutores desse contexto, ou seja, entre professor e aluno. Essa assimetria interfere no processo de ensino e aprendizagem, se não for considerada no planejamento e na oferta dos conteúdos ensinados, pois constituem lacunas de aprendizagem.

Em vista disso, o aprendiz, o estudante, para ser introduzido nesse nível de comunicação e se tornar um sujeito interlocutor, passa por etapas diversificadas de estudos e realização de atividades, por exemplo, leitura, resumo, relato, relatório, projeto, questionário, estudo de caso, solução de situação problema, avaliação de produto, processo, criação de engenhos, instrumentos, tecnologias.

O letramento e a comunicação, no contexto de ensino e aprendizagem são formas de transmitir, receber e processar informações mediadas pela linguagem acadêmica ou científica, que para muitos é aprendida e utilizada ao mesmo tempo, por isso a escrita deles apresenta omissões, inversões até conquistarem pleno domínio do processo, da situação discursiva e da linguagem.

A leitura e a escrita na elaboração do resumo

Leitura pode ser considerada um complexo processo de percepção do sentido do texto. A leitura é realizada para compreender, interpretar, produzir outros textos. Todas essas modalidades de leitura demandam conhecimento, habilidades e estratégias, diferentes, mais ou menos complexos, conforme os objetivos de leitura estabelecidos, os gêneros textuais, entre outros.

Gagné et al (1993) considera que o processo de leitura requer conhecimento declarativo que engloba conhecimento dos tópicos do texto, dos esquemas formais e do vocabulário, os conhecimentos dos leitores sobre as estruturas textuais, os gêneros, as finalidades e objetivos da leitura. O autor também acrescenta o conhecimento procedural, como necessário à leitura e ressalta que esse conhecimento pode requer o domínio de processos inferiores e superiores.

São considerados processos inferiores decodificação e a compreensão literal. A decodificação reconhece o vocabulário que ativa a memória de longo prazo para acessar seu significado. Esse processo de busca do significado estimula a compreensão literal, relacionada ao acesso lexical, que é a identificação e seleção do sentido apropriado das palavras e também aos sintagmas maiores que as palavras, ou seja, frases, orações, termos de orações, de acordo com as regras sintáticas da língua.

Os processos superiores, de acordo com Gagné et al (1993), são integração e sumarização. A integração estabelece relações de sentido entre as proposições, de tal forma que garante a coerência das ideias do texto, no processo de leitura. A sumarização constitui o esboço mental de proposições, organizadas hierarquicamente, que sintetiza as ideias principais do texto. A integração e a sumarização envolvem inferências feitas pelo leitor, fundamentadas no conhecimento prévio dele e no conteúdo do texto.

O monitoramento também é considerado outro processo superior, na concepção de Gagné et al (1993). A leitura competente aliada à capacidade de identificar e reparar as dificuldades de compreensão pode ser realizada pelo uso do monitoramento ativo e constante. Por meio dele, o leitor toma consciência

de sua compreensão, à medida que a leitura vai ocorrendo, além de possibilitar o emprego de estratégias adequadas para atingir os objetivos da leitura. (Gagné et al (1993) Apud Salete (2017, p.57)

Sabe-se que a elaboração do resumo passa pela leitura do texto original, uma vez que o resumo pode ser considerado uma estratégia de leitura, uma reescrita ou um gênero, produzido com base em um texto anterior. Quais seriam, pois, as relações entre leitura, escrita e resumo?

Quanto à leitura, é possível considerar que leitores competentes selecionam, comparam e integram seu conhecimento prévio ao assunto do texto, monitoram a compreensão, para fazer adequações na leitura, avaliam a qualidade e o valor do texto. Além disso, reagem ao texto, intelectualmente, emocionalmente e nas diferentes maneiras de ler.

Um leitor competente pode ser caracterizado por seis comportamentos essenciais, segundo Palincsar e Brown (1984). São eles: 1. Compreender o objetivo da leitura como construir significado; 2. Ativar os conhecimentos prévios principais; 3. Focar a atenção nas ideias principais do texto; 4. Avaliar o significado produzido; 5. Analisar as interferências ocorridas entre o conhecimento prévio e as informações novas; 6. Avaliar a compreensão.

As estratégias que facilitam a compreensão do texto, de acordo com Solé (2009) envolvem os seguintes comportamentos, nas três fases seguintes:

- a. Antes da leitura: motivação, objetivos, revisão e atualização dos conhecimentos prévios adequados e relevantes, previsões e perguntas sobre o texto;
- b. Durante a leitura: ratificação ou retificação das antecipações ou expectativas apresentadas antes de ler; fazer previsões e questões sobre o texto, verificar as hipóteses levantadas, esclarecer dúvidas, resumir o texto;
- c. Depois da leitura: realizar a síntese semântica do texto, o resumo, formulação de conclusões e de respostas sobre o texto lido. (Apud Salete, 2017, p. 68).

Verifica-se pelo exposto que o resumo pode ser considerado uma estratégia para a compreensão do texto lido. Assim, o resumo pode ser tido como um plano de estudo, com o objetivo de identificar, perceber, analisar, extrair as ideias principais do texto. Por outro lado, o resumo consiste num método de reescrita do texto, de modo sumarizado, reduzido, sintético. Nessa concepção, resumo torna-se uma técnica ou tática de leitura dos pontos principais, de aspectos do texto, relacionados aos interesses e objetivos estabelecidos pelo leitor. Enquanto produção escrita, ele passa a ser o registro sintético das informações contidas no texto lido, ou uma reescrita de alguns aspectos do texto original.

Aspectos a serem considerados sobre a tecnologia do resumo

O resumo pode ser entendido como estratégia de análise e síntese de um texto e requer o domínio de técnicas, processos e procedimentos para sua elaboração. Ele requer o domínio de competências e habilidades de leitura e de escrita.

O resumo também é considerado um gênero que, segundo Therezo (2007) , apud Bragagnollo (2014, p. 289) condensa e mantém inteligível o texto original, que é escrito, de acordo com as normas gramaticais padrão e com as palavras de quem resume. O autor ressalta que o resumo situa-se no nível da compreensão, não possui opiniões do leitor resumidor e é um texto fiel às ideias do texto original. As etapas de elaboração do resumo, conforme Therezo são:

- a) Compreensão clara do conteúdo do texto original, para permitir fazer escolhas para suprimir detalhes, explicações, exemplos e manter o essencial, as ideias principais;
- b) Organização das ideias fundamentais do texto lido em um discurso próprio do leitor que resume, de modo coeso e coerente;
- c) Ser fiel às ideias do autor sem acréscimo de informações subsidiárias;
- d) Redigir em linguagem culta padrão, estilo acadêmico, com vocabulário próprio e sem cópia de palavras ou expressões.

Consequentemente, o resumo pressupõe antes a leitura de um texto que lhe deu origem por ser considerado um tipo de retextualização. O resumo também foi caracterizado gênero textual por Bragagnollo (2014, p.289). Marcuschi (2008, p. 155, apud Ferreira, 2011, p. 62) ressalta que os gêneros textuais são produzidos de forma recorrente e possuem características sociocomunicativas, expressas por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos produzidos pela integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.

Souza e Silva (1988, p.199) consideram resumo “a produção de um novo texto, adequado a uma nova situação”, por isso requer planejamento, tradução e revisão.

Quanto ao planejamento, a autora ressalta que, no resumo, ele desempenha as funções de selecionar informações; estabelecer metas em relação à audiência; e de organizar as ideias para preencher a superestrutura textual. O resumo reproduz a ordem original do texto base e pode fazer a seleção por meio de cópia e apagamento, mantendo as ideias principais e suprimindo as secundárias e as redundâncias. O processo de seleção exige habilidade para manter a coerência e não criar contradições. A identificação da superestrutura do texto base e a construção de uma superestrutura para o resumo permite o estabelecimento do tópico discursivo e de subtópicos que podem recuperar a tese e os argumentos do autor, além de controlar a redução da informação e determinar a completude do texto.

O elemento tradução ajusta, arranja os conceitos produzidos às metas estabelecidas. Nesse aspecto, o leitor resumidor deve considerar o que vai dizer e o modo de dizer, para produzir a unidade, a

coerência do texto e a legibilidade. Isso tudo envolve a estruturação do parágrafo, da frase, a coesão, as relações entre frases e parágrafos e a manutenção do tópico discursivo.

A revisão avalia a produção final do resumo para verificar a adequação dele ao objeto, à audiência, ao plano prévio, aos mecanismos formais e à norma culta.

A autora ressalta também que as decisões envolvidas no processo de resumir percorrem todo o processo de escrita e implicam em um conjunto de escolhas em nível de planejamento, tradução e revisão que vão além do tipo de tarefa (texto presente ou não) e de escolaridade de quem resume.

Os autores Brown e Day (1983, p. 2) também fizeram um estudo sobre a sumarização do texto, no qual destacam a seguinte estratégia de cópia-apagamento:

- a) Leitura sequencial dos elementos do texto;
- b) Decidir para cada elemento sobre sua inclusão ou exclusão;
- c) Cópia literal das informações mantidas ou incluídas.

Os autores também consideram que os conteúdos incluídos no resumo são determinados por macrorregras, ou seja, por processos de exclusão, generalização e integração, que atuam nas proposições do texto para criar a macroestrutura. Resultante disso, eles propõem seis regras de sumarização. Dentre elas, consta a exclusão das informações desnecessárias e do conteúdo, que mesmo sendo relevante, também é redundante.

Brown e Day (1983, p.4) ressaltam que Kintsch e Van Dijk acrescentam duas outras regras de sumarização, que são: a) generalização, ou seja, a substituição de uma lista de termos específicos por um termo superordenado, genérico, por exemplo, substituir rosa, cravo, lírio, margarida por flores. Também é possível realizar a integração, isto é, a substituição de um termo genérico, superordenado por uma lista de subcomponentes ou ações englobadas pelo termo genérico. Por exemplo, substituir Camila viajou por Camila arrumou as malas, foi à rodoviária, comprou passagem e partiu para São Paulo.

Para a elaboração de um resumo do parágrafo, que é uma unidade constituinte do texto, Brown e Day (1983, p.4) propõem dois procedimentos: a) selecionar o tópico frasal do parágrafo, que já é a síntese feita pelo autor do texto; b) se não houver o tópico frasal no parágrafo, deve ser criado ou inventado.

Garcia (1992, p. 206) descreve o tópico frasal como a parte inicial do parágrafo com um ou dois períodos curtos. O tópico frasal contém de forma geral e concisa a ideia núcleo do parágrafo. O autor informa que não são todos os parágrafos que contêm o tópico frasal e observa que ele representa um modo eficaz de expor as ideias, uma vez que, ao apresentar no início a ideia-núcleo, o tópico frasal propicia objetividade, coerência e a unidade do parágrafo, delineando o objetivo e evitando digressões. Garcia também acrescenta que a ideia núcleo pode estar diluída no parágrafo ou pode já ter sido expressa no parágrafo anterior.

Os autores Brown e Day observam que as macrorreglas de exclusão, superordenação, seleção e invenção são consideradas por Kintsch e Van Dijk regras gerais de compreensão de texto, não só regras específicas para resumir. Uma análise linguística sobre leitura e suas diversas nuances pode ser reveladora de pontos comuns, aspectos semelhantes, implicações entre compreender e resumir. Tanto a compreensão do texto, quanto o resumo dele demandam leitura, estudo para perceber o sentido do texto, para deslindar sua isotopia textual, a referenciação e a progressão temática, os pontos principais, as digressões, entre outros. Por outro lado, o resumo é consequência, resultado da leitura compreensiva realizada, pois sem ler, reler, compreender, interpretar, torna-se difícil estabelecer a coerência do texto, realizar apagamentos, generalizações seleções ou criações com as informações do texto lido, para resumir, encontrar suas macroestrutura e microestrutura, enfim, produzir o novo texto.

Aspectos linguísticos do texto original

Realizar nas entrelinhas a leitura do texto original para perceber sua estrutura e organização é relevante para a elaboração do resumo. A progressão temática do texto original representaria o percurso a ser seguido para realizar o resumo e garantir a coerência. Por outro lado, os conectores oracionais, os termos que mantêm a referência e a correferência textual unem as porções de sentido, os enunciados, acrescentam informações novas e mantêm a coesão textual.

Van Dijk (2012, p. 90) considera que a base da noção de coerência é a referência a fatos relacionados, aliada aos sentidos, ou seja, um tópico do texto, constituído de orações e períodos é coerente, somente se o leitor ou ouvinte for capaz de fazer uma representação mental do fato ou evento relatado, exposto e se também conseguir relacionar entre si os fatos e eventos presentes, na representação construída, estabelecendo ideia de tempo, causa, consequência. Dessa forma, os falantes ou leitores, de acordo com suas capacidades e habilidades linguísticas, é que vão estabelecer o nível de significância do texto ou discurso. Muitas vezes, o sentido atribuído pelo falante ou escritor pode não ser o mesmo ou o equivalente ao sentido compreendido pelo receptor ouvinte ou leitor. Embora sejam usuários da mesma língua, os interlocutores podem interpretar de maneiras diferentes o mesmo texto, conforme seu conhecimento de mundo, sua linguagem, seu conhecimento da área ou do assunto. Essa coerência semântica vem marcada no texto por artigos definidos, pronomes, advérbios, tópicos, que caracterizam a coesão.

Kintsch and Van Dijk (1983, p.365) consideram as estruturas semânticas um conjunto de proposições, ordenado por diversas relações semânticas entre elas. Algumas relações estão expressas, outras são inferidas, na leitura interpretativa, com auxílio do contexto de conhecimento específico ou geral. O discurso possui estrutura semântica de dois níveis: microestrutura e macroestrutura. A microestrutura corresponde ao nível local do discurso, isto é, uma estrutura constituída por proposições

individuais e suas relações. A macroestrutura tem natureza mais global e caracteriza o discurso como um todo. A microestrutura e a macroestrutura se relacionam entre si por um conjunto de regras semânticas de mapeamento, as macrorregras que estabelecem a coerência do discurso, por meio de relações de sentido entre as sentenças e proposições, além de organizá-las globalmente, em nível macroestrutural.

Pinheiro (2008, p. 50) observa que Van Dijk (1978) considera resumo a manifestação do processo de compreensão textual, realizado por quem resume. A redução do texto original ocorre pela aplicação de macrorregras de redução semântica, aprendidas que apresentam dois tipos básicos: apagamento e substituição. As regras de apagamento selecionam as informações relevantes e descartam as irrelevantes. As regras de substituição exigem do leitor a construção de novas proposições, que integram as proposições do texto fonte ou seus pressupostos. A aplicação dessas regras é decorrência não só dos conhecimentos linguísticos, textuais, crenças e valores que o leitor leva para o texto, como também do objetivo da leitura, da intenção do autor, do tipo de contexto social da leitura. Isso tudo produz textos bastante variados, que podem ser considerados novos textos.

A estrutura semântica de um discurso pode ser considerada uma base abstrata, constituída de unidades estruturadas com coerência. A estrutura dessa base textual deriva da coerência referencial, estabelecida de forma linear ou hierárquica, pela ocorrência de uma sequência de proposições correferenciais. A primeira dessas proposições possui um status específico, nessa sequência e ocorre mais de uma vez ou com mais frequência do que as outras proposições. Essa proposição recorrente no texto funciona como um superordenado da estrutura. (Kinstch & Van Dijk, 1978, p. 365)

A coerência, enquanto aspecto da construção do sentido do texto, de natureza ideacional, cognitiva, semântica estabelece, no percurso de produção do texto, relações semânticas referenciais, isotópicas, ou de manutenção temática, interpretativas, compreensivas, linguísticas e textuais. A coerência também garante ao texto unidade de sentido e maior ou menor grau de veracidade, de acordo com a natureza dele. A coerência é um dos fatores de textualidade, quer dizer, oferece condição para que um material escrito seja considerado texto. Para MATEUS et al. (1989, p.134) coerência é propriedade da textualidade, denominada conectividade conceptual, que cria interdependência semântica, resultante de processos cognitivos de apreensão do real, da configuração e conteúdo dos esquemas mentais, que caracterizam nosso saber sobre o mundo. (Cavalcante, 2018, p.76)

As unidades do discurso, estruturadas, coerentemente, também podem ser consideradas tópicos. Esses elementos constituintes são definidos por Brown e Yule (1983, p. 73), apud Pinheiro (2008, p. 52) como assunto que depende de colaboração no ato de comunicação. O autor complementa a noção de tópico com sua abordagem na conversação, feita por Jubran e outros (1992, p. 361). Os enunciados formulados sobre os referentes explícitos ou inferíveis, relacionados entre si e relevantes, em determinado

ponto da mensagem, são denominados tópicos. Os tópicos possuem duas propriedades: a centração e a organicidade. A centração contém os seguintes traços:

- a) Concernência: interdependência semântica entre enunciados que podem ser implicativa, associativa, exemplificativa ou outra, com esse tipo de relação ocorre a integração entre os referentes explícitos ou inferíveis;
- b) Relevância: superioridade do conjunto, resultante da posição focal assumida por seus elementos;
- c) Pontualização: localização desse conjunto focal, em determinado ponto da mensagem.

Em um único discurso, podem ser desenvolvidos vários tópicos que se organizam e se distribuem em quadros tópicos. A organização tópica ocorre em dois níveis: a) no plano hierárquico, no qual as sequências textuais se dividem em supertópicos e subtópicos; e b) no plano sequencial, no qual os tópicos se distribuem na linearidade discursiva, gerando a continuidade ou a descontinuidade. (Jubran (1992, p. 364) apud Pinheiro (2006, p. 53).

A leitura e análise das sequências discursivas pertencentes a um tópico desenvolve a habilidade de juntar macroproposições semânticas, para formar um conjunto de informações, que é considerado sumarização. Por outro lado, a identificação da organização hierárquica das sequências discursivas estabelece o sentido global do texto. (Pinheiro, 2006, p. 54)

Metodologia de ensino e aprendizagem: resumo

O resumo pode ser considerado uma estratégia de compreensão ou de retextualização, entre outras. Em qualquer modalidade, ele pode constituir uma metodologia de ensino e aprendizagem aplicável, em várias situações de ensino e aprendizagem, além do ensino específico da língua portuguesa.

Farias (2000, p.108) refere-se à intervenção direta e explícita sobre as formas de resumir para melhorar a aprendizagem de elaboração do resumo. O autor apresenta o procedimento utilizado por Rinehart et al (1986) que constitui um processo metodológico realizado em três etapas sucessivas: a) resumir cada parágrafo do texto; b) resumir o resumo dos parágrafos e organizá-los em um único parágrafo; e c) aplicar as regras de redução da informação no último resumo, elaborando um resumo do último resumo.

A importância da retextualização é fundamental e implica em interpretação prévia do texto original, ou seja, em estudo do texto, em seus pormenores, em suas especificidades. Quando se realiza a retextualização ou resumo, é preciso pensar, refletir na estruturação do texto que está sendo resumido, na identificação do seu sentido global, dos tópicos e subtópicos, na coerência e na coesão. Quem resume também precisa analisar a informação, o tema, os conceitos apresentados, o ponto de vista do autor, a linha teórica adotada. Além disso, o resumidor vai se deparar com uma terminologia específica, que

precisa ser decifrada, apreendida, com técnicas e procedimentos específicos da área. Assim, na leitura, ocorre a compreensão, o conhecimento específico da temática abordada no texto, enfim, o estudo dos aspectos principais do texto.

A retextualização também pode ser uma forma de inserção do estudante no universo da leitura e escrita acadêmicas. A oferta de atividades de estudo que envolvem a leitura compreensiva e interpretativa, o resumo, a paráfrase, a retextualização promovem o desenvolvimento das práticas discursivas universitárias, melhora a capacidade comunicativa do aluno e, conseqüentemente, o letramento acadêmico. Isso constitui um processo que envolve o domínio de conceitos e procedimentos acadêmico científicos, que promovem a aquisição do método científico e da produção científica. Esse processo também desenvolve a capacidade de utilizar os modos de referência e textualização dos saberes, ou seja, a habilidade de saber dizer.

As atividades de retextualização oferecidas aos estudantes, nas disciplinas do curso de graduação, vão desenvolver competências e habilidades para: ter clareza sobre a forma de abordar as informações lidas, para selecionar o que é relevante e o que é secundário; decidir sobre as informações que serão substituídas e retextualizadas por reformulações. Assim os estudantes vão sendo introduzidos nas práticas sociais da pesquisa científica e adquirindo conhecimentos específicos sobre os conteúdos, tecnologias, teorias, métodos, formas de abordagem. (Matencio, 2002, p.113)

Pelo exposto, o processamento estratégico do texto, quando realizado com habilidade, é fundamental para o ensino e aprendizagem da produção e compreensão, uma vez que o conhecimento e o emprego reflexivo das regras de redução semântica resultam na produção de resumos que refletem a compreensão leitora. A atividade de resumir precisa, pois, ser feita de modo produtivo e criativo, além de ser orientada de forma adequada, para que o estudante perceba as sequências principais, realize de modo coerente as conexões entre essas sequências, perceba os implícitos do texto, o estilo do autor, use adequadamente o léxico, enfim, utilize as modalidades linguísticas apropriadas ao texto.

Considerações Finais

O letramento acadêmico pode ser considerado uma fase do letramento, que apresenta uma complexidade e especificidade de conceitos, teorias, fundamentos, que requerem um grau de abstração bem diferenciado do das fases anteriores de letramento. Ademais, a abordagem assume um caráter científico, que contempla o rigor da metodologia científica, os processos de investigação e produção do texto científico. Os gêneros textuais são novos: dissertação, monografia, artigo, resumo, resenha, relatório, entre outros, todos produzidos de acordo com as normas da ABNT. Essa novidade tem de ser ensinada pelo docente e aprendida pelo aluno, além dos conteúdos disciplinares.

Para que possa haver comunicação capaz de superar até as lacunas de aprendizagem, é indispensável que, no ambiente de ensino e aprendizagem, estabeleça-se o desenvolvimento do leitor, falante, escritor, ouvinte capaz de interagir sobre os diferentes assuntos das áreas de conhecimento do curso que realiza, com competência e habilidade de expressão e compreensão nas diferentes situações comunicativas.

Nesse sentido, letramento é fator relevante para o estabelecimento da comunicação entre falante/ouvinte, autor/leitor. A compreensão só pode ocorrer se os interlocutores envolvidos no discurso tiverem os mesmos conhecimentos linguísticos, fizerem uso dos códigos e sistemas de signos e símbolos similares, semelhantes. A distância entre o letramento dos sujeitos do discurso, certamente, ocasiona falta de compreensão, ruído na comunicação, dificuldade de leitura e escrita.

Pelo exposto, observa-se que a leitura e a escrita são processos linguísticos fundamentais na elaboração do resumo e, por alguns autores é considerado parte do processo de leitura compreensiva do texto; outros o consideram um gênero textual, uma produção escrita, um novo texto, produzido a partir de outro existente.

O resumo pode ser considerado na perspectiva da leitura, do leitor e do ponto de vista da escrita, do produtor do resumo. Na primeira concepção, resumo significa estratégia de leitura que contempla a compreensão do texto. Na segunda abordagem, resumo passa a ser um gênero textual, uma modalidade de texto, produzido com base em um texto original, do qual mantém a estrutura global.

A elaboração do resumo propriamente dito, considerado novo texto feito a partir de outro, pressupõe estudo específico do texto original, pautado em leituras compreensivas, para identificação de sua estrutura global e das microestruturas relevantes e necessárias para estabelecer a isotopia temática, a referenciação, a progressão temática, a coesão e a coerência textual. O resumo também é escrito, de acordo com a norma culta da língua portuguesa, nos aspectos gramaticais, sintáticos e semânticos, procurando manter as informações do texto original.

O resumo pode ser utilizado como recurso didático de compreensão e retextualização do texto original. A melhoria na elaboração do resumo pelo aprendiz pode ocorrer com intervenções diretas e explícitas sobre os modos de resumir. Previamente, ao resumo propriamente dito, é necessário realizar a compreensão e interpretação do texto original. Por outro lado, a retextualização, quando ensinada e aprendida pode inserir o estudante no universo da leitura e escrita acadêmicas.

Dessa forma, o estudo da sumarização, do resumo e da retextualização possibilita o desenvolvimento de competências e habilidades do estudante, tanto em leitura, compreensão, quando na escrita.

ABSTRACT

The abstract requires comprehension skills and abilities, the use of study strategies, in addition to discursive ability and knowing how to use semantic reduction rules. In view of this, the study intends to analyze the processes of summarization, retextualization, summary and its implications on reading, textual production and language. The approach to the theme was made with the objectives of reflecting on issues related to the abstract, as a reading and writing activity; and analyze aspects of summarization, summary and retextualization from the perspective of who summarizes, summarizes, retextualizes the original text. The bibliographic survey on the subject revealed that the approach is old, despite this, current studies are abundant and focused on elementary, secondary and higher education. The treatment given to the theme involved a reflection on communication and literacy, in an attempt to contextualize and anchor it in two basic foundations for the understanding and use of language. Next, aspects of the interrelationship between reading and writing were analyzed in the preparation of the abstract, highlighting two properties of the abstract: reading technique or tactics for extracting aspects of the texts related to the interests and objectives of the reader/producer of the abstract; and synthetic recording of original text information, or rewriting aspects of the original text. Then, aspects to be considered about abstract technology were examined. Among them, the need to read and study the text to understand and summarize. Next, the linguistic aspects of the original text and the teaching and learning methodology related to the abstract were presented. Finally, the final considerations were made. The methodology used in this study drew on the analysis of the topic addressed, in different scientific productions, to raise principles, fundamentals, concepts, processes, procedures, linguistic and textual aspects, reading and writing strategies, among others necessary to design a summary, summarization and retextualization, understood as forms of language and communication.

Keywords: Abstract and retextualization. Communication and academic language. Role of Reading and Writing. Resume technology. Methodology.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Bernadete Bonini. **O Ensino da Língua Portuguesa no Ensino Superior à Luz da Sociolinguística Educacional**. Manaus: UFAM, 2016. Disponível em: www.ppgl.ufam.edu.br/attachments/article/248/Maria%20Bernadete.pdf.

BRAGAGNOLLO, Rubia Mara. A Etapa da Compreensão na Leitura de Textos Escritos: um estudo com o gênero resumo. In: **Solettras Revista Estudos Linguísticos**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014, n. 28, p. 282-298.

BROWN, Ann L.; e DAY, Jeanne D. Macrorules for Summarizing Texts: the development of expertise. In: **Technical Report**, n. 270, University of Illinois, Jan, 1983.

CAVALCANTE, Edna Aparecida. Nuances Sintático Semânticas da Progressão Temática. In: **Revista Ciências da FAP**, n. 1, julho, 2018, p. 71-91.

CRUZ, Maria Emília Almeida da. O Letramento Acadêmico como Prática Social: novas abordagens. **Gestão e Conhecimento**, v.4, n1, art.1, jun/nov, 2007. Disponível em: <www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/nupepu/online/inicial.htm> Data de acesso: 21/08/2018.

DIJK, Teun A. Van . **Discurso e Contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

----- . **La ciência del texto**. Barcelona: Paidós, 1992.

FARIAS, Washington Silva de . Compreensão e Resumo de Textos: alguns aspectos teóricos e experimentais. In: **Revista de Letras**, n. 22, v.1/2, jan/dez, 2000, p.103-110.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo Marcheti; e BELHOT, Renato Vairo. **Taxonomia de Bloom**: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para a definição de objetivos instrucionais. In: Gest. Prod. São Carlos. V. 17, n.2, p. 421-431, 2010

FERREIRA, Elisa Cristina Amorim. Fazer um Resumo, mas como?. In: **Revista ao Pé da Letra**. Campina Grande, Paraíba, 2011, 13.1, p. 62-68.

GARCIA, Othon Maria. **Comunicação em Prosa Moderna**: aprender a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

KINSTCH, Walter; DIJK, Teun A. Van. Comment on se Rappelle et on se Résume des Histoires. In: **Langages**. Paris, 1975, n. 40, p. 98-116.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Atividades de (Re)textualização em Práticas Acadêmicas: um estudo do resumo. In: **Scripta**. Belo Horizonte, v. 6, n. 11, 2ºsem, 2002, p 109-122.

MOREIRA, Aline de Oliveira; MOREIRA, Michel de Oliveira. A Comunicação como um direito Humano. In: **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, vol. 04, junho, 2020, p. 17-35. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/comunicacao/direito-humano>. Acesso em 10/05/2021.

PINHEIRO, Clemilton Lopes. Organização Tópica e Sumarização do Texto: estratégia para o ensino de leitura. In: **Revista Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 7, n. 1, 2008, p. 49-58.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília Pérez de . A Tarefa de Sumarização num Contexto mais Amplo de Produção Escrita. In: **Trabalhos de Linguística Aplicada**. Campinas, n. 12, julh/dez, 1988, p. 199-209.

SANTOS, Lara Luiza de Oliveira; e CARVALHO, Maria Angélica Freire de. A Compreensão Leitora na Produção do Gênero Resumo. In: **Revista Afluente**. Piauí, UFMA/CCEL, v 5., n.16, julh/dez, 2020, p.192-219.

PSICOLOGIA

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS NA AMÉRICA LATINA: ELEMENTOS HISTÓRICOS DA ANÁLISE INFANTIL NA ARGENTINA E NO BRASIL.

Prof. Iúri Yrving Müller da Silva, Dr. em Psicologia pela Unesp /Assis/SP,
professor do curso de Psicologia da FAP/Tupã.

iuri.silva@fadap.br

Prof. Jorge Luís Ferreira Abrão, Livre-docência em Psicologia Clínica pela
Unesp/Assis/SP.

Profª Luana Valera Bombarda, Ma. em Saúde Coletiva pela Unesp/Botucatu/SP,
professora do curso de Psicologia da FAP/Tupã/SP.

luana.bombarda@fadap.br

Resumo

A relação entre a psicanálise argentina e brasileira tem se mostrado profícua, em várias áreas, sendo a psicanálise de crianças uma área em que esta interação encontrou necessidades práticas e condições institucionais favoráveis para se consolidar na América Latina. O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas contribuições à história da psicanálise com crianças na Argentina e no Brasil, discutindo alguns aspectos da implantação, do desenvolvimento e da consolidação da psicanálise com crianças no Brasil e na Argentina. Para a execução de tal tarefa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com metodologia histórico-crítica sobre a produção psicanalítica acerca do tema, produzida nos dois países. Inicialmente, são feitas algumas considerações relativas ao surgimento da psicanálise de crianças, na Europa por intermédio dos trabalhos pioneiros de Freud (1909), Ferenczi (1913), Klein (1932) e Anna Freud (1927). Em seguida, discorre-se acerca das especificidades das pesquisas históricas sobre psicanálise de crianças, no Brasil e na Argentina, por intermédio das pesquisas de Abrão (2001) sobre a História da Psicanálise com crianças no Brasil e de Bloj (2008) sobre Os Pioneiros da

Psicanálise com crianças na Argentina. Finaliza-se o artigo, estabelecendo alguns paralelos sobre as semelhanças e diferenças entre o percurso histórico da psicanálise com crianças nestes dois países. Conclui-se que a História da Psicanálise com Crianças em ambos os países, percorreram caminhos semelhantes.

Palavras-chaves: história da psicanálise; psicanálise com crianças; Brasil e Argentina.

Introdução

Em pesquisa anterior, relativa ao desenvolvimento histórico da psicanálise no Brasil (SILVA, 2010), foi identificado que a relação entre a psicanálise argentina e brasileira tem se mostrado profícua, em várias áreas, desde os primórdios da difusão das ideias freudianas, na América Latina. Dessa forma, a psicanálise de crianças se apresentou como uma área em que esta interação encontrou necessidades práticas e condições institucionais favoráveis para se consolidar.

De acordo com Abrão (2001), no período compreendido entre 1964 e 1975, a presença dos analistas argentinos, ligados à psicanálise de crianças, entre os quais se destacam os nomes de Raquel Soifer, Maurício Knobel e Eduardo Kalina, foi constante em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, realizando conferências, ministrando cursos e dando supervisões. A forma como estas ideias foram introduzidas trouxe, secundariamente, a marca do pensamento kleiniano, presente na matriz teórica, empregada por Arminda Aberastury, de tal feita que os trabalhos de Melanie Klein tiveram, em decorrência destas e de outras influências, forte ascensão sobre a análise infantil praticada, no Brasil durante várias décadas.

Percorrendo os primórdios da psicanálise infantil em ambos os países, observou-se que acontecimentos anteriores aos descritos pelo autor, influenciaram a implantação, o desenvolvimento e a consolidação da prática da psicanálise com crianças na Argentina e no Brasil. Nesta perspectiva, o presente artigo tem por finalidade apresentar algumas contribuições à história da psicanálise de crianças, perpassando os principais eventos que caracterizaram parte da história da psicanálise com crianças em ambos os países. Em decorrência de tal movimento, também foi possível o estabelecimento de alguns paralelos, demonstrando semelhanças e diferenças entre o percurso histórico da psicanálise com crianças nestes dois países.

A Psicanálise da Criança a partir de Melanie Klein e Anna Freud

A primeira narrativa da tentativa de abordar uma criança, seguindo o referencial psicanalítico, foi descrita inicialmente por Freud, mesmo sem nunca ter analisado crianças, publicando em 1909, “Análise de uma Fobia em um Menino de Cinco Anos”, o pequeno Hans como ficou conhecido. Freud não teve contato com essa criança, exceto uma vez. Quem a analisou, supervisionado por Freud, foi o pai dela, psicanalista do grupo freudiano. Desta forma, Freud concluiu que, para analisar uma criança, pai e analista devem coexistir na mesma pessoa. Com isso, inviabilizou a possibilidade do desenvolvimento da análise infantil, mas fixou as bases para a compreensão da linguagem pré-verbal e para a utilização da interpretação na análise de crianças, mas não para uso da transferência como instrumento técnico (ABÉRASTURY, 1982).

Uma grande contribuição deste caso foi mostrar a repercussão que tiveram as situações traumáticas, no desenvolvimento do menino, que apresentava uma fobia a cavalos, que remetia ao seu Complexo de Édipo e à ansiedade de castração, como se expressaram durante o tratamento e como evoluíram até chegar à cura. Além disso, este trabalho teve o mérito de demonstrar que a aplicação da técnica psicanalítica em uma criança tão pequena não causava prejuízo algum ao seu desenvolvimento, como se presumia até então (ABÉRASTURY, 1982).

A este caso, veio somar em 1913, o artigo de Sándor Ferenczi “Um Pequeno Homem Galo”, onde ele analisa Arpad, uma criança de cinco anos, que apresentava fobia a galos. As conclusões apresentadas por Ferenczi acerca deste paciente são bastante semelhantes às veiculadas por Freud. A esse respeito, encontramos alguns pontos de convergência e divergência com o caso de Freud. Em relação às convergências, uma evidente aproximação entre os dois casos, no que concerne à natureza dos sintomas, pois ambos apresentavam fobia a animais. No primeiro caso de cavalos e no segundo de galos, em decorrência de uma ansiedade de castração deflagrada pela ameaça dos pais. Já as divergências eram mais marcantes, a docilidade e cooperação de Hans que se esforçava em produzir associações que seriam relatadas a Freud, são substituídas, em Arpad, por um comportamento agressivo e hostil. Em Arpad, as fantasias comunicavam a existência de um mundo mental povoado por objetos bem menos amistosos do que se imaginava até então.

Após essas contribuições iniciais, a Psicanálise com Crianças, ainda continuou a ser vista com certo receio. Freud preconizara que a psicanálise era um procedimento pouco apropriado para o tratamento de crianças. Ele só retomou o tema, com um posicionamento um pouco mais otimista em 1933, quando fundamentos e técnicas da análise com crianças já haviam sido desenvolvidos por Melanie Klein (1932) e Anna Freud (1932). Ainda assim, Freud (1933) recomenda cautela, e de maneira velada, faz críticas a Melanie Klein, defendendo os fundamentos desenvolvidos por sua filha, dizendo que “a criança pequena não possui superego, o método da associação livre não tem muita razão de ser, a transferência (porquanto os pais reais ainda estão em evidência) desempenha um papel diferente”.

É do conhecimento de todos que se interessam pela Psicanálise com Crianças, que uma de suas principais fundadoras foi Melanie Klein, que em 1921, incentivada por Ferenczi (importante analista da época), publica seu primeiro artigo: “O Desenvolvimento de uma Criança”, tornando-se membro da Sociedade de Psicanálise de Budapeste. Daí em diante, a produção científica de Klein sobre Psicanálise de Crianças não parou. Mas somente em 1932 pode-se falar definitivamente de Psicanálise com Crianças, quando Klein, baseada em seu trabalho clínico, realizado na década de 1920, lança seu primeiro livro *A Psicanálise de Crianças*. Neste livro, a autora lança o embrião da análise de crianças, apresentando teoria e técnica tão fortemente consolidadas que seus princípios são utilizados até hoje.

Porém, os primeiros passos, na direção da consolidação da Psicanálise com Crianças, começam na primeira década do século XX, por Hermine Von Hug-Helmuth, estimulada por Freud. Anna Freud estava começando o trabalho com crianças, aproximadamente à mesma época. Ambas adotavam uma linha basicamente pedagógica. Em 1921, Helmuth publica o artigo “A Técnica da Análise de Crianças”, que segundo Petot (1979), “... é um verdadeiro catálogo das razões pelas quais é impossível se psicanalisar uma criança e que justifica o emprego de um método educativo e curativo de inspiração psicanalítica”. Anna Freud, em 1927, publica o livro *O Tratamento Psicanalítico de Crianças*. Neste trabalho, ela expõe seu posicionamento diante da psicanálise de crianças, apontando as características básicas que definem a técnica por ela empregada.

A entrada de Melanie Klein na psicanálise se fez através da análise com crianças. E a entrada para a psicanálise com crianças é feita pela técnica lúdica. Sua afeição natural pelas crianças e sua intuição para captação dos processos inconscientes a estimularam a trabalhar com crianças. Os primeiros problemas a serem superados na psicanálise com crianças eram dificuldades técnicas. Presumia-se que a criança não possuía noção de doença como o adulto, com presença de sintomas psíquicos. Essa falta de noção, não despertaria motivação pelo trabalho analítico. Contudo, Klein observou que a criança sofre constantemente de angústia. A angústia seria um fator suficientemente forte pra levar uma criança a enfrentar uma análise e se tornar cooperativa. Outra objeção era de que, não se podia pedir para uma criança deitar-se no divã e associar livremente.

Para superar essa dificuldade, Klein (1955) observa que o primeiro modo de expressão da criança é o brincar, uma atividade casual e gostosa da criança que manifesta aspectos da personalidade e revela algo da situação infantil, se interpretado de maneira adequada. A princípio, ela atendia no próprio domicílio da família da criança, usando os próprios brinquedos da criança. Posteriormente, passou a atender no próprio consultório, em sala especial, com material privativo para cada criança. Klein intuiu que o brincar poderia ser uma expressão final de processos mais profundos, inconscientes, cujo dinamismo seria semelhante ao dos sonhos. Assim, processos psíquicos que Freud (1900) já desvendara ao interpretar os sonhos (1900), como deslocamento, condensação, representação verbal pelo visual, e principalmente a simbolização, foram utilizados por Klein para desvendar o sentido oculto do brincar.

Todas essas ideias foram severamente criticadas, mas não cessaram o trabalho de Melanie Klein. Em 1927, a autora apresenta o artigo “Simpósio sobre Análise de Crianças”. Em resumo, o artigo mostra a posição dos principais analistas de crianças da época. Destaca as diferenças entre Klein e esses analistas, principalmente Anna Freud, e marca de forma bem nítida, as posições, fundamentos e técnicas de Klein, da qual ela e seus seguidores não se afastariam jamais.

Simon (1986) aponta algumas das principais críticas discutidas por Klein neste artigo. Klein concentra suas críticas sobre o livro de Anna Freud *O Tratamento Psicanalítico de Crianças* (1927). A crítica por não aprofundar a análise e não analisar a situação edipiana inconsciente, com medo de liberar impulsos que a criança não conseguiria controlar, devido à fragilidade de seu superego. Por essa

razão assumia uma postura educativa e só tratava crianças na idade de latência, onde o superego já estaria mais estruturado. Klein ainda faz críticas a sua principal opositora por ela não acreditar no estabelecimento da situação analítica, evitar a transferência negativa, utilizando somente a transferência positiva para ligá-la à criança, considerar que não há possibilidade de trabalho analítico completo, porque a criança tem poucos recursos verbais para a associação livre; rejeitar a ludoterapia, preferindo desenhos e associações sobre os sonhos da criança; não acreditar que o motivo principal para a criança brincar seja simbólico e que o brincar corresponde à associação verbal do adulto e postular que a criança não cria neurose de transferência.

Outro ponto de embate entre Klein e Anna Freud, discutido no simpósio, era de que a herdeira de Freud presumia que o superego da criança se forma lentamente e que a influência pedagógica exercida pelo analista pode modificar o superego da criança, postulando que o analista devia tomar a dupla função de analisar e educar, assumindo, dessa forma, a direção da personalidade da criança. Não é conveniente nesse momento, prolongar a discussão sobre as divergências entre Melanie Klein e Anna Freud. Cabe-nos, apenas, indagar, que foi a partir dessas duas escolas psicanalíticas, que muitos progressos foram alcançados na Psicanálise infantil.

Em linhas abreviadas, procuramos apresentar de maneira sucinta os trabalhos que marcaram os principais fundamentos da análise infantil mundial e o pensamento psicanalítico brasileiro e argentino. Antes de relatarmos os principais eventos que caracterizaram a introdução, o desenvolvimento e a consolidação da psicanálise com crianças no Brasil e na Argentina, julgamos necessário descrever de maneira sucinta, o percurso metodológico das pesquisas históricas sobre a psicanálise com crianças contempladas, neste artigo.

As especificidades das pesquisas históricas sobre psicanálise de crianças no Brasil e na Argentina.

Abrão (2001) e Bloj (2008) desenvolvem suas pesquisas acadêmicas, propondo buscar as representações da infância implícitas nos aportes psicanalíticos, sob a luz dos atravessamentos históricos locais. Sempre buscando estabelecer uma provocação constante da universalização opressiva e a sua generalização que foi atravessada por particularidades culturais, de gênero e sociais. Diante das

profundas transformações sociais que marcaram o Brasil e a Argentina, no início do século XX, encontraram as condições necessárias que proporcionaram a inserção da psicanálise com crianças em seus países.

Partiram de exames detalhados de documentos históricos e realização de entrevistas com os principais personagens que participaram da história dessa modalidade de atendimento infantil, em ambos os países, delimitando suas pesquisas no período do início do século XX até a implantação das Sociedades de Psicanálise, na década de 1940.

Façamos agora um breve percurso pelos primórdios da psicanálise com crianças, no Brasil e na Argentina.

A História da Psicanálise de Crianças no Brasil

Para estabelecermos os meandros que cercam a história da psicanálise com crianças no Brasil, que é um dos eixos centrais deste artigo, acompanharemos de perto, o livro de Jorge Luís Ferreira Abrão: *A História da Psicanálise de Crianças no Brasil* (2001). Neste estudo, o autor discorre de forma qualitativa os principais eventos que caracterizaram o desenvolvimento histórico da psicanálise com crianças no Brasil, desde sua origem até a implantação e consolidação desta modalidade de atendimento a criança dentro das Sociedades de Psicanálise e divide em quatro períodos históricos o desenvolvimento da psicanálise de crianças no Brasil.

O primeiro destes períodos refere-se à divulgação de informações teóricas relativas à psicanálise com crianças, promovida por alguns precursores; destacando-se Deodato de Moraes, Júlio Pires Porto-Carrero, Arthur Ramos, Hosannah de Oliveira, Gastão Pereira da Silva e Pedro de Alcântara.

Analisando os trabalhos destes autores, Abrão (2001) pode evidenciar que eles não se apropriavam da psicanálise com crianças como um instrumento terapêutico que lhes conferisse uma identidade profissional. Ao contrário, tomavam esses conhecimentos como um sistema teórico passível de ser aplicado a diferentes áreas do saber. Desta forma, as questões clínicas ficaram relegadas e a educação da criança, seja na família ou no âmbito escolar, recebeu maior atenção dos precursores da psicanálise com crianças no Brasil.

O autor, ao realizar uma análise retrospectiva, considera que as principais contribuições dos precursores da psicanálise com crianças no Brasil, residem em difundir no país as formulações psicanalíticas sobre a infância, conquistando

credibilidade social e científica, o que serviu de alicerce para o surgimento de propostas de atendimento à criança, fundadas em princípios psicanalíticos.

Após apresentar os primeiros movimentos de aproximação entre teóricos brasileiros e a psicanálise com crianças, Abrão (2001) caracteriza o segundo período como o de aplicação dos conhecimentos relativos à análise infantil à higiene mental escolar, através de clínicas de orientação infantil, que prestavam assistência ao escolar deficitário. Encontrou no trabalho desenvolvido nestas instituições, tanto no Rio de Janeiro, por intermédio da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, como em São Paulo, por meio da Seção de Higiene Mental Escolar, o nascedouro de uma prática clínica com crianças, inspirada em princípios psicanalíticos.

É neste período, que a psicanálise com crianças inaugura uma nova forma de compreender a educação infantil, por meio da inclusão de preceitos psicanalíticos na assistência ao escolar deficitário. O principal foco dos profissionais que trabalhavam com a higiene mental escolar, era o de propiciar a prevenção da doença mental, mediante a compreensão e assistência às manifestações sintomáticas da criança em idade escolar. Observa-se que, as intervenções situavam-se no caráter profilático e apenas secundariamente assumiam funções terapêuticas.

Um terceiro período que começa a ser delineado a partir da década de 1950 marca o surgimento, do que o autor definiu como psicoterapia psicanalítica de crianças, praticada, a princípio, nas clínicas de orientação infantil, e pouco depois, em clínicas particulares.

Em São Paulo, tal iniciativa efetivou-se dentro da Clínica de Orientação Infantil, mantida pelo serviço de Higiene Mental, mediante o atendimento ao escolar deficitário. Criada a Clínica de Orientação Infantil do Serviço de Higiene Mental, no final da década de 1930, institui-se um espaço privilegiado para a compreensão do universo psíquico da criança, abrangendo para o vértice emocional os problemas do escolar.

Articulado à Clínica de Orientação Infantil, a criação do Curso de Especialização em Psicologia Clínica, fundado em 1954, teve o intuito de atender aos alunos do Curso de Filosofia que desejavam aprofundar seus conhecimentos de psicologia, iniciados na graduação e principalmente incursionar os interessados no exercício da psicologia clínica. O estágio supervisionado desenvolvido pelos alunos era realizado, na Clínica de Orientação Infantil, já que a Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, não dispunha de uma clínica psicológica para o desenvolvimento das atividades práticas do curso. Em sua pesquisa histórica, Abrão conclui que os profissionais que atuavam na Clínica de Orientação Infantil do Serviço de Higiene Mental Escolar, tiveram como meta, a sua atuação e o aprimoramento profissional.

Já no Rio de Janeiro, a psicoterapia psicanalítica encontrou um novo espaço para sua difusão e prática; em novas clínicas de orientação infantil, vinculadas a serviços psiquiátricos de assistência à criança (SOUZA, 1988). Constata-se um afastamento do seio dos Serviços de Higiene Mental Escolar, e consecutivamente da educação. A desarticulação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental destinou o cuidado da criança às Clínicas de Orientação Infantil do Departamento Nacional de Saúde Mental (DINSAM) e do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (MANHÃES, 1988).

Esta característica facilitou o trabalho terapêutico de psicoterapia psicanalítica, oferecido aos pequenos pacientes inicialmente, pautado em diagnóstico e na orientação. Os profissionais que atuavam junto a essas instituições, possuíam ou vieram a possuir formação analítica. Graças à legitimação da forma de compreensão do psiquismo infantil, tanto no âmbito social quanto no científico, e à formação adequada de profissionais que começavam a incursionar-se pela análise infantil, a Psicanálise de Crianças pode ser abordada como um instrumental terapêutico, delimitando assim, um período denominado “psicoterapia psicanalítica de crianças”.

Abrão (2001) refere em sua obra sobre a quarta e última etapa explorada em sua pesquisa, na qual marca o exercício da psicanálise com crianças sob os auspícios das Sociedades de Psicanálise. Este período é caracterizado pela formação de analistas de crianças, ampliação da atuação clínica e maior produção teórica sobre o tema: sobre orientação das Sociedades de Psicanálise. Portanto, a formação em análise infantil oscilou durante o tempo, desde a informalidade até o reconhecimento dos cursos de formação de analistas de crianças.

Um conjunto de profissionais interessados no tema buscou formação fora do país, em centros especializados e voltando ao Brasil, depois atuaram como divulgadores desta modalidade de atendimento psicanalítico. Ao redor desses analistas, formou-se um grupo de profissionais interessados em análise infantil.

Iniciados em uma prática clínica em psicoterapia psicanalítica, buscavam fundamentação teórica e técnica em análise de crianças.

Promovidas a divulgação e a expansão da prática clínica com crianças, uma crescente demanda surgiu por cursos voltados à formação de profissionais preparados a exercer a psicanálise com crianças. Esta crescente demanda de analistas e profissionais de áreas afins, interessados no trabalho analítico com crianças, começa a encontrar ressonância dentro das Sociedades de Psicanálise, que por sua vez, começam a promover cursos especializados sobre o tema. A promoção desses cursos teve início, na década de 1960, e na década de 1980 a especialidade de psicanalistas de crianças é regulamentada e reconhecida oficialmente.

Os pioneiros da Psicanálise com crianças na Argentina

Agora acompanharemos a pesquisa de Bloj (2008) sobre os pioneiros da psicanálise com crianças na Argentina para auxiliar na caracterização da história da análise infantil na Argentina.

A autora desenvolve sua tese de doutorado, propondo buscar as representações da infância implícitas nos aportes psicanalíticos, sob a luz dos atravessamentos históricos locais. Estabelece uma provocação constante de sua universalização opressiva e a sua generalização que foi atravessada por particularidades culturais, de gênero e sociais. Diante das profundas transformações sociais que marcaram a Argentina no início do século XX, encontrou as condições necessárias que proporcionaram a inserção da psicanálise com crianças em seu país.

Sua pesquisa se centra na construção do conceito de infância, enquanto categoria histórico-social. Através de entrevistas, documentos e imagens faz um percurso desde os primeiros psiquiatras de crianças que incorporam tangencialmente a psicanálise até aqueles psicanalistas que abordaram a infância, no período de 1922-1969. Escolheu especialmente os profissionais que tivessem introduzido produções e práticas inovadoras: Lanfranco Ciampi, Telma Reca, Lydia Coriat, Eva Giberti, Arnaldo Rascovsky, Arminda Aberastury e Elizabeth Goode Garma.

Divide em três linhas que se sucedem com certo nível de simultaneidade a história da psicanálise com crianças na Argentina, porém com características

diferentes. Por exemplo: Reca, Giberti e Aberastury, compartilham várias décadas em comum – 1940, 1950 e 1960 - seguindo caminhos diferentes. A primeira linha, marcada pela psiquiatria e pela Saúde Pública, a segunda impulsionada pela difusão mediática do saber psicanalítico na sociedade Argentina e a terceira é delimitada pelos psicanalistas e pela Associação Psicanalítica da Argentina. Utiliza os protagonistas desses dois momentos e suas contribuições, como fio norteador da história da psicanálise de crianças na Argentina. Aqui também seguiremos o mesmo percurso.

Segundo Bloj (2008), no primeiro momento, encontramos Ciampi como o primeiro psiquiatra a dar início aos trabalhos com crianças sob uma óptica psicanalítica, com os conceitos sobre sexualidade infantil, desenvolvidos por Freud. Começa sua prática, no primeiro fluxo de criação da Saúde Pública, na Argentina desde 1922. Assim, este clínico torna-se o primeiro a se ocupar de diversos espaços públicos para proporcionar atenção psicológica às crianças: principalmente as universidades e os hospitais. Telma Reca alguns anos depois, também veio a desenvolver sua prática com crianças na Saúde Pública Argentina. Esta psiquiatra infantil tinha como pacientes crianças que pertenciam às classes menos favorecidas da sociedade, inaugurando também o início de uma prática clínica infantil com inspiração psicanalítica.

É no caso da psicóloga e educadora social Eva Giberti que encontramos, no segundo momento, a força propagadora das concepções psicanalíticas na mídia e no imaginário popular, nas décadas de 60 e 70. Esta psicóloga incorporou em revistas e programas de rádio e televisão, sessões destinadas a situar e emitir concepções inspiradas na psicanálise sobre as relações familiares e sua importância no desenvolvimento das crianças.

No terceiro e último momento argentino, consolida-se a psicanálise de crianças sob os auspícios APA. A APA se funda em 1943, com os pioneiros Arnaldo Rascovsky, Arminda Aberastury e Elizabeth Goode Garma. Cada um deles trouxe contribuições originais por meio de desenvolvimentos teóricos, provenientes da Europa. A partir desse momento, as Associações e seus membros passam a ser responsáveis pelas concepções e práticas psicanalíticas sobre a infância na Argentina, enquanto a maior parte da psiquiatria restringe-se às abordagens não críticas à criança.

Nas palavras da autora, podemos enriquecer a apresentação acima:

Por um lado, no que diz respeito a teoria e técnica, podemos verificar como os autores fizeram contribuições por meio de novas construções teóricas para lidar com a infância. Exemplo disso é a teoria da fase pré-genital de Aberastury, a proposta da estimulação precoce para bebês de Elsa Coriat, e a abordagem clínica de crianças pequenas como o caso da criança de vinte e um meses, apresentado à Melanie Klein e sua equipe na Inglaterra por Betty Garma. Por outro lado, sob o comando de Eva Gberti, houve um grande interesse em termos de imersão da teoria psicanalítica na mídia. Encontramos diversas notas, reportagens e entrevistas em jornais e revistas, incluindo a edição de inúmeras revistas de grande circulação dentre os psicanalistas e o público leigo, onde a autora respondia questões e fornecia informações sobre cuidados na infância. O material mais importante que encontramos é a revista *Nuestros Hijos*, publicada em Buenos Aires, com a contribuição de quase todos os psicanalistas e pediatras de renome na época, incluindo os citados na pesquisa. Um terceiro aspecto, talvez o mais relevante, foi o ingresso da psicanálise na saúde pública, que possibilitou o trabalho com crianças e seus pais nas classes desfavorecidas. Em relação a APA, a maioria dos seus membros vieram migrados desses serviços de saúde pública. (BLOJ, 2008, pag. 268)

Desta maneira, percebemos como a autora localizou, nos seguintes acontecimentos, a mudança nos olhares sobre a criança, durante o século passado, que a transformaram de delinquente social a enfermo mental, de ser assexuada a sujeito possuidor de sexualidade com noção corporal. Das políticas públicas argentinas dirigidas à infância à consolidação da prática analítica com crianças sob os auspícios da Associação de Psicanálise Argentina.

Assim, conclui sua pesquisa afirmando dois pontos, sendo que o primeiro deles é que a psicanálise com crianças, não só na Argentina, como também na Europa, foi considerado um campo privilegiado para mulheres que tinham maior facilidade, liberdade e autonomia para trabalhar com crianças, devido à proximidade construída histórico e socialmente. O segundo deles é de que, as teorias proeminentes da Europa, coadunaram-se com a prática e experiência local das autoras que desenvolviam trabalhos psicanalíticos com crianças na Argentina.

Considerações finais:

No curso histórico desse artigo, pudemos verificar como as ideias se complementam, formando um emaranhado de fatos e acontecimentos que se sobrepuseram, cujo contorno pode ser mais bem definido aqui. Sabido que a prática da análise com crianças deriva, em nosso país, de esforços desmedidos de profissionais que se incursionaram para ampliar a teoria e a prática, não podemos deixar de reconhecer a contribuição dos psicanalistas Argentinos, no que se refere à

análise infantil. Cabe neste momento abrirmos um parêntese, com a finalidade de salientar a influência e a importância que o grupo argentino, representado por Arminda Aberastury, exerceu sobre a psicanálise com crianças no Brasil.

Os reflexos desta influência que se reverberam até nossos dias, podem ser notados desde os primórdios da implantação da análise infantil dentro das Sociedades de Psicanálise. Os primeiros psicanalistas de crianças que começaram a formar-se, seja no Rio ou em São Paulo, receberam do grupo de analistas de crianças argentinos Aberastury, Knobel e Kalina, instruções teóricas e práticas que se mostraram frutíferas ao longo dos anos, na condução da clínica psicanalítica com crianças no Brasil.

No tocante às matrizes teóricas introduzidas pelos argentinos no Brasil, observamos que o principal autor por eles abordado era Melanie Klein, promovendo, desta forma, a manutenção e ampliação de uma tendência, que já se fazia presente na psicanálise com crianças que começava a surgir no país, uma vez que os primeiros analistas de crianças do Brasil, que conduziram sua formação no exterior, também adotaram como referência de sua prática clínica a teoria kleiniana.

Pudemos neste artigo, acompanhar os principais acontecimentos que marcaram e atravessaram a implantação, o desenvolvimento e a consolidação da psicanálise com crianças na Argentina e no Brasil. Percebendo desta maneira, que a evolução da Psicanálise de Crianças em ambos os países, embora com suas especificidades, percorreu caminhos semelhantes, indo desde a divulgação de ideias psicanalíticas sobre a criança nos círculos cultural e científico, até a formação de psicanalistas especialistas no tema. Prova disto é que, o período circunscrito pela atuação das Sociedades de Psicanálise marca a ampliação da prática clínica com crianças e o redirecionamento do local de execução desta prática, em ambos os países.

Aqui podemos relacionar a convergência de mais dois pontos. No tocante ao primeiro ponto, observamos que, embora, até os dias de hoje, a relação entre psicanálise de crianças e adultos, em ambos os países, indique uma significativa vantagem para a última modalidade, o número de analistas dedicados ao atendimento de crianças teve um aumento significativo, ao longo das últimas quatro décadas, indicando a expansão desta modalidade de atividade clínica.

Com relação ao segundo ponto, constatamos durante o período estudado, que nos dois países, ocorreu um decréscimo do atendimento oferecido às crianças,

nas clínicas de Orientação Infantil e da Saúde Pública, quando os psicanalistas responsáveis por esta prática começaram a afastar-se das referidas instituições e conduzir seu trabalho clínico com crianças quase exclusivamente em consultórios particulares.

Com base nas pesquisas utilizadas no presente artigo sobre a historiografia da psicanálise com crianças no hemisfério sul, pode-se aventar um modelo metodológico na América Latina, não esquecendo a grandiosidade do nosso continente e de muitas histórias que ainda não foram contadas, acreditamos ter lançado luz sob este ramo da ciência psicanalítica, na América do Sul. Os dados sobre a implantação, o desenvolvimento e a consolidação da prática analítica com crianças em outros países do nosso continente, necessita de outra história.

Conclui-se que, só conhecendo nossas raízes, compreenderemos a configuração da nossa maneira de utilizar o acervo teórico e técnico disponível, delimitando melhor nossa trajetória.

CONTRIBUTIONS TO THE HISTORY OF CHILDREN'S PSYCHOANALYSIS IN LATIN AMERICA: HISTORICAL ELEMENTS OF CHILDREN'S ANALYSIS IN ARGENTINA AND BRAZIL.

Abstract:

The relationship between Argentina and Brazilian psychoanalysis has proved to be fruitful in several areas, and child psychoanalysis is an area in which this interaction has found practical needs and favorable institutional conditions to consolidate itself in Latin America. the history of psychoanalysis with children in argentina and brazil, discussing some aspects of the implementation, development and consolidation of psychoanalysis with children in Brazil and Argentina. To carry out this task, a bibliographical research was carried out with a historical-critical methodology on the psychoanalytic production on the subject developed in both countries. Initially, some considerations are made regarding the emergence of child psychoanalysis in Europe through the pioneering works of Freud (1909), Ferenczi (1913), Klein (1932) and Anna Freud (1927). Then, the specificities of historical research on child psychoanalysis in Brazil and Argentina are discussed through research by Abrão (2001) on the History of Psychoanalysis with children in Brazil and by Bloj (2008) on The Pioneers of Psychoanalysis with children in Argentina. The article ends, we establish some parallels, demonstrating similarities and differences between the historical path of psychoanalysis with children in these two countries. It is concluded that the History of Psychoanalysis with Children in both countries followed similar paths.

Keywords: history of psychoanalysis; psychoanalysis with children; Brazil and Argentina.

Referências Bibliográficas

ABERASTURY, A. **Psicanálise da Criança: teoria e técnica.** Trad. por Ana Lúcia Leite de Campos. 8. ed. Porto Alegre, Artmed, 1992.

ABRÃO, J. L. **A História da Psicanálise de Crianças no Brasil.** São Paulo: Escuta, 2001.

ALVAREZ, A. (1992). **Companhia Viva.** 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1994.

BICK, E. **Notes on infant observation in psycho-analytic.** Internacional journal of Psychonalysis, v. 45, nº 3, 1964, pp. 558-566.

BLOJ, A. **Los pioneros: Psicoanálisis y niñez en la Argentina. 1923-1969.** Tese de doutorado, Faculdade de psicologia, Universidade Nacional de Rosario, Argentina, 2008.

FERENCZI, S. (1913). Um Pequeno Homem Galo. In: **Obras Completas.** São Paulo: Martins Fontes, 1992. v. II, p. 61-67.

FREUD, Anna. (1927). **O Tratamento Psicanalítico de Crianças.** 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

FREUD, S. (1900). A Interpretação dos Sonhos. In: FREUD, S. **Obras Completas.** Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. IV e V.

FREUD, S. (1909). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: FREUD, S. **Obras Completas.** Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. II.

FREUD, S. (1933). Conferência XXXIV: explicações, aplicações e orientações. In: FREUD, S. **Obras Completas.** Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. XXII.

HUG-HELLMUTH, H. von (1921). On the technique of child analysis. Int. J. Psychoanal, 2 (2): 287-305.

KLEIN, M. (1921). O Desenvolvimento de uma Criança. In: KLEIN, M. **Amor, Culpa e Reparação.** Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. I, p. 22-75.

KLEIN, S. (1927). Simpósio sobre Análise de Crianças. In: KLEIN, M. **Amor, Culpa e Reparação.** Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. I, p. 166-196.

KLEIN, M. (1932). **A Psicanálise de Crianças.** Rio de Janeiro: Imago, 1997. v. II.

KLEIN, M. (1955). A Técnica Psicanalítica Através do Brincar: sua história e significado. In: **Inveja e Gratidão.** Rio de Janeiro: Imago, 1991. v. III, p. 150-168.

MANHÃES, M. Aspectos Históricos do Desenvolvimento da Psicanálise de Crianças no Brasil: Parte III. **Revista Brasileira de Psicanálise.** v. 22, n.4, p. 678-684, 1996.

PETOT, J-M. (1979) **Melanie Klein I: primeiras descobertas e primeiro sistema.** Trad. Marise Levy. São Paulo: Perspectiva, 2005. v. I.

SILVA, I. Y. M. **Um estudo historiográfico sobre a psicanálise com crianças no contexto universitário.** 2015. 150 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

SIMON, R. Introdução à Psicanálise: Melanie Klein. In: **Temas Básicos de Psicologia.** São Paulo: E.P.U., 1986. v. XVII.

SOUZA, M. S. Aspectos Históricos do Desenvolvimento da Psicanálise de Crianças no Brasil: Parte III. **Revista Brasileira de Psicanálise.** v.22, n.4, p. 685-690, 1988.

SPILLUS, E. (1988). A Análise de Crianças: introdução. In: **Melanie Klein Hoje.** Rio de Janeiro: Imago, 1990. v. II, p. 173-175.

TUSTIN, F. (1972) **Autismo e Psicose Infantil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

TUSTIN, F. (1990). **Barreiras Autísticas em Pacientes Neuróticos.** Porto Alegre: Artmed, 1992.

A TRANSIÇÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DO ESTÁGIO DE FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS NA ÁREA DA SAÚDE/HOSPITALAR PARA A MODALIDADE REMOTA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Paulo Ricardo Gutierrez dos Santos¹
Breno Giovani Roman Pais Seles¹
Isabel Fernandes de Oliveira Freitas¹
Mirelli Dias de Souza¹
Samara Jasmini Soares da Silva¹
*Débora Chiararia de Oliveira²

¹Graduados em Psicologia pela Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã/SP. E-mail: paulotraduccion2@gmail.com

² Psicóloga. Docente do Curso de Psicologia da Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã/SP. Mestre em Ciências pelo Programa de Fonoaudiologia da Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo. E-mail: deborachiararia@gmail.com.

RESUMO

A prática presencial do estágio supervisionado de formação de psicólogos com ênfase na saúde/hospitalar é um momento muito esperado durante a graduação, pois representa a oportunidade de vivenciar as teorias estudadas, ao longo dos anos e a realidade de trabalho dos profissionais. Entretanto, com a pandemia da COVID-19, no ano de 2020, a prática presencial do estágio foi suspensa, devido às orientações dos órgãos de saúde sobre medidas de distanciamento e isolamento social para diminuir a transmissão e contaminação pelo vírus. Neste cenário, transferir as atividades educacionais para a modalidade remota foi a possibilidade encontrada para garantir aos graduandos a oportunidade de não interromperem as atividades práticas do estágio supervisionado de formação. Partindo dessa perspectiva, o objetivo deste estudo foi apresentar um relato de experiência do respectivo grupo de estagiários da ênfase de Psicologia da Saúde/Hospitalar sobre a transição das atividades presenciais do estágio para a modalidade remota e, retratar a elaboração de uma psicoeducação em saúde, desenvolvida pelos estagiários, como requisito das atividades remotas. Durante o desenvolvimento deste estudo, foi possível concluir que inicialmente a transição das atividades presenciais para a modalidade remota foi desafiadora. Entretanto, com a elaboração da atividade de psicoeducação e apoio da orientadora, o grupo pode ressignificar a experiência de estágio remota em positiva, o que possibilitou o amadurecimento pessoal e profissional, bem como a construção do raciocínio crítico-reflexivo entre teoria e prática em situações inesperadas, essencial para a formação acadêmica e futura atuação profissional.

Palavras-chave: Estagiários. Relato de experiência. Ensino remoto. Pandemia.

Introdução

O estágio supervisionado de formação de psicólogos com ênfase em Psicologia da Saúde e Hospitalar é oferecido pela Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP), localizada no Centro Oeste Paulista na cidade de Tupã, como uma atividade curricular obrigatória para os alunos do quinto ano do curso de Psicologia. As atividades são desenvolvidas na modalidade presencial, em instituições da saúde e hospitalares e, têm como principal objetivo proporcionar ao discente a oportunidade de vivenciar situações reais de trabalho, de organizar, elaborar e implementar programas de prevenção, diagnóstico e tratamento da população atendida, neste contexto, a partir do diálogo entre teoria e prática.

A Psicologia Hospitalar modificou o campo das práticas psicológicas, inicialmente sendo considerada uma expansão da Psicologia Clínica, para depois instaurar um “campo emergente” da Psicologia, na sua interface com a saúde. Neste sentido, a inserção do psicólogo no ambiente hospitalar representou uma estratégia da Psicologia da Saúde, que focalizou a atenção terciária e delimitou um espaço físico com diversas possibilidades de atuação. Assim, a Psicologia, no hospital geral, refere-se à atuação do psicólogo em uma instituição com pacientes que estão vivenciando a situação de adoecimento e hospitalização (AZEVEDO e CREPALDI; REIS et al., 2016).

O estágio em Psicologia da Saúde/Hospitalar é oferecido, no quinto ano de graduação, pois se entende que aluno possui “maturidade acadêmica” para ingressar nos estágios em saúde, ou seja, ele cumpriu um número de disciplinas básicas para começar as suas atividades como estagiário e cursou outras que são referências teóricas fundamentais para a prática, como as disciplinas de Psicologia hospitalar e Saúde coletiva, entre outras (GUEDES, 2006).

Partindo dessa perspectiva, no início de 2020, um grupo de cinco estagiários do quinto ano de Psicologia da Ênfase de Psicologia da Saúde/Hospitalar, na abordagem cognitivo-comportamental, organizou-se para iniciar suas atividades práticas, no mês de março. Entretanto, foram surpreendidos com a suspensão das atividades práticas presenciais, devido à pandemia mundial da COVID-19.

Ocasionada pelo vírus SARS-COV-2 de origem chinesa, a COVID-19 é uma doença de rápida transmissão, especialmente pelo contato físico e por gotículas das via aéreas, que tem, como principais comprometimentos, infecções respiratórias

graves/letais. Diante deste cenário, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado mundial de pandemia e estabeleceu medidas preventivas como o uso de máscaras faciais, higienização das mãos com álcool em gel, distanciamento e isolamento social, levando à suspensão de atividades laborais e acadêmicas presenciais (*lockdown*), adotadas no Brasil a partir da Recomendação n. 036, de 11 de maio de 2020 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020)

Diante deste contexto, o ensino remoto tornou-se realidade a partir da publicação da Portaria 544/2020 do Ministério da Educação (MEC) em junho de 2020, que autorizou a realização de práticas, estágios e laboratórios por meio remoto. Assim sendo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) organizaram um caderno com recomendações para práticas e estágios remotos, emergenciais em Psicologia, enquanto vigoraram as medidas de distanciamento e isolamento social.

Dentro das possibilidades de práticas remotas que os estagiários podiam realizar no cenário remoto, os orientadores da ênfase de Psicologia da Saúde/Hospitalar do curso de Psicologia da FAP optaram pelo desenvolvimento de ações de educação e promoção da saúde por meio das redes sociais das instituições (Psicoeducação), contempladas nas recomendações do CPF e ABEP no item: “PROCESSOS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM-ESTAR”.

Os objetivos destas atividades que estariam no controle dos indivíduos seriam educativas e relacionadas com os riscos passíveis de mudanças como, por exemplo, desenvolvimento de prática de atividade física e alimentação saudável. No segundo nível, as atividades da promoção da saúde estão voltadas para a coletividade e ao ambiente físico, social, econômico, político e cultural mais amplo e em que a saúde seria um produto de vários fatores que promoveriam a qualidade de vida através de um padrão adequado de alimentação, de habitação, de saneamento básico, de condições de trabalho, de acesso à educação (AZEVEDO, SILVA e REIS, 2019).

Neste sentido, o objetivo deste estudo será apresentar um relato de experiência do respectivo grupo de estagiários da ênfase de Psicologia da Saúde/Hospitalar sobre a transição das atividades presenciais do estágio para a modalidade remota. Também tem como objetivo retratar a elaboração de uma psicoeducação em saúde, desenvolvida pelos alunos, como requisito das atividades remotas.

Caracterização do local e grupo de estágio

O grupo de estágio era composto por cinco alunos do curso de graduação em Psicologia da FADAP/FAP e mais a orientadora. As supervisões on-line ocorriam uma vez na semana, às quartas-feiras, das 16h50min às 17h50min, via plataforma do Google Meet. Além de discutirem sobre as atividades práticas que seriam realizadas e as teorias que as embasaram, a supervisão funcionou como um espaço de acolhimento tanto para os estagiários, como para a supervisora durante a adaptação das atividades presenciais para o universo remoto.

Tratando-se de um estágio de formação, as atividades práticas remotas foram adaptadas para que os estagiários cumprissem o total de horas que estava previsto pelo MEC, em atividades de estágio presenciais. A fim de totalizar 52 horas exigidas no estágio de formação, cada atividade remota teve sua carga horária atribuída, de acordo com sua complexidade, contemplando quinze dias para o seu desenvolvimento. As atividades práticas, na modalidade remota, foram: atividades de psicoeducação, simulação de alta e baixa fidelidade e entrevista com profissional da área de estágio, elaboração de relatório parcial/final. As temáticas a serem trabalhadas eram decididas pelo grupo durante as supervisões.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de um estudo descritivo, na modalidade relato de experiência. Está dividido em duas etapas que contextualizam a experiência: a primeira contém o relato de quatro estagiários que aceitaram contar suas perspectivas acerca da transição das atividades presenciais para a modalidade remota. Para garantir o sigilo, os estagiários serão identificados pela letra E, seguido pela numeração de 1 a 4. A segunda ilustra uma atividade de psicoeducação em saúde, desenvolvida pelo grupo durante o estágio remoto.

Primeira etapa: os relatos de experiência.

A expectativa para o estágio presencial.

A oportunidade de experienciar na prática a teoria que vivenciaram ao longo do curso é o momento de muito anseio e expectativa para os graduandos de Psicologia. É por meio do estágio que o aluno desenvolve um pensamento crítico-reflexivo sobre como se organiza a prática *psi*, portanto é de extrema importância para seu processo de formação.

Em seus relatos, os estudantes deixaram claro o quanto o momento do estágio foi sonhado e almejado:

“A princípio era tudo novo, o anseio de ir a campo colocar em prática toda teoria aprendida era visível; inúmeros pensamentos, tentando adivinhar como seria, o que aconteceria e o principal: como seriam os atendimentos às pessoas que ali passassem, etc. Conhecer o espaço de atuação em geral, as alas, parte dos funcionários, o campo por si só era animador demais! Ali com certeza expectativas foram criadas, além das ansiedades já apresentadas. Expectativas de compreender o outro em suas particularidades, de ajudar o próximo, de um crescimento pessoal!” (E1).

“O ano era 2020, estávamos muito empolgados com a ideia de realizar a prática de estágio presencial na área hospitalar! [...] fomos até o local, realizamos entrevista com a psicóloga que trabalhava ali, preparamos a documentação e de repente nos vimos presos, em casa, por uma pandemia que havia sido declarada mundialmente!” (E2).

“A pandemia chegou mudando tudo, literalmente”

Em Março de 2020, o mundo parou devido à pandemia da COVID-19, que exigiu dos órgãos de saúde estratégias rápidas para contenção de uma doença de alto índice de transmissão e morte. Como o contágio acontece por gotículas de ar e

pelo contato físico, a OMS decretou o uso de máscaras faciais e medidas de distanciamento/isolamento social, o que foi um choque para todos.

Diante deste cenário, todas as atividades que envolviam contato físico e social foram suspensas e/ou migradas para a modalidade remota: trabalho, lazer, saúde e, principalmente, as escolas e faculdades. Impossibilitados de realizarem atividades presenciais, o grupo de estagiários deste estudo viu, de mãos atadas, a tão esperada vivência prática do estágio desmoronar :

“Passamos um bom tempo sem saber exatamente como se resolveria essa situação, isso nos frustrou bastante, tínhamos muitas expectativas sobre a atuação no hospital, era visto como um desafio, tínhamos a oportunidade de atuar, usando o que havíamos aprendido até então” (E2).

“Com a pandemia não foi possível fazer o estágio presencial. A partir de então, a frustração cresceu ainda mais, pois esperávamos que ia passar e, logo iniciariamos a tão esperada prática” (E3).

“A pandemia se alastrou mundialmente, fazendo com que o país entrasse em uma situação de distanciamento social, o que dificultou por completo o estágio prático. Foi uma frustração para o grupo, pois estávamos próximos a dar início a essa nova fase acadêmica, mas a situação da pandemia começou a piorar cada vez mais e aos poucos os problemas foram se agravando” (E4).

A transição para o ‘mundo’ remoto

As instituições de ensino adaptaram suas atividades na modalidade remota, a fim de dar continuidade ao calendário escolar e garantir aos estudantes o acesso aos conteúdos para que não perdessem o ano letivo.

Nesse ínterim, a FADAP/FAP adaptou as atividades práticas do estágio também para a modalidade remota, assim os alunos poderiam cumprir a carga horária das atividades práticas de estágio e ter a oportunidade de desenvolver um raciocínio crítico entre a teoria e prática:

“E com isso o estágio passou de presencial para EAD (remoto), assim como todo curso. Por um lado frustrando todas as expectativas e ansiedades já criadas,

mas por outro tivemos todo apoio e um novo olhar a se desenvolver, novas propostas de trabalho foram expostas, que tinham como foco nos projetar no ambiente do estágio presencial, fazendo-nos presente mesmo não estando” (E1).

“Então deram início às aulas remotas e juntamente com elas iniciamos as práticas de forma digital. A princípio a ideia não foi muito bem vista pelo grupo, já que estávamos tão ansiosos para sentir como era a prática dentro de um hospital, porém com a orientação da supervisora demos início às atividades remotas, que tinham como objetivo se aproximar ao máximo da prática presencial” (E4).

Segunda etapa: o desenvolvimento da psicoeducação

Desenvolver uma ação de psicoeducação em saúde foi uma das atividades práticas remotas de estágio sugeridas pelo CFP e ABEP e adotadas pelos orientadores de estágio do curso de Psicologia da faculdade mencionada neste estudo.

A proposta da atividade foi passada aos estagiários pela orientadora durante a supervisão semanal do estágio. E foi neste espaço que o tema e modalidade de psicoeducação também foram decididos. Os estagiários tiveram quinze dias para desenvolver a atividade, contando com o suporte e orientação da professora neste período.

Inicialmente o tema da psicoeducação seria voltado à Saúde Mental dos pacientes internados no ambiente hospitalar e seus familiares. Entretanto, o grupo percebeu, através de pesquisas científicas, dados das mídias sociais e relatos de colegas da profissão que, diante a situação pandêmica (COVID-19) que o mundo se encontra, houve um aumento de sentimentos de estresse, esgotamento e sobrecarga dos profissionais da saúde que atuam na linha de frente, no combate à COVID-19, fenômeno conhecido como Síndrome de Burnout.

Neste sentido, optaram por conciliar a temática de Burnout em profissionais da saúde que atuaram no combate à COVID-19 com a abordagem psicológica de base para o estágio cognitivo-comportamental. Assim sendo, foi elaborada uma psicoeducação em formato de vídeo (ANEXO 2), baseado em situação hipotética e fictícia, onde uma profissional da saúde, que atua no ambiente hospitalar,

encaminhou um e-mail (ANEXO 1) ao psicólogo da instituição, a fim de relatar o estresse e a sobrecarga que tem enfrentado por conta da mudança de rotina durante a pandemia, a qual ocasionou sintomas de desequilíbrio e esgotamento emocional. Frente a essa problemática, o terapeuta elaborou dois vídeos de devolutiva à demanda da colega de trabalho, abordando temáticas sobre a ansiedade no contexto hospitalar; estratégias de enfrentamento e atuação do Psicólogo no ambiente hospitalar. Também foram abordadas, nos vídeos, orientações sobre técnicas de relaxamento para alívio do estresse e outras demandas associadas, assim como a importância da prática de exercícios físicos. Vale ressaltar que o nome que o psicólogo cita durante o vídeo é fictício, para preservar a identidade da colega.

Por meio do relato dos estagiários sobre a elaboração de psicoeducação, foi possível compreender que a experiência foi de extrema importância, uma vez que possibilitou o amadurecimento pessoal, trazendo benefícios para a formação acadêmica mesmo na modalidade remota. Veja o relato dos estagiários:

“Podemos dizer que foi muito melhor do que esperávamos, pois aprendemos a gostar dessa atividade, aprendemos muito com essa prática, ainda que remota. Nos propusemos a aproveitar a atividade, dedicamos o tempo que seria usado na prática presencial e um pouco mais! Foi um trabalho realizado pelo grupo de maneira integral, todos participamos e nos esforçamos para evoluir como futuros psicólogos e tivemos bons resultados” (E2).

“Com a atividade de Psicoeducação fizemos, de uma forma bem didática, um vídeo sobre a Síndrome de Burnout com a função importante de orientar de forma coletiva, pacientes, familiares e profissionais sobre esse assunto pouco divulgado. A atividade, ainda que de forma remota, pode nos acrescentar o conhecimento necessário para a nossa formação profissional. Ademais, a resiliência foi planificada, diante do inesperado, onde aprendemos não só o conhecimento acadêmico, mas a transformar os desafios inerentes à existência humana” (E3).

“Com a ajuda da supervisora de estágio conseguimos aproveitar ao máximo as aulas práticas a distância. Conclui-se que independente da metodologia da prática, seja ela digital ou presencial, é possível adquirir benefícios para a formação acadêmica. Graças à flexibilidade, praticidade de comunicação e troca de

informação constante do ensino a distância, foi possível explorar diversos assuntos, o que tornou a experiência para além das expectativas” (E4).

“A Psicoeducação nos proporcionou desenvolver uma atividade que de alguma forma pudesse tocar quem ali passasse no hospital, não só pacientes, mas médicos, enfermeiros, pessoal da limpeza, já que o período se encontrava difícil para todos. [...] Claro que vivenciar todos os dias a prática e ganhar experiência não tem preço; mas tudo o que nos propuseram e nos levaram a exercer no remoto trouxe muito conhecimento, agregamos outro valor que é da vida! Refizemos as expectativas quanto ao trabalho, a sempre estar preparado. Nos ajudou a amadurecer, mostrando outros caminhos...outras formas e ferramentas que o momento lhe oferece!” (E1).

Discussão

O estágio supervisionado de formação de psicólogos prepara o aluno para entrar em contato com a realidade da profissão, o que faz dele um momento-chave da formação. Entretanto, justamente nesse contato com a prática por meio dos estágios que os alunos dos últimos anos de curso tendem a vivenciar maior ansiedade. Somada a isso, tem-se a questão que a área de saúde/hospitalar abrange diversas possibilidades de atuação e conhecimento, o que exigirá do estagiário maior flexibilidade, capacidade de adaptação e desenvolvimento de estratégias de enfrentamento possíveis, o que pode contribuir para um aumento do estresse (FREITAS, FIGUEIREDO e BARBOSA, 2017). Esses achados corroboram com os relatos apresentados pelos estagiários neste estudo e sinalizam a importância de maior aprofundamento sobre o tema, especialmente sob a perspectiva dos estagiários.

Com a pandemia da COVID-19 e transição das atividades de estágio presenciais para a modalidade remota, o sentimento de ansiedade deu lugar à frustração e incerteza. Tal situação exigiu dos estagiários uma maior capacidade de adaptação e tolerância. Apesar das atividades realizadas como prática de estágio terem gerado dúvidas a respeito de sua efetividade, por serem remotas, surpreendentemente elas se mostraram bastante efetivas e puderam aproximar os alunos da prática com a mesma qualidade das atividades presenciais, o que trouxe

ganhos significativos para a formação profissional dos alunos. Esses achados marcam o aqui e agora, a resistência, sobrevivência e ressignificação do fazer psicológico (SANTOS, TEDESCO e LUZ, 2020).

Foi por meio da atividade de psicoeducação que o grupo de estagiários pode ressignificar sua experiência de estágio na modalidade remota, pois proporcionou aos alunos a reflexão sobre uma temática específica e em como elaborar uma ação em saúde que promovesse a orientação, educação e saúde da população inserida naquele contexto. O grupo concluiu que apesar do tema “estresse” ser bastante debatido na atualidade, o tema “Síndrome de Burnout” é pouco estudado, o que mostra a necessidade da divulgação sobre o tema entre os profissionais, especialmente os da saúde, tendo em vista que a situação de pandemia pode contribuir para o aumento da respectiva síndrome burnout no contexto da saúde, uma vez que são profissionais tidos como “linha de frente”.

Visto que a situação atual de pandemia traz muitos fatores de sobrecarga para o âmbito da saúde que atinge excepcionalmente os profissionais inseridos no contexto hospitalar, o estudo realizado por Zwielewski et al. (2020) apontou que para grupos de profissionais de saúde é indicado o uso de protocolos breves de atendimento, focados na demanda ou na queixa, visando dispor de procedimentos mais eficazes para a contenção de sintomas e inaptidões para que o indivíduo esteja apto para o enfrentamento de futuros estressores, neste sentido a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) tem sido recomendada como abordagem para o acompanhamento psicológico, em contextos da saúde, para alcançar esses objetivos, evidenciando que as técnicas utilizadas pela TCC podem levar o paciente ao autoconhecimento (psicoeducação), especialmente durante esse momento de pandemia.

Segundo Souza e Bezerra (2019) a utilização da técnica de questionamento socrático deve ser feita a partir da identificação e registro dos pensamentos e comportamentos disfuncionais, bem como do encorajamento ao paciente em avaliá-los, através de perguntas lógico-dedutivas, para que a elaboração de estratégias para resolução de problemas e tomadas de decisões sejam mais adaptativas.

Considerações Finais

Passar pela transição do estágio de formação presencial para o remoto proporcionou ao grupo de estagiários, envolvidos neste estudo, o conhecimento necessário para a formação profissional. Ademais, a resiliência foi planificada, diante do inesperado, onde puderam aprender não só o conhecimento acadêmico, mas a transformar os desafios inerentes à existência humana.

Também foi possível concluir que a elaboração da atividade de psicoeducação foi importante para formação acadêmica e desenvolvimento de projetos e programas voltados à promoção de saúde, que podem propiciar um retorno positivo em âmbitos de políticas de saúde pública mais condizentes com as demandas da sociedade. Proporcionou aos estagiários um diálogo com a teoria e prática, além da habilidade de adaptação em situações difíceis, bem como de pesquisa científica sobre uma temática específica, envolvendo possibilidades de atuação da Psicologia no cenário atual.

ABSTRACT

The face-to-face practice of supervised training for psychologists is a long-awaited moment during graduation, because it represents the opportunity to experience the theories studied over the years and professionals' work reality. However, with the COVID-19 pandemic in 2020, the in-person practice of the internship was suspended due to guidelines from the health agencies on measures of distancing and social isolation to reduce transmission and contamination by the virus. In this scenario, transferring educational activities to the remote modality was the possibility found to guarantee undergraduates the opportunity of not interrupting the practical activities of the training supervision internship. From this perspective, the aim of this study was to present an experience report of the respective group of interns from the Health Psychology/Hospital Emphasis on the transition of face-to-face internship activities to the remote modality and to portray the preparation of psychoeducation in health developed by the interns as a requirement for remote activities. During the development of this study, it was possible to conclude that the transfer of face-to-face activities to the remote modality was challenging. However, with the preparation of the psychoeducational activity and the support of the advisor, the group could redefine the remote internship experience into a positive one, which allowed for personal and professional maturation, as well as the construction of critical-reflective reasoning between theory and practice in unexpected situations, essential for academic training and future professional performance.

Keywords: Intern. Experience report. Remote teaching. Pandemic.

*Professora Débora Chiararia de Oliveira é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Unesp, Campus Marília.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. V. S., CREPALDI, M. A. A Psicologia no hospital geral: aspectos históricos, conceituais e práticos. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 33, n. 04, Oct-Dec, 2016. DOI: 10.1590/1982-02752016000400002

AZEVEDO, A. V. S., SILVA, M. A., REIS, T. C. C. M. Promoção da saúde no contexto das redes sociais significativas. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 28, n. 63, São Paulo, 2019. DOI: 10.21452/2594-43632019.28n63a03

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA & ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA. (2020). Práticas e estágios remotos em Psicologia no contexto da pandemia da Covid-19: Recomendações. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Caderno-de-orientac%CC%A7o%CC%83es-formac%CC%A7a%CC%83o-e-esta%CC%81gios_FINAL2_com_ISBN_FC.pdf

FREITAS, G. F. V., FIGUEIREDO, S. E. F. M. R., BARBOSA, D. F. M. A atuação do aluno de psicologia no estágio hospitalar. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, v. 25, n. 2, p. 45-50, Jul.-Dez., 2017. DOI: 10.15603/2176-1019/mud.v25n2p45-50

GUEDES, C. R. A supervisão de estágio em psicologia hospitalar no curso de graduação: relato de experiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 26, n. 3, 2006. DOI: 10.1590/S1414-98932006000300014

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS. Recomendação nº 036, de 11 de maio de 2020. Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos [Internet]. Brasília: Conselho Nacional de Saúde; 2020 [citado 2020 nov 12]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>

REIS, J. A. R., et al. Prática e inserção do psicólogo em instituições hospitalares no Brasil: revisão de literatura. **Psicologia Hospitalar (São Paulo)**, v. 14, n. 1, p. 2-26 jan./jun., 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092016000100002

SANTOS, H. B., TEDESCO, R. R., LUZ, I. L. Estágio de Psicologia e Pandemia: Angústias e Reconstruções em um Centro de Atenção Psicossocial. **Anais do V SERPINF - Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, III SENPINF - Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: inflexões da pandemia covid 19 na vida, nas políticas públicas e no trabalho** [recurso eletrônico] / organizadores Maria Isabel Barros Bellini ... [et al.]. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2020.

SOUZA, L. F. S. C., BEZERRA, M. M. M. Síndrome de Burnout e os Cuidados da Terapia Cognitivo-Comportamental. **Id on Line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 13, n. 47, p. 1060-1070, 2019. DOI: 10.14295/online.v13i47.2103

World Health Organization – WHO. Covid 19 Infection [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2020 [cited 2020 Mar 31]. Available from: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

ZWIELEWSKI, G. et al. Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: As demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19. **Revista debates in psychiatry-Ahead of print**, 2020. DOI:10.25118/2236-918X-10-2-4.

ANEXOS

ANEXO 1:

E-mail da profissional de saúde sobre as demandas de sobrecarga e estresse profissional:

Estresse e Sobrecarga com a Pandemia

servicopsicohospitalar@gmail.com

Estresse e Sobrecarga com a Pandemia

Caro colega,

Sinto que preciso conversar...desabafar com uma pessoa de confiança, que manterá o sigilo e ética profissional, uma vez que trabalhamos na mesma instituição.

Com as mudanças na nossa rotina e jornada de trabalho durante a pandemia da COVID-19 tem sido cada vez mais difícil achar um tempo para mim. Estou esgotada, passo a maior parte do tempo no trabalho ou pensando nele. Tenho medo de pegar COVID e passar para meus familiares, tenho medo de perder o emprego, medo de não aguentar... O estresse é imenso, estamos fazendo dupla jornada para ajudar os colegas e isso tem me esgotado física e emocionalmente.

Me sinto ansiosa a maior parte do tempo devido às incertezas deste vírus e acabo descontando tudo na comida, pois é impossível relaxar ou ter outra válvula de escape tão rápida e prazerosa.

Preciso de sua ajuda!

Grata pela atenção e sigilo.

Atenciosamente, B.C

Fonte: Situação Hipotética/Arquivo pessoal.

ANEXO 2:

Links de acesso aos vídeos:

A) Orientação sobre ansiedade no contexto hospitalar:

https://drive.google.com/file/d/1-lpW4sm5dPikDhzfwbj4NsnjZt_Dk3-/view

B) Estratégias de Enfrentamento:

<https://drive.google.com/file/d/12pvbam1haGkkjmwGh8QEEFGbrfqC69Iq/view>

UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO, NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, PRESENTE EM UMA BASE DE DADOS BIBLIOGRÁFICA.

Daniela Cristina Razera Spósito Medeiros - Graduanda em Psicologia - Faculdade Alta Paulista, e-mail: 229824@fadap.br

Victor Breno das Neves Rocha - Graduando em Psicologia - Faculdade Alta Paulista, e-mail: 230081@fadap.br

*Cristiane Pereira Marquezini - Doutora em Educação, docente Curso de Psicologia - Faculdade Alta Paulista, e-mail: cristiane.marquezini@fadap.br

Iúri Yrving Müller da Silva - Doutor em Psicologia, docente Curso de Psicologia - Faculdade Alta Paulista, e-mail: iuri.silva@fadap.br

Resumo

O interesse no que se refere à relação entre educação e psicanálise é bastante antigo, sendo esta temática discutida desde Freud, em sua obra, até a atualidade. No âmbito das construções teóricas, a aproximação, por vezes, se deu de forma ambígua e controversa, gerando problematizações no que se refere à aplicabilidade da psicanálise no campo educacional. Mesmo diante do citado, muitos trabalhos foram publicados, resultando em produções teóricas expressivas e oportunas no que tange ao emprego da psicanálise na educação. O encontro entre as referidas áreas do conhecimento tem culminado na investigação de variados temas, como: a compreensão do desenvolvimento psicoemocional da criança; a resolução de dificuldades escolares que impedem a expressão das potencialidades individuais; além da importância do aspecto relacional entre aluno e professor, nos processos de ensino e aprendizagem. O que contribuiu para a abertura, no campo da pedagogia, para elementos de reflexão que dão subsídios teóricos e conceituais aos processos educativos, sobretudo, a questão da transferência e da contratransferência, dos mecanismos de defesa inconscientes, tal como a identificação projetiva e o reconhecimento das angústias e medos presentes no percurso da aprendizagem. Porquanto o interesse da psicanálise pela investigação do desenvolvimento em geral, e, particularmente, do desenvolvimento infantil, aumentou consideravelmente, bem como contribuiu para uma maior compreensão dos processos psicoafetivos presentes no aprender. Postas estas questões, a presente pesquisa averiguou artigos existentes, em determinada base de dados, visando identificar quais são os trabalhos que, orientados por um viés psicanalítico, buscaram problematizar os fenômenos narrados como dificuldades de escolarização de crianças no Brasil, partindo de um estudo fundamentado na análise bibliométrica, referente à produção, no período de 2018 a 2020. Para tanto, realizou-se um levantamento de artigos científicos, em língua portuguesa, publicados em um indexador; *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando as palavras-chave “Psicanálise e Educação”. Foram localizados 23 artigos, sendo que: 7 deles foram publicados no ano de 2018, 8 divulgados em 2019 e, por fim, 8 expostos em 2020. Tais resultados indicam que há um número significativo de trabalhos publicados na base de dados, no que diz respeito à temática proposta, demonstrando uma linearidade no período estipulado.

Palavras-chave: Psicologia; Psicanálise; Educação; Dificuldades de Escolarização; Bibliometria.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O interesse no que se refere à relação entre educação e psicanálise é bastante antigo, sendo esta temática discutida desde Freud (1996) em sua obra, até a atualidade. No âmbito das construções teóricas, a aproximação, por vezes se deu de forma ambígua e controversa, gerando problematizações, no que se refere à aplicabilidade da psicanálise à educação.

Todavia, com o desenvolvimento dos estudos e a conclusão de novos aspectos inerentes ao funcionamento humano, muitos trabalhos foram publicados, resultando em produções teóricas expressivas e oportunas, no que tange às aplicações da psicanálise na educação. O encontro entre as áreas do conhecimento tem culminado na investigação de variados temas, como: a necessidade de compreensão do desenvolvimento psicoemocional da criança; a resolução de dificuldades escolares que impedem a expressão das potencialidades individuais; além da importância do aspecto relacional entre aluno e professor nos processos de ensino e aprendizagem. (KUPFER, 1989). Tais questões contribuíram para a entrada de elementos de reflexão no campo da pedagogia que dão subsídios aos procedimentos educativos, sobretudo, a questão da transferência e da contratransferência, dos mecanismos de defesa inconscientes, tal como a identificação projetiva, e o reconhecimento das angústias e medos presentes na educação.

Deste modo, ainda de acordo com Kupfer (1989), ao menos três foram as direções tomadas por teóricos que tiveram interesse no casamento da psicanálise com a educação. A primeira delas consiste na disciplina pedagogia psicanalítica; a segunda relaciona-se com o ensinamento de pais e professores, em relação à teoria psicanalítica com o intuito de evitar reprodução de neuroses tanto em filhos, como em alunos; ainda nesse contexto, a última teoria propunha os saberes aos representantes da cultura da psicanálise e seus ensinamentos, não se referindo precisa e unicamente à interlocução da psicanálise com a educação, mas sim, à uma tentativa de propagar a psicanálise a todos os representantes da cultura, dedicados a ampliar sua visão de mundo nesse movimento, que teve início,

basicamente na França pela década de 1960, no século XX, estendendo-se de modo menos vigoroso ao Brasil. Muitos intelectuais de diversas procedências, entre eles alguns educadores, afluíram aos seminários e cursos que propagavam a psicanálise, compraram livros, deram atenção a programas de rádio e televisão, em busca de instrumentalizar a aplicação em sua área.

Contudo, questionamentos surgiriam, um deles seria o fato de os pais terem que explicar aos seus filhos sobre sexualidade. Nesta circunstância, a sublimação não ocorreria corretamente, pois, além disso, os pais também deveriam ser analisados, segundo a teoria, porém, tal ato não proporcionaria resultados significativos, já que a sexualidade dos primeiros anos de vida já havia sido reprimida há muito tempo. (KUPFER, 1989)

Pós-freudianos em suas teorias, também falhariam na tentativa de aplicar a psicanálise à educação, por exemplo, Ana Freud (1971), a filha de Freud, esforçou-se ao máximo para ilustrar aos professores o desenvolvimento psicosssexual da criança, com o intuito de transmitir aos pais e educadores os conhecimentos da psicanálise. Ao fazer uso do método, impediria que as neuroses se instalassem nas crianças. Contudo, mais tarde, constatou-se que os ensinamentos foram utilizados para diagnosticarem os escolares, apenas como “alunos problemas”. Zulliger (1950 *apud* KUPFER, 1989), um suíço que trabalhou com Pfister a partir de 1911, tinha como propósito atender os educandos que eram rotulados com problemas de escolarização. Deste modo, psicanalisavam os alunos, levando em consideração, apenas os determinantes psicológicos destes e ignorando seu entorno social, contribuindo com a prática de métodos que incluíam castigos violentos, que já vigoravam na época. Já Pfister (1932 *apud* KUPFER, 1989), surge com um pensamento de que professores deveriam educar o inconsciente dos alunos através de um método intitulado Pedoanálise, cuja função seria descobrir forças inconscientes para poder dominá-las e conduzi-las ao caminho do bem.

Nesse sentido, o educador se colocaria como modelo para os alunos identificarem-se. Sendo por assim dizer, algo que se faz impossível, visto que não se pode psicanalisar as crianças e/ou alunos, pois a aprendizagem se dá predominantemente conscientemente, e não se pode de maneira alguma, educar o inconsciente (KUPFER, 1989).

Conforme a autora, os que faziam parte da terceira direção tinham como intuito difundir a psicanálise a todas as representações culturais, para ampliar a

visão de mundo: livros, tv, cinema e outras culturas. Apenas a Educação não poderia ser instrumentalizada pela psicanálise, pois é para uma ciência prática. O problema é que a educação visa reprimir e a psicanálise libertar; afrouxar laços da repressão.

De acordo com o exposto acima, o encontro entre psicanálise e educação tem uma história de tentativas de respostas a algumas questões pedagógicas. Neste contexto, foram visualizadas conquistas e oportunas aplicações da psicanálise no cenário educativo, mas também foram constatadas algumas impossibilidades. Estas podem ser definidas como as pretensões de prevenção de conflito psíquico nos indivíduos e a crença de que o conhecimento teórico psicanalítico seria suficiente para reestruturar as relações educacionais. A psicanálise pode ajudar a esclarecer os mecanismos psíquicos que dão suporte ao processo ensino-aprendizagem, mas a conceitualização sobre o inconsciente adverte o limite do pretenso controle sobre suas forças. (SILVA, 2010)

Muito se produziu desde o início dessa relação, destaca-se o trabalho de Kupfer (2007), o qual ressalta a importante contribuição da psicanálise para educação, quando a primeira demonstra ser uma alternativa possível de compreensão mais profunda do sentido, sendo capaz de superar a dicotomia indivíduo/sociedade, operando com o sujeito em sua articulação com o campo social. Em que se podem internalizar os conteúdos historicamente construídos; não sendo assim, possível, desenvolver um método para a educação; mas através dos conceitos é possível contribuir com a mesma.

No entender da autora:

A articulação da psicanálise à educação é possível quando esta última é entendida como discurso social pertencendo à cultura – a linguagem é o fundamento das instituições humanas, logo, passível de leitura psicanalítica, de forma que tal aproximação amplia sobremaneira o trabalho do psicanalista e também do educador disponível a esse encontro. (KUPFER, 2007, p. 136)

As tentativas de aplicação da psicanálise à educação buscaram também respostas para as dificuldades do ensino e aprendizagem escolarizados.

Estudos compreendem a citada relação, como uma das variáveis que resulta de uma rede de relações sociais que muitas vezes desconsidera o processo de produção da “queixa escolar”, que exclui o estado e suas políticas educacionais orientadoras e a instituição escolar como promotoras das dificuldades

de aprendizagem. (MARTÍNEZ, 2007; MACHADO E PROENÇA, 2004; PATTO, 1984 e 1987)

Não obstante, Fernández (1990), psicanalista argentina, atenta para o fato de que o entrave escolar pode ser relacionado há causas externas e internas. Consequentemente, postula que condições estruturais da família ou individuais do sujeito podem interferir na construção de conhecimento. Nas proposições da autora, podemos observar as contribuições psicanalíticas para a compreensão das dificuldades de aprendizagem.

A autora ainda recorda que é importante considerar a influência de múltiplos fatores que interferem na aprendizagem. É necessário que a escola esteja atenta para não supervalorizar ou desvalorizar as dificuldades de aprendizagem. Percebe-se assim, que ao abordar o conceito de dificuldades de aprendizagem é necessário levar em consideração diversos fatores e, que as dificuldades de aprendizagem são abrangentes e globais, relacionadas ao aluno, ao professor, à metodologia e conteúdo, à escola e ao ambiente sociocultural.

Postas as supracitadas considerações, evidencia-se a necessidade de maior compreensão sobre a construção do conhecimento. Aprender é um fenômeno multifatorial e, dessa forma, necessita de um entendimento de todos os seus determinantes para eficaz intervenção com intuito de superação das dificuldades que acarreta. Acredita-se que a inclusão escolar possa ser um movimento possibilitador e potencializador, capaz de acolher todos os alunos em suas mais variadas características, dificuldades e potencialidades. Assim, as dificuldades de aprendizagem não devem ser tratadas como se fossem problemas insolúveis, mas como desafios que fazem parte do próprio processo da aprendizagem.

OBJETIVO

Considerando os desdobramentos apresentados acima, formula-se o seguinte problema: como está a produção científica sobre a relação entre psicanálise e educação na atualidade?

Posta esta questão, a presente pesquisa averiguou artigos existentes em determinada base de dados; visando identificar os trabalhos orientados por um viés psicanalítico que buscaram problematizar os fenômenos narrados como dificuldades de escolarização de crianças.

MÉTODO

Para a elaboração deste trabalho, fez-se necessário a compreensão dos métodos científicos *Quantitativo* e *Bibliométrico*, através de dois artigos, “Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? (MINAYO; SANCHES. 1993) e “Estudo bibliométrico: Orientações sobre sua aplicação.” (SILVA; *et al.* 2016).

Os dois artigos utilizados, serviram como base para produção do presente artigo. Visto que, ambos contextualizam a forma de se compreender estes métodos e como realizar pesquisas. Os métodos *Quantitativo* e *Bibliométrico* fazem parte do mesmo contexto, pois focam em realizar uma estatística, uma lógica dedutiva, atuando em níveis, ou seja, é uma complementação de métodos, que conduzem uma pesquisa e fazem com que a mesma, se torne mais completa. (MINAYO; SANCHES, 1993).

Procedimentos

O levantamento de dados foi realizado durante o período de 2018 a 2020. Após a definição das palavras-chave, buscou-se no banco de dados de pesquisa da plataforma *Scielo*, por artigos que tivessem no título as palavras “*Psicanálise e educação*”. Foi utilizada, como filtros de pesquisa em tipos de literatura, a palavra “artigos”, na língua portuguesa; no filtro coleções foi utilizado Brasil; em área temática, foi utilizado todas; no filtro de matérias citáveis e não citáveis, foi utilizado o filtro todos; por fim, no filtro datas de publicação, foram inseridas as datas que vão do período de 2018 até o ano de 2020, com o intuito de localizar a produção científica atual.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A busca nas bases de dados com os descritores “Psicanálise e Educação” retornou os seguintes resultados: 23 artigos, 7 em 2018, 8 em 2019 e 8 em 2020.

A tabela e o quadro que seguem apresentam os dados da produção científica analisada, conforme os parâmetros bibliométricos e quantitativos indicados, com vistas a construir indicadores do conhecimento produzido no campo. Destacaram-se os seguintes dados: título, autores, revista, ano de publicação e o resumo do trabalho.

Titulo	Autores	Revista	Ano	Resumo
Infância, adolescência e mal-estar na escolarização: o que dizem os especialistas ?	Coutinho, Luciana Gageiro; Carneiro, Cristiana	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2018	Este artigo é oriundo de uma pesquisa em psicanálise e educação, que aliou estudo de casos múltiplos e pesquisa-intervenção, realizada no Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (SPIA/IPUB-UFRJ). Parte de uma constatação que visa discutir o mal-estar na escolarização de crianças e adolescentes.
Grupos de pais-bebês nas creches como estratégia de promoção da saúde mental na primeira infância.	Pesaro, Maria Eugênia; Merletti, Cristina Keiko Inafuku de; Pellicciari, Fabiana Sampaio; Moratti, Patrícia; Pimentel, Cecilia Leach; Barreto, Cristiane Palmeira de Oliveira.	Educação e Pesquisa	2018	O presente artigo tem como objetivo apresentar a estratégia do grupo interativo pais-bebês em creches, como intervenção psicanalítica possível para a promoção da saúde mental na primeira infância no campo educativo.
O Estudo de Casos Múltiplos: Estratégia de Pesquisa em Psicanálise e Educação	Carneiro, Cristiana	Psicologia USP	2018	O estudo de casos será discutido como metodologia de pesquisa na articulação entre psicanálise e educação. Tal discussão se insere no trabalho efetuado pela parceria entre o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência.
O Laço Educador-Bebê se Tece no Enodamento entre Cuidar, Educar e	Fonseca, Paula Fontana	Educação & Realidade	2018	A literatura acerca do trabalho educativo na primeira infância propõe uma articulação do educar com o cuidar e o brincar como subsídio para ação do

Brincar				professor.
Comportamento antissocial nos jovens como sequela da privação: contribuições da clínica winnicottiana para as políticas públicas.	Onocko-Campos, Rosana.	Interface – Comunicação, Saúde, Educação	2018	Este artigo, trilhando uma rota entre a Psicanálise e a Saúde Pública, utiliza várias categorias da clínica winnicottiana para repensar as abordagens das políticas públicas brasileiras para jovens infratores e suas famílias.
Psicologia, psicanálise e educação: contrastes culturais e acadêmicos entre Brasil e Angola	Gomes, Maria de Fátima Cardoso; Goulart, Maria Inês Mafra; Pereira, Marcelo Ricardo	Psicologia Escolar e Educacional	2018	Este artigo apresenta uma pesquisa realizada pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil e o Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade 11 de Novembro (UON), Angola. Procurou-se responder a questões: “quem pesquisa o quê” e “para quê”, no campo da psicologia educacional.
A Pesquisa em Psicanálise e o “Catador de Restos”: Enlaces Metodológicos	Gurski, Rose; Strzykowski, Stéphanie	Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica	2018	Os atuais retratos encontrados no âmbito da saúde mental infanto-juvenil e da Educação convocam a Psicanálise a se (re)inventar, a fim de estar em diferentes sítios.
Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva	Neves, Libéria Rodrigues; Rahme, Mônica Maria Farid; Ferreira, Carla Mercês da Rocha Jatobá.	Educação & Realidade	2019	Este artigo analisa os significados do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e sua relevância para a definição dos rumos da escolarização dos estudantes com deficiência no Brasil
Sobre Educação, Política e	Rahme, Mônica Maria Farid; Ferreira,	Educação & Realidade	2019	O artigo discute, em um primeiro momento, questões

Singularidade	Carla Mercês da Rocha Jatobá; Neves, Libéria Rodrigues			relativas à configuração da política de Educação Especial no Brasil a partir dos anos 2000, destacando elementos que marcaram o processo de institucionalização da inclusão dos alunos, público alvo da educação especial na escola comum, bem como seus desafios atuais.
Clínica e Escolarização dos Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Pimenta, Paula Ramos.	Educação & Realidade	2019	O artigo analisa as prerrogativas da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para a inclusão escolar dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). - Teoria da Mente e Psicanálise.
A Docência Sob a Hegemonia da Dimensão Técnica e Metodológica do Discurso Educacional	Fanizzi, Caroline	Educação & Sociedade	2019	Este artigo visa realizar uma reflexão acerca do lugar de enunciação reservado ao professor na trama discursiva que hoje constitui a educação. Caminhando em sentido contrário, com base no diálogo com aportes da filosofia e da psicanálise.
Merlí: Mestre do Discurso e da Desconstrução da Escola. Uma Análise do Seriado Espanhol a partir da Psicanálise e Educação	Batista, Douglas Emiliano	Educação em Revista	2019	Este artigo, com base nos estudos de Psicanálise e Educação e em suas concepções de linguagem simbólica (Simbólico), sujeito da enunciação, narcisismo (Imaginário), alienação e separação, e ainda mestria da linguagem, pretende analisar o principal personagem da série espanhola Merlí, o professor de filosofia homônimo que leciona no Ensino Médio.
O Enlace entre Psicanálise, Educação, Cinema e a Experiência	Gurski, Rose; Barros, Jane Fischer; Strzykowski, Stéphanie	Educação & Realidade	2019	Neste artigo, refletimos sobre alguns efeitos metodológicos para a pesquisa-intervenção com adolescentes que advêm do

Adolescente				encontro entre Psicanálise, Educação e Cinema.
Adoles cência e o Ocupa Escola: retorno de uma questão?	Coutinho, Luciana Gageiro; Poli, Maria Cristina	Educação & Realidade	2019	O artigo aborda a operação da adolescência em contextos que possibilitam a subversão discursiva e o questionamento do lugar de mestria no laço social.
Matemáti ca e Surrealismo	Benetti, Djeison; Santos, Vinicius Machado Pereira dos; Souza, Aldi Nestor de	Bolema: Boletim de Educação Matemáti ca	2019	Neste trabalho, fazemos uma análise da Matemática a partir da teoria crítica da sociedade da Escola de Frankfurt, tendo o Surrealismo como referência.
Sustentar a Transferênci a no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia	Charczuk, Simone Bicca	Educação & Realidade	2020	Problematizamos a docência no ensino remoto em tempos de pandemia.
O estado da arte em psicanálise e educação no Rio Grande do Sul (2000-2016)	Gurski, Rose; Strzykalski, Stéphanie; Gomes, Paula Gus; Stumm, Eugênio Helyantus.	Educação e Pesquisa	2020	Este estudo é parte de uma pesquisa de âmbito nacional realizada pelo Grupo de Trabalho (GT) "Psicanálise e Educação" da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Em 2015 o GT produziu e divulgou um grande levantamento de dados de diferentes regiões do Brasil com o intuito de construir um retrato nacional do campo da psicanálise e educação.
Leitura e discussão de clássicos da literatura aplicados a pessoas com quadro psiquiátrico grave: uma análise winnicottiana	Logatti, Maria Sílvia Motta; Carvalho, Licurgo Lima de; Vieira, Nadia Vitorino; Barros, Maria Teresa Mendonça de; Gallian, Dante Marcello Claramonte	Interface – Comunica ção, Saúde, Educação	2020	O presente artigo tem como objetivo apresentar parte dos resultados de uma investigação realizada com pessoas com quadro psiquiátrico grave de um grupo psicoterapêutico.

Núcleo Figurativo da Representação Social: Contribuições para a Educação	Lima, Rita de Cássia Pereira; Campos, Pedro Humberto Faria.	Educação em Revista Métricas	2020	Este estudo tem como objetivo discutir o “núcleo figurativo”, parte integrante da Teoria das Representações Sociais (TRS), fundamentada na Psicologia Social. O foco, aqui, é o campo educacional, na perspectiva de um olhar psicossocial para as relações educativas.
Indisciplina na Escola: Uma Aproximação à Luz de Wilfred Bion	Archangelo, Ana.	Educação & Sociedade Métricas	2020	O termo indisciplina cobre fenômenos bastante diversos nas escolas. Baseado nas ideias de Bion, este artigo discutirá que a indisciplina se define como experiências emocionais não toleradas nem processadas tanto individual, como institucionalmente, as quais estão em busca de processamento mental.
As Faculdades da Mimese, Imaginação e Memória na Infância: o Entrelaçar do Amor e do Pensamento	Salgado, Mara; Vaz, Alexandre Fernandez	Educação em Revista	2020	O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da pesquisa acerca do entrelaçamento do amor e do pensamento na infância em Theodor W. .
Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia	Charczuk, Simone Bicca	Educação & Realidade Métricas	2020	Problematizamos a docência no ensino remoto em tempos de pandemia. A despeito das diferenças entre ensino remoto e educação a distância (EaD), apontamos que críticas a ambos recaem sobre as dificuldades de interação entendidas como inerentes a eles.
A psicanálise nas políticas sociais públicas	Marino, Adriana Simões.	Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica	2020	Aborda a inserção da psicanálise nas políticas sociais públicas, ressaltando as primeiras considerações freudianas sobre o assunto.

Fonte: Banco de dados SciELO. Elaboração dos autores.

Os estudos nacionais indicam um entrelaçamento das áreas da psicanálise e educação, num processo colaborativo interdisciplinar. Este contexto conversa com articulações dos autores citados, na introdução e justificativa do artigo: Kupfer (1989 e 2007); Machado e Proença (2004); Fernandez (1990); Silva (2010) Neste sentido, a interface psicanálise e educação tem sido proposta dentro de uma perspectiva interdisciplinar das áreas de conhecimento, já que os artigos estão publicados em periódicos das duas áreas.

Estes trabalhos estão distribuídos de maneira linear, no período investigado pelo presente estudo. Mas, há de se refletir sobre os resultados descritos nos resumos, pois apresentam uma diversidade de temáticas a serem analisadas e categorizadas em estudos futuros. Observa-se que a produção científica na base de dados sobre esta questão é vultosa, e que os estudos referentes ao tema demandam ainda muitas descobertas. Além do mais, os estudos encontrados trazem profundas reflexões sobre a importância da temática para as duas áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se com a elaboração deste trabalho, que há um número significativo de material publicado dentro da base de dados pesquisada, no período estipulado, que orientados por um viés psicanalítico, buscaram problematizar os fenômenos narrados como dificuldades de escolarização de crianças, demonstrando uma linearidade no período pesquisado.

Ainda é possível afirmar, com base na leitura breve dos resumos dos trabalhos selecionados, que muitos artigos foram publicados, resultando em produções teóricas expressivas e oportunas, no que tange às aplicações da psicanálise à educação. O encontro entre as áreas do conhecimento tem culminado na investigação de variados temas como: a necessidade de compreensão do desenvolvimento psicoemocional da criança; a resolução de dificuldades escolares que impedem a expressão das potencialidades individuais; além da importância do aspecto relacional entre aluno e professor na aprendizagem. O que contribuiu para a entrada de elementos de reflexão, no campo da pedagogia, que dão subsídios aos processos educativos, sobretudo, a questão da transferência e da contratransferência, dos mecanismos de defesa inconscientes, tal como a identificação projetiva, e o reconhecimento das angústias e medos presentes no

processo de aprendizagem. Porquanto, o interesse da psicanálise pela investigação do desenvolvimento em geral, e particularmente, do desenvolvimento infantil, aumentou consideravelmente, bem como contribuiu para uma maior compreensão dos processos psicoafetivos, presentes no processo de construção do conhecimento.

Aferimos, aportados no volume de dados encontrados sobre a temática, que muitos trabalhos serão desenvolvidos para aumentar a compreensão da relação entre essas duas áreas. Um desses estudos será consequência deste artigo e consistirá na categorização dos trabalhos localizados.

Abstract: The interest regarding the relationship between education and psychoanalysis is quite old, and this theme has been discussed since Freud in his work, until today. In the context of theoretical constructions, the approach sometimes took place in an ambiguous and controversial way, generating problematization regarding the applicability of psychoanalysis to education. Despite the above, many works were published, resulting in expressive and opportune theoretical productions regarding the applications of psychoanalysis in education. The encounter between psychoanalysis and education has culminated in the investigation of various themes such as: the need to understand the child's psycho-emotional development; the resolution of school difficulties that impede the expression of individual potentials; in addition to the importance of the relational aspect between student and teacher in learning. What contributed to the entry of elements of reflection in the field of pedagogy that support educational processes, above all, the issue of transference and countertransference, of unconscious defense mechanisms, such as projective identification, and the recognition of anxieties and fears present in the educational process. As the interest of psychoanalysis in the investigation of development in general, and particularly of child development, has increased considerably, as well as contributing to a greater understanding of the psycho-affective processes present in the teaching and learning process. After these questions, the present research investigated existing articles in a given database; aiming to identify which works, guided by a psychoanalytical bias, sought to problematize the phenomena narrated as difficulties in schooling children in Brazil, based on a study based on bibliometric analysis regarding production in the period 2018 to 2020. a survey of national scientific articles, in Portuguese, published in an indexer; Scientific Electronic Library Online (SciELO), using the keywords "Psychoanalysis and Education". 23 articles were found, of which: 7 of them were published in 2018, 8 published in 2019 and, finally, 8 exposed in 2020. These results indicate that there is a significant number of works published in the database with regard to the proposed theme, demonstrating a linearity in the stipulated period.

Keywords: Psychology; Psychoanalysis; Education; Difficulties in Schooling; Bibliometrics.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARCHANGELO, Ana. INDISCIPLINA NA ESCOLA: UMA APROXIMAÇÃO À LUZ DE WILFRED BION. **Educação & Sociedade** [online]. 2020, v. 41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.235730>>. Epub 24 Ago 2020. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES.235730>. Acesso em 16 set. 21

BATISTA, Douglas. Emiliano. Merli: Mestre do discurso e da desconstrução da escola. Uma análise do seriado espanhol a partir da psicanálise e educação.. **Educação em Revista** [online]. 2019, v. 35 . Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698217405>>. Epub 15 Abr 2019. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698217405>. Acesso em 16 set. 21

BENETTI, Djeison. SANTOS, Vinicius. Machado. Pereira dos. SOUZA, Aldi Nestor de. Matemática e Surrealismo. Bolema: **Boletim de Educação Matemática** [online]. 2019, v. 33, n. 64. pp. 854-870. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4415v33n64a20>>. Epub 01 Ago 2019. ISSN 1980-4415. <https://doi.org/10.1590/1980-4415v33n64a20>. Acesso em 16 set. 21

CARNEIRO, Cristiana. O estudo de casos múltiplos: estratégia de pesquisa em psicanálise e educação. **Psicologia USP** [online]. 2018, v. 29, n. 2, pp. 314-321. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-656420170151>>. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170151>. Acesso em 16 set. 21

CHARCZUK, Simone. Bicca. Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia. **Educação & Realidade** [online]. 2020, v. 45, n. 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-6236109145>>. Epub 11 Jan 2021. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-6236109145>. Acesso em 16 set. 21

COUTINHO, Luciana. Gageiro. CARNEIRO, CRISTIANA. Infância, adolescência e mal-estar na escolarização: o que dizem os especialistas? Physis: **Revista de Saúde Coletiva**. 2018, v. 28, n. 04. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280407>>. Epub 25 Feb 2019. ISSN 1809-4481.<<https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280407>> Acesso em 16 set. 21

COUTINHO, Luciana. Gageiro. POLI, Maria. Cristina. Adolescência e o Ocupa Escola: retorno de uma questão? **Educação & Realidade** [online]. 2019, v. 44, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623687596>>. Epub 12 Ago 2019. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623687596>. Acesso em 16 set. 21

DE OLIVEIRA MOREIRA, Jacqueline *et al.* A trajetória infracional de Cecília: um estudo de caso na perspectiva psicanalítica. **Rev .latinoam.cienc.soc.niñez juv, Manizales**. v. 18, n. 3, p. 1-23, Dec. 2020. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2020000300001&lng=en&nrm=iso>.. <https://doi.org/10.11600/1692715x.1830>. Acesso em 16 set. 21

FANIZZI, Caroline. A docência sob a hegemonia da dimensão técnica e metodológica do discurso educacional.**Educação & Sociedade** [online]. 2019, v. 40. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019222675>>. Epub 08 Ago 2019. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019222675>. Acesso em 16 set. 21

FERNÁNDEZ, Alicia. **A Inteligência Aprisionada**: abordagem Psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed, 1990.

FONSECA, Paula. Fontana. O Laço Educador-Bebê se Tece no Enodamento entre Cuidar, Educar e Brincar. **Educação & Realidade** [online]. 2018, v. 43, n. 4, pp. 1555-1568. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623675614>>. Epub 08 Out 2018. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623675614>. Acesso em 16 set. 21

FREUD, Ana. **O Tratamento Psicanalítico de Crianças**. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOMES; Maria de Fátima Cardos. GOULART; Maria. Inês. Mafrá. PEREIRA; Marcelo Ricardo. Psicologia, psicanálise e educação: contrastes culturais e acadêmicos entre Brasil e Angola. **Psicologia Escolar e Educacional**. 2018, v. 22, n. 3, pp. 457-466. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392018032948>>. Epub Sep-Dec 2018. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018032948>. Acesso em 16 set. 21

GURSKI, Rose *et al.* O estado da arte em psicanálise e educação no Rio Grande do Sul (2000-2016). **Educação e Pesquisa** [online]. 2020, v. 46. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046224847>>. Epub 14 Dez 2020. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046224847>. Acesso em 16 set. 21

GURSKI, Rose. BARROS, Jane Fischer. STRZYKALSKI, Stéphanie. O Enlace entre Psicanálise, Educação, Cinema e a Experiência Adolescente. **Educação & Realidade** [online]. 2019, v. 44, n. 2 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623685002>>. Epub 10 Jun 2019. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623685002>. Acesso em 16 set. 21

GURSKI, Rose. STRZYKALSKI, Stéphanie. A pesquisa em psicanálise e o “catador de restos”: Enlaces metodológicos. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica** [online]. 2018, v. 21, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-14982018003012>>. ISSN 1809-4414. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982018003012>. Acesso em 16 set. 21

KUPFER, Maria. Cristina. **Freud e a Educação: O Mestre do Impossível**. São Paulo. Scipione. 1989.

KUPFER, Maria. Cristina. **Educação para o futuro: psicanálise e educação**. São Paulo: Escuta. 2007.

LIMA, Rita de Cássia. Pereira; CAMPOS, Pedro. Humberto. Faria. Núcleo figurativo da representação social: Contribuições para a educação. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698206886>>. Epub 08 Maio 2020. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698206886>. acesso em 16 set. 21

LOGATTI, Maria. Sílvia. Motta *et al.* Leitura e discussão de clássicos da literatura aplicados a pessoas com quadro psiquiátrico grave: uma análise winnicottiana* * Pesquisa financiada com bolsa de doutorado CNPq para a autora principal. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2020, v. 24. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.190550>>. Epub 08 Jun 2020. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.190550>. acesso em 16 set. 21

MACHADO, Adriana. Marcondes. SOUZA, Marilene. Proença. Rebello de. (Orgs.). **Psicologia escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MARINO, Adriana. Simões. A psicanálise nas políticas sociais públicas. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica** [online]. 2020, v. 23, n. 2, pp. 2-11. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-44142020002002>>. Epub 05 Jun 2020. ISSN 1809-4414. <https://doi.org/10.1590/1809-44142020002002>. Acesso em 16 set. 21

MARTÍNEZ, Albertina. Mitjáns. (Org.) **Psicologia escolar e compromisso social**. Campinas: Alínea, 2007.

MILLOT, Catherine. **FREUD. Antipedagogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

MINAYO, Maria. Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**. v. 9, n. 3. 1993

NEVES, Libéria. Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid, FERREIRA; Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade** [online]. 2019, v. 44, n. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623684853>>. Epub 07 Mar 2019. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623684853>. Acesso em 16 set. 21

ONOKO-CAMPOS, Rosana. Comportamento antissocial nos jovens como sequele da privação: contribuições da clínica winnicottiana para as políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2018, v. 22, n. 67, pp. 1091-1098. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0315>>. Epub 21 Jun 2018. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0315>. Acesso 16 set. 21

PATTO, Maria. Helena de. Souza. (Org.). **Introdução à Psicologia escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

PATTO, Maria. Helena de. Souza. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

PESARO, Maria. Eugênia *et al.* **Grupos de pais-bebês nas creches como estratégia de promoção da saúde mental na primeira infância**. **Educação e Pesquisa** [online]. 2018, v. 44. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844183424>>. Epub 18 Out 2018. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844183424>. Acesso em 16 set. 21

PIMENTA, Paula. Ramos. Clínica e Escolarização dos Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Educação & Realidade** [online]. 2019, v. 44, n. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623684859>>. Epub 07 Mar 2019. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623684859>. Acesso em 16 set. 21

QUEVEDO-SILVA, Felipe. *et al.* Estudo bibliométrico: orientações sobre sua publicação. **Revista brasileira de marketing ReMark**. Vol.15, n. 2. Abril/junho. 2016.

RAHME, Mônica. Maria. Farid. *et al.* Sobre Educação, Política e Singularidade. **Educação & Realidade** [online]. 2019, v. 44, n. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623690185>>. Epub 07 Mar 2019. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623690185>. Acesso em 16 set. 21

SALGADO, Mara. VAZ, Alexandre. Fernandez. As faculdades da mimese, imaginação e memória na infância: O entrelaçar do amor e do pensamento. **Educação em Revista** [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698224960>>. Epub 11 Set 2020. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698224960>. Acesso em 16 set. 2.

SILVA, Iuri. Yrving. Muller. **Uma leitura da produção brasileira sobre psicanálise de crianças, por meio da Revista Brasileira de Psicanálise**. 2010. 96f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

*A Professora Cristiane Pereira Marquezini é pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Campus Assis.